



Exclusão socioespacial e a invisibilidade dos catadores de materiais recicláveis na cidade: o Centro Comunitário Carolina Maria como forma de inclusão e empoderamento

Agradecimentos

Agradeço especialmente a todas e todos que me inspiraram, me sacudiram e me provocaram a reflexão e o olhar atento ao longo da minha jornada acadêmica.

À minha família, pelo apoio cotidiano que possibilitou não só este trabalho, mas toda a graduação.

Ao Adriano, pelo companheirismo constante durante um período tão adverso e desafiador.

Agradeço a Beatriz, Luiza e Lara, que caminham comigo de mãos dadas e estão presentes na alma desse trabalho, e a Isabela, Bruno e Rodrigo, parceiros de faculdade do início ao fim.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (FAUeD)

Trabalho de Conclusão de Curso I
Aluna: Isadora Fernandes Carvalho
Orientador: Glauco de Paula Coccozza

Uberlândia, 2021



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO

Introdução	06
Como o interesse surge	08

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Estigmas da sociedade contemporânea	12
Breve contextualização sobre a reciclagem no Brasil	15

3 QUEM SÃO OS CATADORES?

Panorama dos estigmas sociais	22
Catadores e o espaço na cidade	25
Questões raciais, de gênero e de saúde.	26

4 RETROALIMENTAÇÃO NA CIDADE

Máquinas de guerra	34
Urgência do Urbanismo Social	39

5 EMPODERAMENTO COMO CAMINHO

Referências projetuais e estudo de caso	51
Referências artivistas	66

6 O CASO UBERLÂNDIA

Breve contextualização sobre a gestão dos resíduos sólidos da cidade	72
Território	78
ARCA	83

7 ESPAÇO-OBJETO

Condicionantes projetuais	88
ARCA	94
Praça Ézio Daher e Centro Comunitário Carolina Maria	100

Referências bibliográficas	122
----------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce de um forte incômodo pessoal, o qual é potencializado pelo grande desafio de construir cidades mais justas, inclusivas, empáticas e democráticas (ODS11), em uma país desigual como o Brasil.

Propõe-se aqui uma inversão de olhar: o que merece atenção mas está invisível? Quais realidades desumanas foram banalizadas? Como reverter o desmantelamento da comunidade urbana e a privatização do bem comum?

Para construir o estudo, entendeu-se que seria fundamental uma aproximação dos agentes invisibilizados e marginalizados das cidades e compreender como se dá a relação entre estes organismos, no intuito de tentar estudar e demonstrar a realidade urbana dessas pessoas a partir de suas próprias vivências e histórias. Em função da necessidade de estabelecer um recorte de estudo, optou-se por focar na atuação das catadoras e catadores de materiais recicláveis do Brasil, por motivações ambientais, urbanas, sociais, geracionais e econômicas, as quais serão abordadas ao longo do trabalho, e para estabelecer um contorno que é, ainda assim, bastante abrangente.

A primeira sessão se dedica à apreensão dessas questões, de modo que o capítulo 2 se presta à contextualização da sociedade contemporânea em si, tanto no seu aspecto psicológico e socialmente construído, quanto no sentido pragmático, de modo a relacionar o comportamento humano à atual importância do consumo capitalista, do acúmulo de mercadorias e do status social, traçando em conclusão os consequentes níveis de desigualdade e impactos ambientais.

Posteriormente, no capítulo 3, configu-

ra-se a compreensão sobre os catadores de materiais recicláveis, quando se mostrou primordial conhecer e trazer suas origens, como viveram e vivem no território, os estigmas sofridos, quais são os parâmetros socioeconômicos atuais e os papéis desempenhados por estes na sociedade. Nesse sentido, vale ressaltar que ao longo do trabalho foram espalhados trechos da obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, catadora de papel e residente da favela do Canindé, São Paulo, em meados de 1960, excepcionalmente não analfabeta e, por isso, com acesso e paixão à literatura. Carolina discorre no seu livro-diário sobre sua vida particular, doméstica, laboral e marginalizada, sua luta diária como mãe-solo catadora e os problemas da favela, relatando vivências, existências e pensamentos inéditos para aqueles que ali nunca viveram ou estiveram. Carolina abre uma fresta de porta no mundo do favelado e permite a visualização de uma realidade urbana pouco observada e vivida pelos técnicos que desenham as cidades. Carolina faz isso provocando uma empatia ímpar pelos seres que vivem “no resto” e na “desordem” da cidade, os despejados, dando-lhes nomes, rostos, fisionomias e histórias.

Por isso, em seguimento, indagou-se “como a cidade reproduz historicamente essa exclusão?”. No capítulo 4, discorreu-se sobre as Máquinas de Guerra de Deleuze e Guattari, de modo a vislumbrar o encaixe entre os catadores, seus carrinhos e seu próprio ofício, com, respectivamente, a política ativa nômade e a criação de dispositivos de guerra e sobrevivência. Desse modo, estabeleceram-se reflexões sobre o papel da Arquitetura e do Urbanismo e, também, sobre as teorias desenvolvidas em respeito ao direito à cidade, protagonizadas por David Harvey e Lefebvre. Nesta oportunidade, foram relacionados os princípios trabalhados por estes aos do Urbanismo Social e dos movimen-

tos sociais, os quais são associados à elaboração de políticas públicas e a exemplos existentes no urbano que representam a reivindicação por tais conceitos. Essas análises dão abertura à questão dos territórios educadores, da arquitetura para autonomia e do processo de empoderamento dos vulnerabilizados enquanto caminho para recuperação urbana, o que incita o encabeçamento da segunda sessão, onde tais conceitos são trabalhados no capítulo 5 por meio da análise de projetos arquitetônicos alinhados com esses preceitos.

Com as referências projetuais, direciona-se para o caso específico da cidade de Uberlândia, no capítulo 6, compreendendo o território e se aproximando das cooperativas e associações para finalmente entrar na escolha do terreno, que se dá ao lado de uma associação consolidada. Por fim, no 7º capítulo, inicia-se o projeto.

JUSTIFICATIVA

Acredita-se que para a construção de cidades democráticas, sustentáveis e seguras é preciso reivindicar a função social e coletiva do território, imediata e coletivamente, e, ao mesmo tempo, admite-se que este pode ser o caminho de transformação de cidadãos alienados e segregados em comunidades organizadas, ativas e demandantes. Nesse ínterim, compreende-se o papel fundamental de catadores, de pedestres e das áreas de lazer públicas, as quais movimentam os locais e criam laços mais estreitos entre moradores, criando sociedades mais unidas e fortes.

Nesse sentido, os catadores de materiais recicláveis são referência da busca por melhores condições de vida na cidade, da luta por direitos e da transcendência de papel social. Isto, em grande parte, pela sua competência de organização, autogestão e gestão compartilhada, mesmo que historicamente privados de meios e formação educacional.

Mais além, isso ainda provoca refle-

xões sobre as dificuldades de gestão de espaços e equipamentos públicos brasileiros. O que gera reflexões como:

O que é possível aprender sobre gestão com as cooperativas e associações? Deveriam os espaços coletivos serem geridos colaborativamente?

Por isso, intenta-se também expressar reconhecimento pela capacidade de transformação urbana e social dos catadores e colocar em atenção a contribuição ambiental destes.

Assim, ao passo que as condições urbanas desiguais são entendidas como palcos de fenômenos de emancipação, eleva-se o urbanismo social à condição de estratégia de inclusão, uma vez que, para este, é na ativação das potencialidades territoriais e na aplicação de políticas públicas que se estabelece a propulsão para o desenvolvimento humano integral e construção de cidadania plena.

Como consequência, torna-se latente a escassez de qualidade de vida dos indivíduos excluídos e a urgência de destinação de infraestruturas que possibilitem o acesso à oportunidades de transcendência social, o que se torna objeto de estudo.

OBJETIVOS

O trabalho busca encontrar um terreno na cidade de Uberlândia a partir de análises sociais e urbanas relacionadas com o tema estudado, para posteriormente delinear uma oferta programática baseada nos estudos realizados e voltada à inclusão social.

Dessa forma, tem como objetivo principal elaborar o projeto de um Centro comunitário com capacitação, educação, arte e lazer, e que esteja associado à cooperativa de reciclagem.

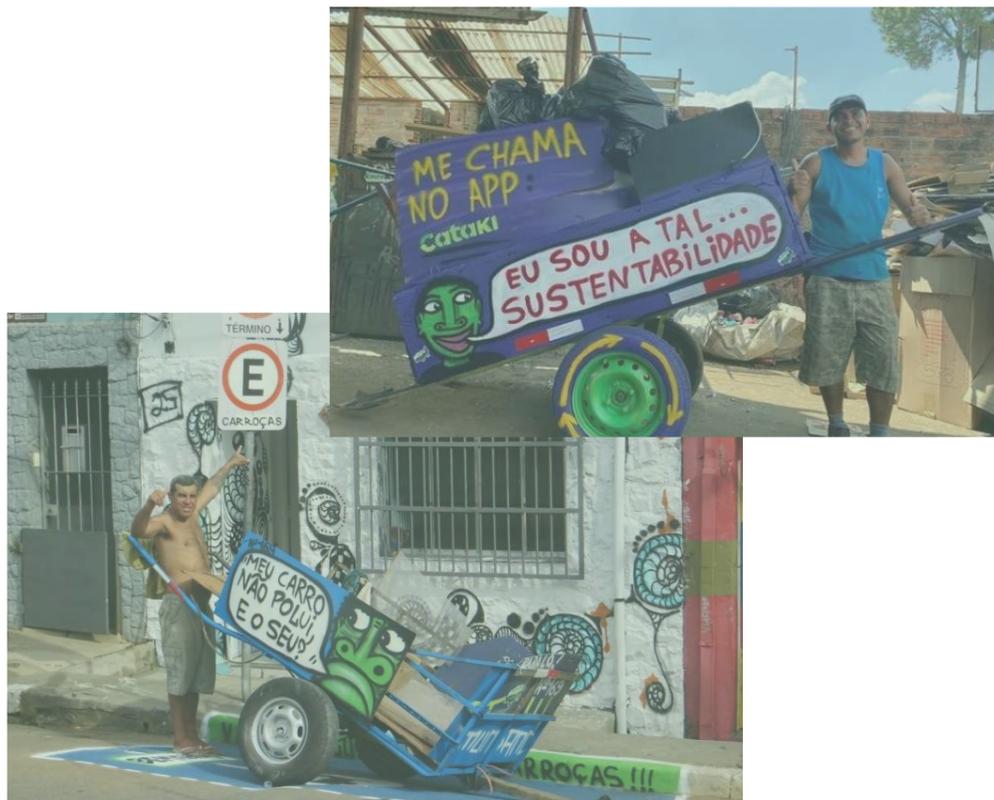
COMO O INTERESSE SURGE

A FLUTUA é um coletivo que realiza oficinas educativas e instalações de arquitetura inflável a partir de plásticos de reuso, com o princípio de gerar impacto ambiental zero e criar coletivamente. A FLUTUA quer colocar o lúdico no espaço-tempo, reinventar as maneiras de pensar os materiais, os espaços e a cidade, quer expandir e ocupar, de preferência diferentes locais da cidade. A partir do pontual e do efêmero, compreendem-se desdobramentos e triangulações efervescentes, assim como, constantemente, descobrimos e redescobrimos todo o potencial da FLUTUA. Dentro do coletivo fertilizamos indagações, por exemplo, “qual ancestral queremos ser?” e como “agir local e pensar global?”.

Apresentar a FLUTUA se torna relevante por diversos aspectos. Mas, entre eles, destaco a compreensão de que as atuações no coletivo dizem muito sobre quem

sou hoje enquanto estudante de arquitetura e urbanismo e também como se deu esse trabalho. Para além da íntima identificação com os trabalhos que buscam incitar a apropriação do espaço público, a democratização do acesso à arte e ao lazer e o reconhecimento do grupo com a obra “Intervenções temporárias, Marcas permanentes” de Adriana Sansão, onde o conceito de “amabilidade urbana” foi desenvolvido, ressalta-se que, foi durante as atividades do grupo em 2020 que entramos em contato com o universo do PimpMyCarroça. Essa iniciativa, que será apresentada adiante, foi responsável por despertar o interesse pelos catadores em mim, assim como refletir sobre as relações desses com a cidade e suas próprias condições de existência.

Afinal, quem eram esses agentes urbanos que ainda não me haviam sido apresentados?



Ações artivistas urbanas. Fonte: site do Pimpmycarroça. Acesso em: 2021.

Manifesto

Pela amplitude dos recursos naturais, pela pluralidade de uso dos espaços, pelo acesso à informação, pela despadroneização do ser e do estar, pela formação do senso crítico, pela solidariedade humana, pela justiça social e pela democratização do processo de criação, FLUTUA infla suas estruturas com o ar e com o potencial de cada um que nelas colocam suas mãos.

FLUTUA encoraja as formas integrativas de ser, pensar, construir, relacionar, criar e utilizar e, através do resíduo plástico, dá forma às construções pneumáticas que permitem ao público respirar uma nova experiência.

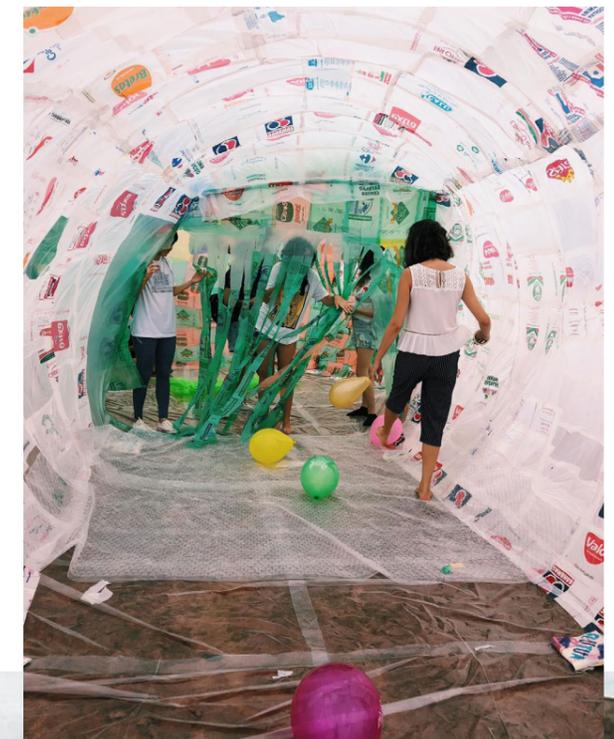
FLUTUA deseja apresentar outro viés da arquitetura ao fornecer presentes espaciais para aqueles que desse momento usufruem, captando os desejos não verbalizados de outros, com o propósito de gerar impacto positivo nos âmbitos artístico, ambiental, social e educacional.

FLUTUA entende a cidade enquanto processo e diálogo e defende, assim, a potencialidade de corpos ativos e plurais na apropriação e criação coletiva da cidade.



Instalação INFLAAMÁVEL no assentamento do Glória, atual Elisson Prieto. Fonte: acervo FLUTUA.

Atualmente composto por 4 mulheres (Lara Paim, Luiza Dalvi e Beatriz Justo), a FLUTUA ainda ilustra essa nova força construtora de espaços praticada pelo gênero feminino, com o olhar atento ao sensível, à arte, ao cuidado e ao compartilhamento.



ESTIGMAS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

De um lado ainda reinam as incoerências do capitalismo, do consumo desenfreado, da alienação sistêmica, da obsolescência programada e do estímulo à constante substituição. De outro, entende-se o resíduo como recurso, formam-se cidadãos interessados em minimizar os impactos desse modelo ou reverter determinadas destruições geradas ao meio ambiente. Surgem grupos dispostos a aprenderem padrões de consumos mais conscientes, assumirem responsabilidades pessoais na cadeia produtiva e se informar sobre a importância do descarte correto para reciclagem, assim como sobre quem são os agentes envolvidos.

Mas qual a atmosfera que envolve a todos?

Coloca-se aqui a condição contemporânea associada à consolidação praticamente mundial da “sociedade do consumo” ou “sociedade de consumidores” (Bauman, 2008), caracterizada pela produção desenfreada e por uma sociedade consumista, instável e imediatista. Segundo os pesquisadores, nessa sociedade, deteriora-se a magnitude do passado e do futuro, do aspecto linear e cíclico do corpo social, visto que “o ambiente líquido-moderno é inóspito ao planejamento de longo prazo” (Silva, 2011, p.3) e possui como principal característica uma sucessão de presentes (Bauman, 2008 apud Silva, 2011). Como consequência, essa “nova” ambiência acaba por desvalorizar a durabilidade das mercadorias e desprender o poder social de concepções de segurança e estabilidade históricas, o qual passa a ser relacionado à liberdade de decisão sobre a própria vida e suas necessidades, associadas intimamente ao poder de compra. Em outras palavras, a posição

social deixa de estar encadeada principalmente à posse ou ao patrimônio e se estrutura através da capacidade de obtenção de produtos que lhes parecem fundamentais para resolverem problemas, proteger o status e a autoestima, alimentar vontades e desempenhar obrigações sociais (Silva, 2011). Como resultado, a construção das relações humanas se dá, antes de tudo, através dos padrões de consumo e das relações entre os consumidores (Bauman, 2008 apud Silva, 2011), em que se consome o que está em tendência como forma de integração social (Marchesini, 2010).

Por outro lado, e aproximando da questão urbana, o efeito disso é que a sociedade deixa de alicerçar sentido de prosperidade ou felicidade nos laços sociais ou vida pública, firmando-se no acúmulo de produtos e nos meios que se apresentam como possibilidades, de modo que “vive cada vez mais enquadrada e modelada pelos interesses do capital e da globalização, promovendo um conflito entre o “ser” cidadão e o “ser” capitalista, dentro de cada um, modificando a vida da sociedade” (Marchesini, 2010, p.3). Uma das consequências disso é a diminuição de sensibilidades que são importantes ao ser humano, de modo que os indivíduos se configuram como meros consumidores alienados e conformados com parcialidades e satisfações limitadas, “não usufruindo do seu direito de debater assuntos relacionados às políticas públicas, voto e ações públicas ou privadas, por exemplo.” (SANTOS, 1998 apud Marchesini, p.5).

Portanto, nessa perspectiva, interpretam-se consequências profundamente negativas no que se refere à formação de personalidades engajadas política e socialmente na construção de seus territórios, e à participação da população em tomadas de decisões que afetam diretamente suas vidas. Por consequência, as cidades, habitat desses cidadãos, em sua maioria, tor-

nam-se fragmentadas e dissociadas, um agrupamento de individualismos vivendo seus interesses próprios, com baixa ou nenhuma percepção de interesse coletivo e comunidade. Nesse ínterim, coloca-se a diferença de significado entre sociedade e comunidade percorrida por Erik Olin Wright, importante sociólogo marxista das últimas gerações, para o qual esta última é corroída pelas motivações criadas no capitalismo e significa:

Comunidade/solidariedade expressa o princípio pelo qual as pessoas devem cooperar umas com as outras não apenas por aquilo que recebem individualmente, mas por comprometimento real com o bem estar dos outros e por um senso de obrigação moral de que isso é o certo a ser feito. Quando tal cooperação ocorre no cotidiano, em atividades mundanas nas quais as pessoas se ajudam umas às outras, usamos a palavra “comunidade”; quando a cooperação ocorre no contexto de uma ação coletiva para atingir um objetivo comum, usamos o termo “solidariedade”. Solidariedade tipicamente sugere também uma ideia de poder coletivo – “unidos venceremos, divididos cairemos” – mas a unidade que se defende ainda está amparada no mesmo princípio que sustenta a noção de comunidade; (Wright, 2019, p.41)

Para além disso, pode-se dizer que a falência da vida em comunidade e o aumento da obsessão para se encaixar na sociedade do consumo possui bases no que Silva (2011) chamou de economia consumista, a qual, segundo o autor, estrutura-se no desenvolvimento de merca-

dorias supérfluas ou transitórias para os consumidores, as quais são transformadas em objetos de grande desejo através do marketing e da propaganda. Desse modo, surgem novas necessidades sem que as demandas anteriores tenham sido supridas, o que resulta em novas dependências aliadas a uma busca constante por satisfação por meio de produtos, produzindo um regime de contínuo descontentamento, decepção, descarte e compra. Isso significa, além do previamente exposto, nada mais que sucessivas substituições, ou seja, incessante extração de matérias primas da natureza para mais produção. Isso significa que o espaço natural também é intensamente consumido.

Esse balanço se mostra necessário, pois concorda-se que “a análise do consumo permite uma melhor compreensão do espaço urbano e social, na medida em que comércio, cidade, sociedade e meio ambiente são elementos indissociáveis” (Marchesini, 2010, p.2) e que, dessa forma, cidade é o produto, a condição e o meio para a reprodução dessas relações sociais. Ainda, no que condiz ao meio ambiente, isso converge com a afirmação de que “a questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza.” (Rodrigues, 1998, p.13 apud. Marchesini, p.3), ou seja, refere-se às degradações resultantes da ação social, visto que, segundo o autor, a sociedade é responsável pela construção do meio urbano e ambiental através da sua participação, podendo ser benéfica ou prejudicial. Dessa forma, entende-se que caso a população seja alheia à proteção ambiental e se relacione com o ambiente principalmente através do consumo exacerbado de recursos – produtos, matérias primas, consumo cotidiano de combustíveis fósseis, etc. – fica claro que é uma contribuição destrutiva. Trazendo para uma perspectiva atual, estão postas as gigantes dimensões que o comércio possui no campo informacional,

funcionando por meio de sites e aplicativos que ofertam uma gama de possibilidades de consumo mesmo que de dentro do espaço privado residencial. Ou seja, vive-se um momento em que há amplo consumo de produtos que não necessariamente são locais, regionais ou nacionais, e mesmo sem se deslocar na cidade, sem se relacionar com ela ou com o outro. Além disso, é notável o aumento substancial de produção e descarte de embalagens, principalmente devido aos aplicativos de manutenção cotidiana, como Ifood, Rappi, UberEats, entre outros. Por consequência, percebe-se certa relação entre a intensificação do informacional e do individual com o declínio das relações sociais, socioambientais e urbanas.

Em suma, praticamente todo o sentido de sociedade contextualizado até agora precisa ser substituído, acarretando profundas mudanças de filosofias de vida e integração, para que mudemos nosso percurso de um mundo hostil, violento e de desastres naturais, para um mundo melhor, que tente minimizar os impactos ambientais e fortifique o conceito de igualdade. Nas últimas décadas, tornou-se notável o reconhecimento de que a recuperação do planeta e da humanidade deve passar obrigatoriamente pelas questões do clima e, exemplo disso, são os acordos internacionais e as agendas urbanas e ambientais desenvolvidos, que tentam formalizar conscientizações e diretrizes para essa busca, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Seria possível dizer que os agentes por trás dessas iniciativas são os líderes e os precursores dessa nova sociedade que se instaura e se mostra urgente: responsável, empática, com mais respeito ao meio ambiente e com pensamentos de planejamento ao longo prazo.

É nesse ínterim que a poluição mundial ganha bastante atenção. A percepção de que não há “um outro lugar” para o descarte de lixo ou “não há mais para extrair” – pois somos uno – evidencia como as de-

gradações geradas em localidades específicas geram impactos ambientais globais e como a finitude dos recursos está posta. Ao mesmo tempo, também revela como atividades demasiadamente poluentes geralmente atendem grupos específicos – pecuária predatória, desmatamento, superprodução de automóveis particulares, extração extensiva de petróleo, poluição de lençóis freáticos por indústrias, etc. – e possuem externalidade negativas que atingem a todos e principalmente os mais pobres, os quais são os mais vulneráveis às catástrofes naturais e à escassez, e não são os principais consumidores ou alvos dessas produções.

Por esses e outros motivos, a atualidade entende, cada vez mais, o descarte enquanto um problema de design, um defeito, uma incapacidade, visto que ao não apresentar mais serventia deixa de possuir valor agregado, ou seja, não possibilita estratégias de economia circular através da reciclagem ou reutilização – o que indica que tal questão precisa ser considerada no momento de produção das mercadorias. De todo modo, apresenta-se a urgência de interromper esse sistema que destrói a natureza, tanto na manutenção diária, quanto na produção e descarte de produtos, e é nesse contexto que a reciclagem se faz primordial.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A RECICLAGEM NO BRASIL

Poderia me ater a trazer inúmeros dados nacionais e internacionais relacionados à poluição produzidos nos últimos anos, ou ainda os recortes de degradação e contaminação específicos, entretanto, abordarei de modo sucinto o que me parece intimamente relacionado com o trabalho aqui desenvolvido.

No que se refere ao Brasil, em estudo elaborado pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), estima-se que em 2019 foram produzidos 79,6 milhões de toneladas de lixo - aproximadamente 1% a mais que no ano anterior - e desse volume apenas cerca de 3% foram reciclados¹, o que, como veremos, é feito principalmente por catadores de materiais recicláveis. Além disso, o relatório² de 2019 da World Wildlife Fund (WWF) indicou o Brasil como o quarto maior produtor de lixo plástico: são aproximadamente 11,3 toneladas por ano, das quais 1,28% são recicladas, enquanto a média de reciclagem desse material no mundo é de 9%. Aqui, mesmo sem maiores aprofundamentos, coloca-se esta poluição em atenção devido aos seus impactos e malefícios específicos, a citar: a poluição dos oceanos - cerca de 10 milhões de toneladas ao ano no mundo -, contaminações do ar, do solo, de lençóis freáticos e alteração na própria alimentação humana.

Segundo estudiosos, a deficiência do sistema de reciclagem brasileiro pode ser explicada pela falta de incentivos e de sanções às empresas, pela baixa implementação das políticas de gestão de resíduos sólidos e pela baixíssima educação populacional sobre o funcionamento da reciclagem. Estima-se que aproximadamente 66% da população sabe pouco ou nada sobre coleta seletiva, 39% não separam o lixo (IBOPE, 2018) e 54% dos brasileiros não entendem como funciona a reciclagem em

sua região (IPSOS, 2019). De modo geral, a população brasileira não separa o lixo corretamente, nem mesmo a parcela atendida pelo sistema de coleta seletiva, a qual de acordo com o CEMPRE (2018), assiste apenas 17% da população do país. Dessa forma, fica evidente a necessidade de campanhas e estratégias de educação ambiental para os brasileiros, para que cada um faça sua parte, conheça as possibilidades disponíveis e reconheça os agentes envolvidos nessa questão, momento em que se destaca as catadoras e catadores de materiais recicláveis do Brasil.

Comecei queixar para a Dona Maria das Coelhas que o que eu ganho não dá para tratar os meus filhos. Eles não tem roupas nem o que calçar. E eu não paro um minuto. Cato tudo que se pode vender e a miséria continua firme ao meu lado.

(Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo, p.144)

A catação no Brasil surgiu como possibilidade de sobrevivência dentro do modelo capitalista excludente, de modo que com o passar dos anos os trabalhadores marginalizados por esse sistema e perpetuamente colocados de fora dos empregos formais criaram cooperativas de trabalho no intuito de aumentar suas rendas e se fortalecerem enquanto grupo laboral, reivindicando direitos e reconhecimento. Desde os primórdios da reciclagem brasileira e até hoje, a maior contribuição da cadeia é feita pelos catadores e catadoras e, atualmente, estima-se que cerca de 90% do que é reciclado no país (Cempre, 2013; PimpMyCarroça, 2020) é proveniente do trabalho dos catadores e recicladores. Entretanto, eles não recebem nem o devido reconhecimento social e laboral, nem a justa remuneração.

ração, de modo que seguem sobrevivendo em cenários de muita dificuldade. É nesse contexto que se concorda com Jesse Souza de que “o desenvolvimento do Brasil como sociedade capitalista avançada não ocorrerá sem que a catação seja reconhecida por seu valor para a dinamização e a sustentabilidade da produção, a promoção do consumo consciente, e a constituição de novos modos de vida urbana, marcados pelo respeito ao meio ambiente” (IPEA, 2016, p.11) se identifique a íntima relação entre tais agentes, seu ofício e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

Foi estimado nas últimas pesquisas da Abrelpe que o Brasil perde cerca de R\$14 bilhões por ano devido à ausência de um sistema de reciclagem eficiente. Segundo o presidente da organização, Carlos Silva Filho, essa perda, em volume, significou aproximadamente 12 milhões de toneladas de resíduos sólidos descartados em aterros e lixões, ao invés de terem gerado empregos, renda e ter diminuído a extração de recursos e a produção industrial.³ De forma mais direta e com a mesma pontuação, nas palavras de Anne Caroline, catadora de materiais recicláveis de São Paulo:

“A gente vive num país que vê mais sentido em enterrar dinheiro do que gerar emprego e renda pro profissional da reciclagem!” (CATAFLIX, 2020)⁴

Enquanto isso, tal associação avalia a existência de 3 mil lixões ou aterros controlados espalhados pelo país, sem contabilizar os ainda mais precários e os incontáveis pontos de descarte irregular, em um contexto no qual se tem como uma das premissas principais da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) o fim dos lixões até 2014, data que foi prorrogada para 2024 segundo novo marco de saneamento básico.

Nesse sentido, pergunta-se quais as justificativas de permanência desses locais a partir de perspectivas humanitárias, trabalhistas e ambientais e o porquê de tal ação tão importante não ter atenção devida. Sabe-se que o processo de transição de fechamento desses locais conjuntamente com a resolução da situação de moradia e trabalho dos envolvidos tem sido um grande desafio, entretanto, a estruturação e a contratação de cooperativas pelo poder público dos municípios já se mostraram o meio de ação principal e continuam amplamente subestimadas. De todo modo, manifesta-se o intuito de compreender as motivações que podem ter influenciado o poder público e a sociedade como um todo a ser conivente com as condições de vida e trabalho desses agentes que ainda hoje são extremamente invisibilizados e discriminados. Para isso, em breve, serão feitas contextualizações com questões raciais e de gênero relacionadas ao processo de descolonização.

O Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) avalia que atualmente existe cerca de 1 milhão de catadores no Brasil, dos quais estima-se que a maior parte ainda se encontra na informalidade (40,3%), 31,3% estão organizados em associações e 28,3%, em cooperativas (Silva, 2017). Além disso, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) os trabalhadores estão mais organizados na região sudeste, onde se localizam aproximadamente 49% dos empreendimentos de economia solidária de reciclagem do país.

Um ótimo exemplo de que o funcionamento da catação perpetua preconceitos e impõe a dificuldade de ascensão social dos catadores e catadoras no país é a remuneração baseada apenas no valor da venda dos materiais coletados, o qual é muito baixo e desconsidera a externalidade positiva desse trabalho. Para possibilitar uma visualização, foi relatado pelo PimpMyCarroça que em média o valor dos materiais

vendidos pelos catadores nos ferros velhos é de aproximadamente R\$0,05/ kg de vidro, máximo R\$0,20/ kg papelão e R\$3,00/ kg de latinha de alumínio, chamadas de “ouro do catador”. Assim, fica evidente que grandes volumes coletados – e carregados esforçadamente pelos corpos das catadoras e catadores – condizem a montantes baixíssimos. Na ótica exploratória das grandes empresas ou mesmo de ferros-velhos, os catadores são um exímio exemplo de mão de obra bastante eficiente e muito barata. Por exemplo, estima-se que em 2000 a reciclagem de papel gerou 1 bilhão de reais e que em 2005 alcançou 5 bilhões. Sabe-se que os principais responsáveis por isso foram os catadores e catadoras, entretanto praticamente nada mudou em suas condições de trabalho ou renda, ou seja, tal ganho financeiro não retornou aos profissionais que o ocasionou (CATAFLIX, 2020). Nesse contexto, colocam-se aqui as palavras do Papa Francisco durante o II Encontro Mundial dos Movimentos Populares, realizado na Bolívia em 2015:

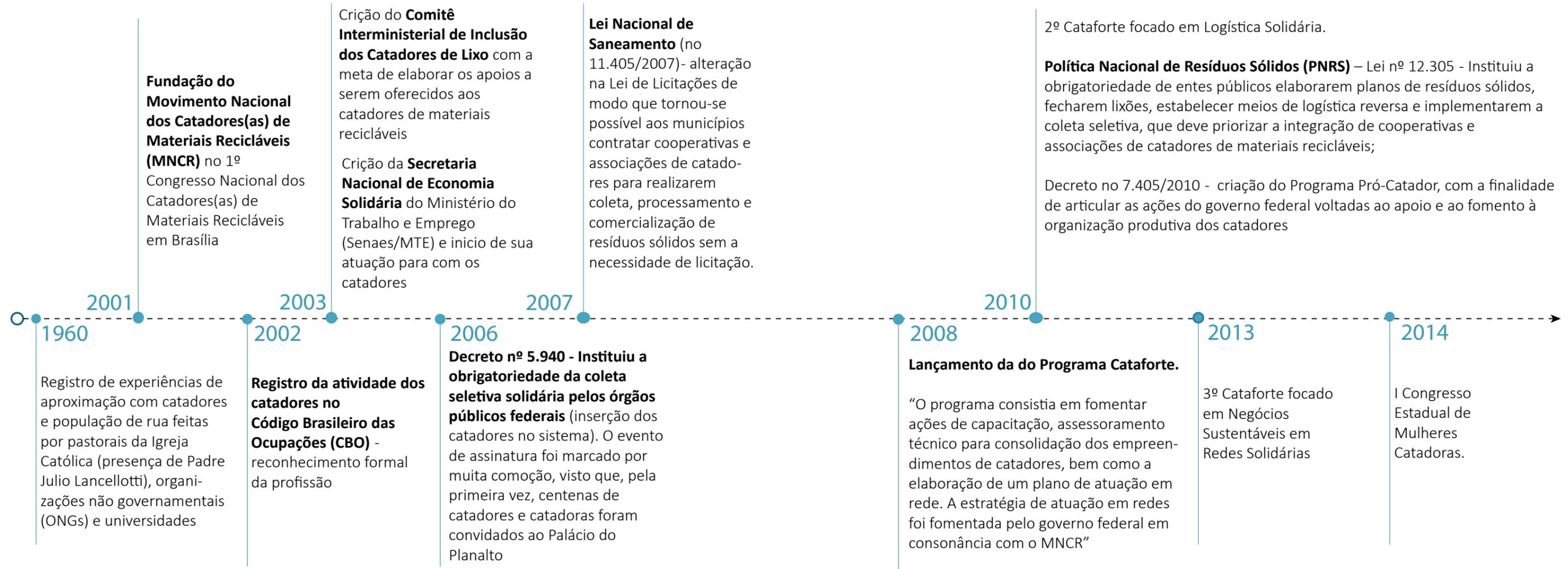
“As cooperativas de catadores de papelão são exemplos desta economia popular que surge da exclusão e que pouco a pouco, com esforço e paciência, adota formas solidárias que a dignificam. E quão diferente é isto do fato de os descartados pelo mercado formal serem explorados como escravos!” (apud. IPEA, 2016, p.14).

A partir das considerações, a importância da formação de Associações e Cooperativas de catadores de materiais recicláveis fica cada vez mais clara, visto que fortalecem os catadores entre si, garantem uma rede menos suscetível a explorações e viabilizam contratação e parceria com terceiros, além de desestimular o abandono da atividade por pessoas que estão exercendo o trabalho pesado da reciclagem. Ainda, de acordo com Sant’Ana e Maetello (2016) a

contratação formal das cooperativas no serviço de coleta seletiva regular das cidades tem se mostrado a medida de maior eficácia para inclusão dos catadores, pois essa embute uma remuneração que transpõe o valor do material coletado, além de incentivar a estabilização jurídica, contábil e financeira da cooperativa. E, para além disso, do ponto de vista puramente pragmático, foi apurado que o custo total da tonelada coletada pelas cooperativas pactuadas com a coleta seletiva é menor que os custos de transporte ao lixão ou que os gastos do ciclo do aterramento. Ademais, essas contratações também têm custado menos para o poder público do que as com grandes empresas de coleta de lixo, responsáveis pelo serviço de recolha tradicional (Sant’Ana e Maetello, 2016).

Assim, é fundamental que esses indivíduos estejam, cada vez mais, organizados em formatos de Associação ou Cooperativa, para alcançar os desdobramentos positivos gerados, tanto no âmbito econômico, como em eficiência gerencial e potencialização comercial, quanto no social, por exemplo, reconhecimento do trabalho exercido e acesso às seguridades sociais.

A linha do tempo abaixo busca apresentar as principais conquistas dos catadores de materiais recicláveis durante este recente processo de regularização e reconhecimento.



Fonte: SANT'ANA, Diogo de; MAETELO, Daniela. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanços e desafios. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.) Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. Rio de Janeiro, IPEA: 2016, p.22-44.

Essa análise temporal permitiu a visualização de como os avanços para os catadores significam avanços para todo sistema de gestão de resíduos sólidos do país, refletindo uma postura humana e ambiental mais responsável. Ainda, é perceptível que muitos desses progressos ocorreram graças às parcerias entre o Estado e esse grupo de trabalhadores, o que demonstra a importância de se ter esse setor amparando e impulsionando a atuação dos catadores, visto que além de ser o papel do Estado assegurar os indivíduos mais vulneráveis da sociedade, é algo que gera externalidades positivas, locais, nacionais e globais, tendo em consideração a preservação do meio ambiente.

notas

1. Informação disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2020/02/por-que-o-brasil-ainda-recicla-tao-pouco-e-produz-tanto-lixo.html>

2. Relatório 2019 World Wildlife Fund (wwf). Como solucionar a poluição plástica: transparência e responsabilização. Disponível em: <https://promo.wwf.org.br/solucionar-a-poluicao-plastica-transparencia-e-responsabilizacao>

3. Matéria e entrevista. CNN, São Paulo. Ago. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/08/04/brasil-deixa-de-ganhar-r-14-bilhoes-com-reciclagem-de-lixo>

4. Minissérie CATAFLIX produzida pela ONG Pimp my carroça sobre as condições de trabalho e vida dos catadores. Suas histórias são contadas por eles mesmos. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=cataflix

3

QUEM SÃO OS CATADORES?

PANORAMA DOS ESTIGMAS SOCIAIS

O cenário de descaso envolta desses agentes revela como a maior parte dos catadores nasceram no seio da desigualdade e do ostracismo social brasileiro - alguns deles, inclusive, em lixões - e indica a possível submissão desses às barreiras estruturais intransponíveis do país, as quais os impedem de mudar sua história por meio da ascensão social. Por exemplo, a baixa escolaridade e o analfabetismo são característicos entre os catadores, cerca de 20,5% desses indivíduos são analfabetas; dos catadores com 25 anos ou mais, 24,6% possuem pelo menos o fundamental completo e 11,4% ensino médio completo (Silva, Goes e Alvarez, 2013). Em perspectiva temporal, foi possível compreender duas causas principais: de que o sistema de educação brasileiro é deficitário em absorver a realidade dos alunos mais pobres e também pelo fato de que muitos dos desistentes são indivíduos marcados pelo trabalho infantil (Galon e Marziale, 2016; Abreu, 2007 apud Costa e Pato, 2016) que precisaram ajudar a família, por exemplo, através da catação ou da venda em sinaleiros desde muito novos. Notou-se também a proximidade deles ainda jovens com outras mazelas e sofrimentos, como o abandono, abusos, prostituição infantil e violência.

O José Carlos não quer ir na escola porque está fazendo frio e ele não tem sapato. Mas hoje é dia de exame, ele foi. Eu fiquei com medo, porque o frio está congelando. Mas o que hei de fazer? (Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo, p.66)

Para além disso, esses atores também protagonizam a migração. Em pesquisas nos grandes centros urbanos sobre os catadores foi identificado um relevante número de migrantes do Norte e Nordeste do país, que vieram para as cidades do Sudeste em busca de oportunidades e acabaram relegados à serviços informais e precários, entre eles, a catação. Desse modo, geralmente essas pessoas não conseguem acesso a moradia e constroem suas vidas em ocupações, periferias, barracões ou mesmo depois dos expedientes de trabalho exaustivos “muitos deles ainda se abrigam sob viadutos, ou qualquer recanto da cidade que ofereça algum refúgio, mesmo que sem segurança, higiene ou conforto.” (IPEA 2016, p.13).

Nesse contexto, busca-se relacionar algumas características brasileiras atuais que são problemas urbanos, humanos e econômicos, sendo eles a quantidade de moradores de rua, abandono, violência e desemprego, realidade de aproximadamente 13 milhões de brasileiros (Pnad, 2020). Estima-se que novos catadores representam 7% dos desempregados do país (ClimaInfo, 2020), o que resulta em aproximadamente 9 mil indivíduos. Ainda, a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (IPEA, 2008) estima que 29,8% dos moradores de rua acabaram nessa condição por causa do desemprego. Segundo Natalino (2020), a população nacional em situação de rua cresceu 140% de setembro de 2012 a março de 2020, o que significa aproximadamente 222 mil brasileiros contabilizados antes do período da pandemia de COVID-19, a qual sabe-se ter provocado ainda mais mazelas sociais, por ser mais devastadora àqueles em contextos de vulnerabilidades.

Nesse contexto, o estudo de Marco Natalino demonstra a forte associação entre moradores de ruas e centros mais urbanizados. Por exemplo, das cinco regiões brasileiras, 56,2% dessa população encon-

tra-se no Sudeste, ou seja, mais da metade desses indivíduos. Além disso, a análise de população em situação de rua por porte populacional expôs um crescimento de 135% na categoria de grande porte, equivalente a 88.565 brasileiros morando nas ruas.¹ Essa categoria demarca cidades entre 100 e 900 mil habitantes e é nela que Uberlândia se encaixa.

Assim, instala-se a relação entre graus de urbanização, pobreza e crise econômica na realidade brasileira e como tais adversidades tendem a aumentar no tempo. Como também entre situação de rua, catação e transcendência, quando se torna propício citar a estimativa realizada pela Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop), que levantou que em 2013 o Distrito Federal contava com cerca de 4 mil pessoas envolvidas na coleta seletiva através de cooperativas, e destas, 95% possuíam histórico de vivência nas ruas da capital. (Ferreira, Silva, Ramalho, Araújo, Cruvinel, 2016).

Por isso, ressalta-se aqui a importância de planejamento de políticas públicas nesse segmento social, que foi historicamente invisibilizado também pela dificuldade de ser mensurado (NATALINO, 2020). Notou-se que muitos catadores nasceram, viveram ou vivem em condição de rua, exclusão e pobreza, porém, ao mesmo tempo, ficou perceptível como a catação é justamente uma atividade que muitos encontram e, por meio desta, conseguem ter uma atuação, adquirir renda, aproximar-se de outras pessoas, dignificar seu papel na sociedade e formar suas identidades. No que condiz à construção destas, entendeu-se que o encontro desses indivíduos e o compartilhamento mútuo de suas trajetórias possibilita a percepção de semelhanças individuais e coletivas, o que faz com que eles se percebam enquanto pessoas caracterizadas pela exclusão, pelos conflitos com o Estado

e pela luta diária por direitos (Costa e Pato, 2016). Assim, para as autoras, o desenvolvimento da compreensão enquanto agentes sociais específicos e o empoderamento aprendido nesse processo possibilitam às catadoras e catadores que se identifiquem enquanto comunidade e desencadeiem movimentos de emancipação, como a formação de cooperativas (Idem).

Pois, tendo em vista que “o acesso ao saber constrói uma possibilidade concreta para a emancipação e transcendência do catador” (Costa e Pato, 2016, p. 115), ao perceberem que seu trabalho é essencial para a resolução da problemática do lixo e benéfico à toda sociedade, empoderaram-se ambiental e socialmente. Por conseguinte, para além do trabalho cotidiano, cada vez mais os catadores estão se formando educacional e politicamente sobre sua atuação, de modo que passam protagonizar o fomento de pautas no âmbito da educação ambiental que devem ser absorvidas pela sociedade civil, por exemplo, conscientizando de que não se trata de descartar, mas sim de destinar; o uso de terminologias como resíduos ou materiais recicláveis, em vez de lixo; **E que não existe jogar fora, apenas transferir de local.**

Assim, segundo as autoras, é no processo de transcendência que novos acordos são formados entre esses agentes, por exemplo, a abdicação da mendicância, tida como constrangedora para a imagem das cooperativas. Em outras palavras, o trabalho da catação foi a forma de superação encontrada capaz de dar sentido às próprias vidas e transformar traumas e indignação em empenhos cotidianos pelo acesso a vida digna (Antunes, 2005 apud. Idem).

“Esses indivíduos, no entanto, ainda permanecem diante do desafio de fortalecer suas organizações de maneira que possam obter uma renda

capaz de suprir suas necessidades humanas, juntamente com a necessidade de reconhecer a sua realidade, de refletir sobre ela, apontando e questionando os problemas socioambientais, e, com isso, construir possibilidades de soluções.” (Costa e Pato, 2016, p.117)

De maneira mais incisiva, coloca-se a necessidade e urgência de políticas públicas que além de incentivar a formação de cooperativas de reciclagem, ofereçam ferramentas e infraestruturas para que as condições de trabalho existentes melhorem.

Afinal, aumentar a atratividade dessa atividade, além de demonstrar respeito por ela, não parece uma possível solução econômica e social para reinserir moradores de rua na sociedade através da catação, impulsionar o aumento de agentes ambientais comprometidos com a reciclagem do país e possibilitar a ascensão social de grupos historicamente discriminados?

CATADORES E O ESPAÇO NA CIDADE

Ainda sobre as condições de trabalho, tem-se a marcante disputa por espaço na cidade pelos atores desse ofício. Onde o catador pode estar? As infraestruturas urbanas brasileiras para pedestres e para veículos de propulsão humana – onde os catadores com carroças encaixariam –, como ciclovias e ciclofaixas, muitas vezes são insuficientes e não possuem acessibilidade adequada nem mesmo para seu público alvo bem definido. Dessa forma, os catadores com carrinhos e carroças preferem a rua e relatam o convívio constante com ofensas e declarações de incômodos vindos dos motoristas de automóveis, que não enxergam que “por trás de cada carroça, tem um agente ambiental super poderoso”. (Anne Caroline, Cataflix, 2020)

Por isso, entende-se que ações e políticas públicas e urbanas também devem ser feitas nesse sentido.

Os catadores e catadoras, já privados de um espaço digno no estrato social, também têm seu espaço na cidade negado. Em matéria para a BBC News Brasil, Rubens, catador em São Paulo, declarou: “meu maior medo é ser atropelado na rua. Outro dia um motorista me deu uma pancada”².

Intervenções artísticas urbanas do Pimpmycarroça, chamadas Reciclovias e Vagas de carroças, buscaram dar visibilidade para a questão da falta de espaço e apoio aos catadores, criticando a inexistência de planejamento por parte da administração pública voltada para estes que exercem um trabalho para toda a sociedade. Ambas na cidade de São Paulo, a primeira foi a execução de um estêncil de catadores com carroças nas ciclovias para legitimar o uso dessas por esses agentes, o que não foi feito no decreto nº55.790/14. Já o Vagas de carroça chamou atenção não para o trabalho em movimento, mas à dificuldade de pausa frente alguma necessidade ou vontade, visto que não existem vagas destinadas e não se pode fazê-lo nas calçadas, o que gera conflitos com motoristas e transeuntes.

Quem resolve essa questão?



Dona Neusa, catadora em Uberlândia. Percorre os bairros Jardim Patrícia, Planalto e Cidade Jardim. Fonte: autora, 2021.



Ações artísticas. Fonte: Pimpmycarroça. Acesso em: 2021.

Assim, percebe-se também a convergência da atividade dos catadores na pauta de um planejamento urbano voltado às modalidades ativas e à ocupação da rua e do espaço público pelo corpo humano, aliadas à caminhabilidade e aos veículos de propulsão humana, seja ele a bicicleta ou a carroça. Enquanto exemplo de iniciativas institucionais, tem-se a distinta atuação da prefeitura de Fortaleza e seu Programa Reciclo lançado em 2020, o qual é coordenado pela Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP) e composto inicialmente pela distribuição de triciclos para aproximadamente 90 catadores cadastrados e instalações de “Ilhas Ecológicas” que funcionam como Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) nos bairros mais adensados da cidade. Para garantir a adesão e sucesso do programa, o projeto realiza campanhas de engajamento da população para aderir aos programas reciclagem e oferece benefício através do Recicla Fortaleza, o qual confere descontos na conta de energia elétrica em troca de resíduos plásticos. Inserir catadoras e catadores nos programas municipais geram conscientização, respeito e reconhecimento por parte da população.

QUESTÕES RACIAIS E DE GÊNERO

Essa seção busca expor de forma mais objetiva o perfil socioeconômico dos catadores, associando-o às questões de gênero, raça e saúde. Isso pois, no decorrer do estudo, tornou-se visível como a atividade da catação está relacionada não só com as condições de exclusão das cidades, mas com toda trajetória discriminatória brasileira. Identificou-se uma predominância gritante de negros e principalmente negras na atuação, em pesquisa sobre a situação social dos catadores, 66% dos entrevistados identificam-se como negros e negras (pretos/as ou pardos/as) (Silva, Goes e Alvarez, 2013). Momento em que se torna válido trazer o paralelo com o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual a porcentagem de negros e negras do Brasil equivale à 52%.

Esta estimativa é um dos reflexos da exclusão do mercado de trabalho brasileiro que, segundo Cherfem (2016), configurou nossa sociedade de classes, quando no desenvolvimento da formação econômica do Brasil, negou os trabalhadores negros,

antigos escravos, de posições assalariadas (Ianni, 1972 apud idem.) ao mesmo tempo que ocorria o processo de embranquecimento da população pelo estrangeiro branco (Fernandes, 1978 apud idem.). A conclusão disso é que os negros ficaram submetidos às periferias e aos trabalhos informais e desvalorizados, visto que o contrário pertencia aos brancos, e neste contexto iniciaram a atividade da catação nos lixões e aterros como fonte de renda. Desse modo, nota-se nas entrelinhas a relação da construção de uma ideologia racista, dominante e privilegiada com o preconceito permanente pela atuação “suja” das catadoras e catadores (Cherfem, 2016).

**CUIDADO COM A RUA QUE
O HOMEM DO SACO VAI TE
PEGAR!!!**

Entretanto, isso se torna ainda mais latente depois da constatação, através de pesquisas em grupos específicos, que a ausência de identificação enquanto negros e negras por muitos catadores ainda é bastante presente, onde um dos motivos se dá pelo fato de haver uma impressão de igualdade natural existente nos grupos enquanto “não brancos” ou “mais ou menos negros”, de modo que a discussão acaba ficando de lado (Cherfem, 2016). De acordo com a autora, essa impressão de igualdade forjada seria um reflexo do mito da democracia racial, cunhada por Florestan Fernandes.

Para além disso, vale ressaltar que, neste estudo, as cooperadas de pele mais clara ou com fenótipos associados às brancas não conseguiam se declarar como tal, o que explicitou a percepção da “raça branca” também a partir dos locais sociais que se encontram e ao poder de compra,

de modo que “haja um enegrecimento das pessoas dependendo do lugar de classe que ocupam” (Cherfem, 2016, p.66).

Em relação ao gênero, torna-se cada vez mais sabido que são as mulheres negras que ocupam a base da estratificação brasileira e são as maiores vítimas sociais, seja de trabalho informal, desvalorizado ou infantil, de abusos morais e sexuais ou de pagamentos salariais desiguais. Assim, segundo Carneiro (2003) e citado por Cherfem (2016), em média as mulheres negras são as que permanecem no mercado de trabalho por mais tempo, mas são as pessoas que obtêm menores retornos pelo tempo dedicado. Ademais, quando comparadas aos homens, estes geralmente conseguem trabalho com carteira assinada em suas trajetórias, como na construção civil, e, para além disso, a maior parte do grupo masculino relata não dedicar tempo ao cuidado dos filhos ou tarefas domésticas, o que é visto como responsabilidade da mãe.

Ou seja, percebe-se que além da sobrecarga e falta de reconhecimento no universo do trabalho, isso se repete em casa no trabalho doméstico.

Segundo as estimativas de 2019 do Movimento Nacional dos Catadores de Material Recicláveis (MNCR), as mulheres constituem 70% dos membros das cooperativas de triagem de resíduos sólidos; o que reflete o que Cherfem (2016) chamou de “feminização do setor de reciclagem”, sobretudo por mulheres negras.

Para além disso, a pesquisa ainda recolheu relatos nos quais as mulheres declararam o trabalho de doméstica como humilhante quando comparado ao nas cooperativas, uma vez que esse possibilita autonomia, empoderamento, acesso à educação e à formação política e criação de uma rede colaborativa adaptada a necessidade de horários flexíveis para cuidar da família, mesmo que geralmente cada



mulher arque com o ônus de suas faltas.

Acredita-se que é por esse contexto geral que autoras e autores delineiam a relação entre bandeiras feministas, setor de reciclagem e Economia Solidária (ES), a qual não será aprofundada, mas que vale ressaltar, visto que possui entre suas diretrizes principais a inserção das mulheres no mercado de trabalho de maneira autônoma e com empreendedorismo, desencadeando a superação de situações de submissão e violência.

“Em síntese, a economia feminista questiona a economia capitalista dominante por esta contribuir com a invisibilidade das mulheres. Para as feministas desta corrente, a economia capitalista contribui para a exploração e a subordinação das mulheres e para as desigualdades existentes entre as próprias mulheres” (Nobre, 2003; Faria, 2011 apud Cherfem, 2016, p.53).

Atualmente o MNCR possui encontros exclusivos de mulheres, bem como debates sobre feminismos e uma mobilização surpreendente em datas específicas, como o dia da mulher. Isso é importante também por potencializar a recuperação da autoestima dessas mulheres, as quais passam a ocupar espaços de decisão, estar nos processos de construção de planos estaduais e nacionais de Economia Solidária e protagonizar formalizações de demandas específicas para as cooperativas junto às empresas ou ao poder público. Ainda, vale relatar que foi percebida a presença de desigualdades nestes espaços que se intencionam solidários, igualitários e colaborativos, como a divisão sexual do trabalho juntamente com a valorização de atividades ligadas à força, como o manejo dos maquinários e a catação na rua, em detrimento das reprodutivas, como a triagem dos materiais dentro das cooperativas, re-

produzindo uma hierarquia social na qual “o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres” (Baudelot, 2003 apud Cherfem, 2016, p.58).

Na V Plenária Nacional de Economia Solidária de 2012 o grupo de trabalho chamado GT Mulheres do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Fbes) elaborou uma carta com as desigualdades de gênero em atenção, onde discorreram sobre a relação da ES com a autogestão, a qual é entendida pelas mulheres como o caminho para práticas de igualdade, autonomia e acesso aos espaços de decisão e a cargos representativos (Cherfem, 2016).

No documento, também foram listadas demandas como: socialização das tarefas de cuidado entre os pais, rotatividade de funções nos empreendimentos, combate à violência contra a mulher, inclusão dos temas raça, gênero e classe nos programas de formação educativos e políticos da ES e garantia de instrumentos por políticas públicas, como cozinhas e lavanderias comunitárias e creches, importantes aqui para a futura definição do programa.

A partir disso, foi possível notar que algumas reivindicações ligam-se às adversidades vividas pelos pais e o desejo de que a história não se repita - o trabalho infantil, a fome, o analfabetismo, a exclusão, a privação do direito à infância, a sobrecarga materna no cuidado, etc. -, o que juntos reafirmam a carência de uma infraestrutura de apoio apropriada que possibilite emancipação.

Dessa maneira, essa seção se valeu à intenção de explicitar o conjunto de desafios presentes nessas iniciativas e como eles estão relacionados a muitas questões identitárias delicadas, de modo que se torna evidente a necessidade de uma proximidade intensa do Movimento Negro e do Movimento Feminista junto às cooperativas de materiais recicláveis.

Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? Parece que quando eu nasci o destino, marcou-me para passar fome. Catei um saco de papel (...). Resolvi tomar uma média e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! **Eu que antes de comer via o céu, as arvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos.** (Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo, p.43)

CONDIÇÃO DE SAÚDE

Daquilo que aflige todos os trabalhadores do ramo, as condições de saúde merecem especial atenção. Em pesquisa do IPEA sobre uma cooperativa de Ceilândia, foi constatado que 43,9% das doenças apresentadas estavam relacionadas com especificidades da realização do trabalho e suas circunstâncias insalubres ou extremas (Ferreira, Silva, Ramalho, Araújo, Cruvinel, 2016). Os pesquisadores levantam a problemática de vivenciar no país a predominância do modelo biomédico, o qual exclui as realidades sociais das populações mais vulneráveis e, por isso, reproduz e perpetua desigualdades e injustiças (Barros apud idem).

Que suplício catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo.

(Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo, p.19)

Na pesquisa, as doenças relatadas foram categorizadas em

- i) as de ordem motora, relacionadas à atividade laboral, como hérnia de disco e lesão por esforço repetitivo (LER);
- ii) as relacionadas à inalação de gases; como alergias e dores de cabeça
- iii) as crônicas; e
- iv) as transmitidas por vetores.

Percebeu-se certa consciência por parte dos catadores da agressividade do serviço, porém, apenas 38,67% dos entrevistados afirmaram fazer consultas médicas com periodicidade anual ou semestral. Destes, 19,23% eram homens e 51,02% mulheres, o que para os pesquisadores é um reflexo do modelo dominante hospitalocêntrico vivenciado no país, no qual a prioridade não é a promoção de cuidados com a saúde, bem-estar e prevenção de comorbidades, mas sim de curá-las quando já estabelecidas, pensamento que afeta sobretudo os homens (Ferreira, Silva, Ramalho, Araújo, Cruvinel, 2016). Além disso, também foram identificados distúrbios como depressão e ansiedade, o que reafirma a necessidade de atendimentos amplos e atentos às realidades vividas por essas pessoas.

Em suma, constatou-se que as doenças acometidas são de baixa complexidade, ou seja, que existem tratamentos e cuidados eficazes disponíveis para melhora ou cura, principalmente se realizados antes de chegar em níveis críticos, e que 87,18% identificam o Sistema Único de Saúde (SUS) como meio de acesso à saúde.

Isto mostrou que os tratamentos poderiam ser realizados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) das cidades e que essas poderiam promover campanhas de conscientização sobre tais enfermidades com alto nível de resultado esperado. Os autores ainda ressaltam a importância da atuação dos agentes comunitários de saúde (ACS) para acompanhar os quadros desses indivíduos e como a inserção de ginástica laboral para a redução de distúrbios osteomusculares se mostra urgente. Entendeu-se, ainda, a relevância da presença de ações de empoderamento social para que esses indivíduos possam reconhecer e aceitar as condições de trabalho prejudiciais as quais estão sujeitos e assim, combater os danos causados pela profissão com propriedade sobre o sistema biomédico, de modo a reduzir as vulnerabilidades que vivem (Ferreira, Silva, Ramalho, Araújo, Cruvinel, 2016).

Assim, a partir do exposto, fica notável a necessidade de acesso periódico às consultas, tratamento psicológico, incentivos às práticas de condicionamento corporal e discussões sobre cuidados com a saúde pelas catadoras e catadores de materiais recicláveis.

TRECHOS DA OBRA QUARTO DE DESPEJO DE CAROLINA MARIA DE JESUS RELACIONADOS AO ASSUNTO.

Voltei para casa. Estava tão cansada que não podia ficar de pé. Tinha a impressão que ia morrer. Eu pensava: se eu não morrer, nunca mais hei de trabalhar assim.
Eu estava com falta de ar. (p.133)

Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. (p.40)

Passei o dia catando papel. A noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar. Começou chover. Eu ia na Delegacia, ia levar o José Carlos. A intimação era para ele. O José Carlos está com 9 anos. (p.26)

Eu estava tão triste! Com vontade de suicidar. Hoje em dia quem nasce e suporta a vida até a morte deve ser considerado herói. (p.104)

(...) mas aqui na favela não se pode dormir, porque que os barracões são úmidos, e a Neide tosse muito, e desperta-me. (p.92)

Ensaboei as roupas. Depois fui acabar de lavar na lagoa. O Serviço de Saude do Estado disse que a agua da lagoa transmite as doenças caramujo. Vieram nos revelar o que ignoravamos. Mas não soluciona a deficiencia da agua. (p.80)

De maneira angustiante e lamentável, a partir dos estudos ficou clara a situação dos catadores de materiais recicláveis como os excluídos dentre os excluídos, tendo em vista todas as camadas de discriminação que se sobrepõem. São em sua maioria pessoas que muitas vezes nasceram em condição de miséria, marcados pela exclusão social, pelo abandono familiar e estatal, pelo trabalho infantil, pela escassez alimentar, pela privação do direito à escola, à cidade e ao ser criança e pela insegurança.

Foi nesse contexto de mazelas sociais gritantes presente no Brasil, que as catadoras e catadores encontraram no descarte do outro uma possibilidade de trabalho, renda e vida melhor. Ou, muito mais do que isso, criaram um novo tipo de atuação, capaz de pavimentar caminhos para a eman-

cipação social a partir da estruturação de grupos baseados em autogestão e gestão colaborativa, conformando modelos de economia solidária alicerçados em movimentos sociais que refletem e reforçam a luta cotidiana por direitos e visibilidade.

Até aqui, o trabalho buscou dar corpo, contexto e alma ao marginalizado, tornando a história desses indivíduos um pouco mais visíveis. Mas além disso, coloca-se as seguintes questões:

As relações entre periferia, raça, exclusão do direito à cidade, desemprego, situação de rua, marginalidade e invisibilidade, são de correlação ou causa?

Como a cidade perpetua tais condições?

1. Tabela 4: População em situação de rua por porte populacional e nas capitais (set./2012-mar./2020) presente na pesquisa “Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)” de Marco Natalino. IPEA, 2020.

2. Matéria com relatos, histórias e informações sobre os catadores. Como o caso do catador assassinado pela polícia militar e falas como: “Acham que a gente é lixo!”, “Acham que carroceiro é burro, mas a verdade é que a gente faz um trabalho de base. Estamos salvando golfinhos, salvando florestas”; Jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40664406#:~:text=Agentes%20ambientais,est%C3%A3o%20em%20cooperativas%20e%20associa%C3%A7%C3%B5es>.

4

RETROALIMENTAÇÃO NA CIDADE

AS MÁQUINAS DE GUERRA

Máquinas De Guerra contra Aparelhos De Captura de Nelson Brissac é uma descrição crítica sobre o crescimento urbano descoordenado e fantasioso da cidade de São Paulo. Entretanto, acaba por ilustrar fenômenos presentes em muitas outras cidades brasileiras, tendo em vista a banalização de um campo de batalha urbano, definido pelo modo como:

“A cidade converteu-se num arquipélago de enclaves modernizados _ com suas torres corporativas, shopping centers e condomínios fechados _ cercados por vastas áreas abandonadas e terrenos vagos ocupados por populações itinerantes. Camelôs tomam as ruas, favelas vão preenchendo os espaços entre as autopistas, grupos de sem-teto instalam-se sob viadutos. Como uma maré informe, espraiam-se por todos os lados, tomando os espaços intersticiais. (...) Uma paisagem terminal em que construções modernas convivem com dispositivos de sobrevivência (...) A máquina de guerra se constitui por uma certa maneira de ocupar o espaço. É uma invenção de populações itinerantes, que ocupam o território pelo deslocamento, por trajetos que distribuem indivíduos e coisas num espaço aberto e indefinido.” (Brissac, 2002, Pg. 11)

Assim, ilustra as desigualdades territoriais e personifica sua dinâmica. Enquanto isso, o termo máquinas de guerra, trabalhado por Deleuze e Guattari, faz referência à ação dos nômades urbanos e aos dispositivos criados por eles, os quais são “instrumentos e equipamentos de sobrevivência na cidade global. Artefatos, veículos, barracas de vendas, arquiteturas de moradia precária: uma parafernália para des-

locamento e assentamento (...)” (Brissac, 2002, p.12). Para além disso, são também indicados como “armas”, de modo a explicitar a condição de vida ou morte na disputa urbana pela oportunidade de vida digna. Ainda, tal cenário configura a mobilidade como forma de política ativa, que é materializada pelo nomadismo no intraurbano e pelo êxodo e migrações no interurbano (Brissac, 2002).

É nesse contexto, em que “os nômades urbanos contemporâneos desenvolvem dispositivos (...) que permitem ao despoído sobreviver e transformar as condições de sua existência, (desenvolvendo) aparatos táticos contra o caráter estratégico das políticas de dominação” (Brissac, 2002, p.12) que surge a figura do catador, mais especificamente os catadores de papel, que na contramão cotidiana criam uma economia alternativa através da reciclagem. Para o autor “são eles que engendram as novas condições urbanas, as cidades em mutação. Tudo é uma questão de logística, meios de sobrevivência econômica na cidade _ coletar, guardar, carregar,



trocar, vender, abrigar” (Brissac, 2002, p.13).

Assim, suas resistências materializadas e distribuídas nas cidades confrontam e desafiam a imagem de coerência urbana construída através da exclusão e das regiões higienizadas.

Nesse sentido, os “aparelhos de captura” seriam tudo aquilo que busca controlar o espaço e as táticas do nomadismo, como o Estado ou “as cercas, os condomínios, as áreas restritas para o comércio informal, as práticas de remoção das populações sem moradia” (Brissac, 2002, p.23), os quais chegam a ser geridos por forças econômicas e corporativas de magnitudes globais.

Mais além, a arquitetura e o urbanismo também são tidos como aparelhos de



Daqui é possível ter uma visão panorâmica das famosas explosões de desenvolvimento que atraem milhares de visitantes anualmente. Vejam que espetáculo.

O importante é o desenho

O conselho dos arquitetos e especuladores imobiliários está reunido no último andar, elevador em frente, obrigado.

Vamos criar um novo ser humano

“Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas.”

(Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo, p.86)

captura, visto que são eles os responsáveis por controlar e interceptar as proximidades entre as populações desiguais, por meio de “dispositivos mais fluídos e porosos de discriminação espacial e social: trata-se de controlar o acesso, de modo a evitar o encontro casual de populações diversas” (Brissac, 2002, p.30).

Em outras palavras, essas áreas do conhecimento se prestam a criar os mecanismos de segregação e segmentação da população - física, social e psicológica - através de infraestruturas muito bem delimitadas, como shoppings, empreendimentos corporativos e comerciais e núcleos urbanos planejados altamente elitizados, os quais tornam-se capazes de expressar fronteiras invisíveis e impedimentos de ir e vir a seres específicos. Nesse cenário, fica perceptível a intensificação das privatizações, do controle policial e do preconceito com o outro.

Assim, as perguntas como “de quem é a cidade?” e “para quem, servem a Arquitetura e o Urbanismo” reverberam em inaudível e ensurdecedor som.

Como consequência, a fragilidade das políticas urbanas e regulamentações permitem o controle do espaço urbano por atores sociais específicos, produzindo “novas formas de poder e política local, fora dos sistemas políticos formais” (Brissac, 2002, p. 26) que podem ter intenções positivas para com os excluídos, como líderes comunitários, ONGs e movimentos sociais, ou ainda mais predatórias, de modo que os conflitos se retroalimentam e as disputas nunca são justas. Nelson Brissac configura dois personagens nos extremos opostos desse

campo de batalha de apropriação e produção do espaço (Lefebvre, 1974) através de uma “brincadeira” linguística, localizando em uma extremidade as multinacionais, e na outra as multidões. Dessa forma, percebe-se que as pontuações feitas até aqui correlacionam intimamente com a afirmação de David Harvey de que:

“A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, (...) capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas. Nossa tarefa política, sugere Lefebvre, consiste em imaginar e reconstituir um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador. (Harvey, 2014, p. 20)

Entretanto, concomitantemente, identifica-se que a arquitetura e o urbanismo também são cooptados e diluídos pelas multidões e transformados em máquinas de guerra, pois elas se apropriam dos espaços intersticiais, das infraestruturas, das áreas e equipamentos urbanos disponíveis, como quando “são incorporados por uma arquitetura de madeira e restos industriais que preenche todo o espaço entre o solo e as pistas suspensas”. E o que seria isso, se não um exemplo de que “há no urbano uma multiplicidade de práticas prestes a transbordar de possibilidades alternativas” (Lefebvre apud Harvey, 2014, p. 22) capazes de manifestar trajetórias revolucionárias na luta pela sobrevivência nas cidades.

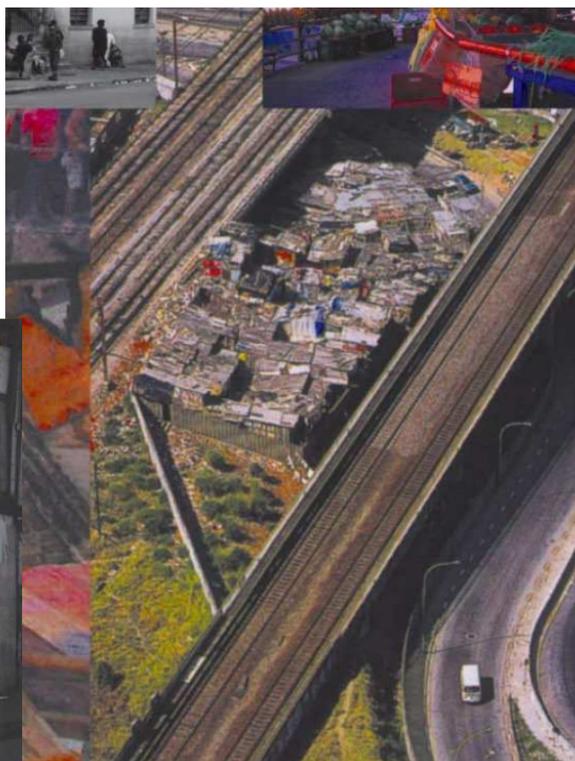


Mais além, fica notável que o caráter das máquinas de guerra “não decorre necessariamente de um projeto consciente, mas simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem, percebem e terminam por articular à medida que procuram significados para sua vida cotidiana” (Harvey, 2014, p. 22).

DA ARQUITETURA PRESENTE NA OBRA QUARTO DE DESPEJO

— Porque falamos disso? O nosso mundo é a margem. Sabe onde estou dormindo? Debaixo das pontes. Eu estou doido. Eu quero morrer!
— Quantos anos tem?
— 24. Mas já enjoiei da vida. (p.187)

Está chovendo. Fiquei quase louca com as goteiras nas camas, porque o telhado é coberto com papelões e os papelões já apodreceram. (p.153)



Hoje teve uma briga. Na rua A residem 10 baianos num barracão de 3 por dois e meio. Cinco são irmãos. E as outras cinco são irmãs. (p.63)

“A coisa que eu tenho pavor é de entrar no quartinho onde durmo, porque é muito apertado. Para eu varrer o quarto preciso desarmar a cama.” (p.133)

A importância de citar tais contextualizações em relação à arquitetura e ao urbanismo se dá para evidenciar sua condição de incorporação segundo interesses, assim como seu caráter político e possibilitador de resistência e emancipação. Além disso, expressa a necessidade de disseminar urbanismos que se localizem nos pontos médios do campo de batalha da cidade, buscando equilibrar as tensões e diminuir as desigualdades. Ademais, segundo Lefebvre e Harvey, precisa-se de uma transformação revolucionária baseada nos conceitos lutas de classe de Karl Marx, mas de forma atualizada à era urbana em vez da industrial, onde o papel desempenhado e creditado aos operários fabris é incorporado por trabalhadores urbanos - os quais, ainda por cima, são múltiplos e fragmentados, o que revela a complexidade da revolução urbana.

De qualquer modo, torna-se possível dizer que tais questões ressaltam a importância dos movimentos sociais urbanos no encabeçamento do direito à vida digna. Entretanto, para Harvey, o potencial revolucionário dos desses movimentos é subestimado por boa parte da esquerda tradicional, condenados por exercer “meras alternativas reformistas de lidar com questões específicas (e não sistêmicas)” (Harvey, 2014, p. 17) não sendo, por isso, tão revolucionários... Porém, isso se torna

extremamente contraditório, visto que ao serem analisados foi possível perceber que os grupos que reivindicam o direito à cidade são geralmente constituídos por minorias urbanas fortalecidas e politizadas, por exemplo: sem-teto/sem-terra que se organizam na luta pelo direito à moradia/à terra e aos serviços básicos - como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) no Brasil -, membros de comunidades negras de baixa renda, especialmente de favelas e periferias, mulheres e jovens lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queers, intersexo, assexuais e outros (LGBTQIA+) que lutam por seu direito à segurança nos espaços públicos e grupos que se mobilizam à elaboração de reformas complexas, como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU).

Entre esses grupos, é completamente plausível incluir o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) na luta pelo direito à cidade e por condições dignas de trabalho e moradia. Assim, concorda-se que, de fato, reivindicar o direito à cidade hoje pode ser equivalente a reivindicar um direito que não somente “não existe mais”, como também é provável que jamais tenha existido (Harvey, 2014). Como consequência:

“O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades (...) é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados.” (Harvey, 2014, p. 28).

Tomando esse trecho por referência, é

possível identificar a forte relação do direito à cidade com o valor de autodeterminação, definido por Erik O. Wright como um valor estrutural que conecta os valores de democracia e liberdade e que corresponde a ideia de que:

“em uma sociedade totalmente democrática, todos teriam amplo e igual acesso aos meios necessários de participar na tomada de decisões substantivas sobre aquilo que afeta suas vidas” (Wright, 2019, p.38)

E mais além, que a “pobreza em meio à abundância não apenas nega igual acesso às condições de vida plena, ela também nega o acesso aos recursos necessários para a autodeterminação” (Wright, 2019, p. 53).

Desse modo, a reflexão sobre o quão democrática é a sociedade que se vive é inevitável, tornando perceptível que reformas anticapitalistas – entendidas enquanto transformações que introduzem valores e princípios igualitários, democráticos e solidários dentro do capitalismo (Wright, 2019) – são urgentes para enfraquecer o “sistema capitalista de acumulação infinita, assim como suas estruturas relacionadas de poder de exploração de classe e do Estado” (Harvey, 2014, p. 24). É em meio a este repertório teórico que se compreende as cooperativas de catadores de materiais recicláveis enquanto exemplo de luta pelo direito à cidade organizada em estruturas de gestão compartilhada e autogestão, visto que:

“Estas organizações visam e cumprem exatamente o propósito do aumento da renda e da inclusão social dos indivíduos no mercado laboral, seguindo o modelo da Economia Solidária. Segundo Carvalho (2011), a estratégia da Economia Solidária fundamenta-se na tese de que são as contradições do capitalismo que criam

oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta ao próprio modelo de produção capitalista.” (Ferreira, Silva, Ramalho, Araújo, Cruvinel, 2016, p.153)

Assim como as cooperativas, a contínua condição de desigualdade tem provocado a insurgência de outras articulações comunitárias e discussões envolta dos comuns urbanos, como o surgimento de centros culturais populares, hortas urbanas, espaços de lazer e cozinhas e lavanderias compartilhadas, os quais mostram ao profissional de arquitetura e urbanismo a importância de microplanejamentos urbanos contextualizados e criativos. É para essas práticas e para exemplos relacionados a elas que se volta o olhar, compreendendo a capacidade de resiliência das populações excluídas e a demanda por um urbanismo atento ao cotidiano.

INDAGA-SE

Como a função do arquiteto se verte para o povo?

Como disseminar práticas arquitetônicas e urbanísticas adaptativas capazes de absorver demandas e existências desenvolvidas que precisam de mais espaço ou infraestrutura?

Qual a força da arquitetura e urbanismo que modifica positivamente não só a vida dos diretamente envolvidos, como de todos que compartilham daquele espaço urbano?

“Quais arquiteturas existem nas cidades para instigar a liberdade, a colaboração, a corresponsabilidade, os cuidados consigo, com o outro e com o espaço que habitamos?” (Arquitetura para Autonomia, 2019, p.19).

URGÊNCIA DO URBANISMO SOCIAL

Não é novidade que a realidade urbana brasileira é o resultado de anos de práticas excludentes, predatórias e irresponsáveis social, econômica e ambientalmente. O retrato disso no território urbano pode ser visto como a somatória de lógicas desordenadas e privatizantes com práticas tecnocráticas, as quais foram e são negligentes para com as questões do cotidiano, da coletividade, da desigualdade e da justiça social (Leite, Acosta, Haddad e Sutti).¹

De modo geral, constata-se um desequilíbrio socio-territorial alicerçado no ciclo vicioso da desintegração social, em que os mais vulneráveis são cada vez mais afastados dos centros, das oportunidades de emprego, de condições de moradia de qualidade e de acesso ao lazer. E, para além disso, tudo o que é público torna-se menosprezado pelo poder administrativo e pela parcela da sociedade que possui outras oportunidades, como o transporte público, os espaços públicos, o Sistema Único De Saúde (SUS), o sistema de ensino público e por aí vai... Dentro desse contexto, instala-se o fenômeno de privatizações da vida, no qual direitos e necessidades, básicos ou não, tornam-se mercantilizados, de modo que aqueles que não podem comprá-lo são resignados à falta de opção e qualidade de vida.

Por isso, o desafio do Urbanismo Social se dá na construção de políticas públicas urbanas – e principalmente, na aplicação dessas – subvertendo o urbanismo até então praticado, no intuito de fazer com que os municípios sejam ordenados de acordo com interesses coletivos e em respeito ao meio ambiente, o qual pertence e afeta a todos. Ainda, tendo em mente essa conjuntura e a potência transformadora dos movimentos sociais urbanos citada anteriormente, é possível compreender,

por exemplo, o processo de elaboração do Estatuto da Cidade durante o período de redemocratização do Brasil. Para os tempos atuais, entende-se a necessidade de desenvolver ferramentas que possibilitem a humanização do espaço urbano e a construção de uma sociedade que preze por condições de igualdade.

Concorda-se que muito do ônus vivido pelas gerações atuais nas cidades – como a desigualdade, a violência, a miséria e o medo – é resultado de práticas históricas e excludentes à grupos específicos, que, em parte, teve início em um processo de descolonização vergonhoso. O ponto é que, está cada vez mais claro que a dívida perpetua e cresce, e quem paga o preço são todos, principalmente as gerações seguintes às más gestões. Portanto, é urgente o estabelecimento de estratégias urbanas comprometidas com a responsabilidade moral e o bem estar social de todos e capazes de modificar este curso. A periferização e a marginalização são a materialização de práticas que podem ser traduzidas pelas lógicas do afastar, do dividir, do não relacionar, do não reconhecer – pois se é diferente. Não à toa, quando se pensa em abismos sociais, esses são também abismos territoriais nas cidades, e carregam questões identitárias ou raciais. Não à toa tem-se no Brasil o encavalamento entre as ideologias de classe, raça e Estado. Essa retroalimentação configura a condenação urbana vigente, possível de ser percebida na citação do sociólogo urbano Robert Park, para o qual a cidade representa:

“a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência

bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo” (PARK, 1967, p.3 apud HARVEY, 2014, p.28).

Tal declaração desencadeia uma série de reflexões sobre as cidades brasileiras e o estado de implosão que se encontram, quando, inclusive, das 50 cidades mais violentas do mundo, 15 são brasileiras, sendo elas: Natal, Aracaju, Belém, Feira de Santana, Fortaleza, João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Campos dos Goytacazes, Recife, Salvador, Teresina e Vitória da conquista.² A cidade do Rio de Janeiro, embora não esteja na lista, é um exemplo próximo que retrata a configuração das lutas de classe na urbanização através de questões de violência, desordem, conflitos de poder – traficantes, milícias e políticos corruptos –, da “guerra às drogas”, que também poderia ser chamada de guerra ao corpo negro favelado, e de várias outras condições desumanas que habitam um território servido de investimentos e infraestruturas.

Acredita-se que as cidades são retratos das histórias político-sociais dos países e revelam seu senso de comunidade e nação, assim como quem são seus cidadãos. Para tanto, se a identificação com as estruturas e crenças que trouxeram o país até aqui se encerraram, como escravidão, racismo e exclusão, é primordial que ocorram mudanças profundas na maneira de produzir o espaço urbano e recompensas pelo modo que este tem sido construído até então.

Essas mudanças são vistas como indispensáveis para alcançar a transformação da sociedade urbana atual, considerando que a “cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores...” (HARVEY, 2014, p.28). De outro

modo, as cidades brasileiras continuarão sendo um retrato de hipocrisia nacional e violência urbana.

Por isso, entende-se o Urbanismo social como um instrumento de transformação social a partir do urbano, criando programas que colocam a presença do Estado em regiões que foram esquecidas por este ao longo de anos e formulando políticas públicas integradas ao território que disponham de regulamentações e obras que beneficiem os mais pobres e não os mais ricos, como: mobilidade urbana pública, acessível e integrada, combate ao narcotráfico e redução das desigualdades. Urbanismos que humanizem os espaços e as relações, desencadeiem sentimento de pertencimento e impulsionem a ascendência de uma cultura cidadã.

Para que isso ocorra, é fundamental que os meios de inclusão e reinserção social se estruturam através de capacitação da população, e não apenas de assistencialismos, fomenta a autonomia, desencadeando emancipação em vez de dependência, e possibilite que os seres humanos desenvolvam suas capacidades artísticas e cognitivas. Portanto, a inversão de olhar que se propõe condiz ao exercício de enxergar a violência urbana vivida hoje como resposta à violência estatal e social legitimadas e infringidas às comunidades marginalizadas, e como a questão da segurança pública passa anteriormente por uma questão de gestão urbana.

Fico pensando na vida atribulada e pensando nas palavras do Frei Luiz que nos diz para sermos humildes. Penso: (...) se o Frei visse os seus filhos comendo gêneros deteriorados, comidos pelos corvos e ratos, havia de revoltar-se, porque a revolta surge das agruras. (Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo, p.86)

UPP SOCIAL

Para ilustrar tal afirmação, serão trazidos dois exemplos de projetos de políticas públicas, o primeiro deles é o desdobramento de uma das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) Social da cidade metropolitana do Rio de Janeiro. Sabe-se que atualmente o programa possui uma série de contradições que podem ser entendidas e analisadas de diversas formas, seja pela duração, pelos diferentes territórios de instalação, pelas milícias ou pelo abandono do Estado em de fato requalificar esses territórios. Porém, focaremos no objetivo das UPP de retirar o domínio de facções criminosas sobre regiões específicas e instalar sedes capazes de manter a pacificação e a inserção de serviços públicos nesses territórios, de modo que, para isso, estavam combinadas com o estabelecimento do programa UPP social. As atividades da UPP social seriam geridas pela Prefeitura do Rio e pelo Instituto Pereira Passos e teriam parcerias com ONGs e iniciativas sociais de caráter educacional e cultural em áreas vulneráveis.

Dessa forma, entende-se que as UPPs sociais tinham função de consolidar o processo de ocupação e pacificação nas comunidades, a partir de premissas de desenvolvimento social e também urbano, através da integração com outras comunidades, com a cidade “formal” e de melhoria de serviços públicos. Pesarosamente, as discontinuidades administrativas juntamente com a crise econômica, social e política do país, reforçadas nos escândalos de corrupção posteriores à Copa do Mundo de 2014 e, especialmente, às Olimpíadas de 2016, deram o pontapé final para falência, enfraquecimento ou desconfiguração des-

se programa, o qual no início apresentava altos níveis de aprovação pelas comunidades. Reflete-se, qual a convergência com o plano inicial desses programas com a política de segurança pública exercida por Wilson Witzel desde 2019?

A primeira UPP foi instalada em 2008 na comunidade Santa Marta, localizada na Zona Sul do Rio De Janeiro e próxima a vários bairros valorizados. Esta teve melhorias que se destacaram, como a clínica da família, uma sede da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), um plano de mobilidade que leva moradores e turistas para o alto do morro, casas de alvenaria que substituíram barracões de madeira e a instalação de rede de esgoto para 85% das casas (EL PAIS). Segundo o jornal, em Santa Marta, a participação da associação de moradores e suas reivindicações para que a secretaria de educação e turismo também se fizessem presentes fizeram toda a diferença, o que mostrou a importância do engajamento comunitário combinado com comandantes de UPPs qualificados. Relata-se que a major Priscilla de Oliveira Azevedo que esteve no comando da UPP Santa Marta, tornou-se “o principal rosto de um policiamento próximo ao cidadão e engajado na comunidade”.⁴

Por fim, é válido esclarecer que embora esta comunidade tenha registrado seis anos sem tiroteios, a situação atual é outra, marcada por tensões, conflitos e um clima de silenciamento por parte dos moradores. Infelizmente, a experiência geral em Santa Marta não foi a realidade das outras 36 UPPs que foram estabelecidas. Há, inclusive, comunidades que apesar de algumas melhorias também creditam às UPPs a violência





QUANDO OS
MUNDOS COLI-
DEM

POR ADEMAR VIEIRA

dentro do território e o aumento de conflito com traficantes, como é o caso relatado na Rocinha e no Complexo do Alemão. Isso é justificado em grande parte pelo esvaziamento orçamentário, pela interrupção das ações, modificação os comandos das UPPs e volta ou intensificação dos tiroteios, os quais podem ser melhor compreendidos em estudos como o Fogo Cruzado.⁵

Entretanto, em pesquisa sobre a situação de violência na capital do Rio e com o olhar que esse trabalho se presta, é importante trazer que segundo o levantamento do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) de 2019, o número de mortes a partir de 2008 até 2016 demonstram uma queda relativa aos demais anos. Ain-

da, de janeiro a março de 2019 o número de mortes por intervenção policial - antigos “autos de resistência” - somaram 434 casos, os quais configuram uma média de sete óbitos por dia e retratam o maior recorde de mortes policiais em 20 anos, exibindo a guerra racial deliberada do Rio.⁶ Dessas, pretos e pardos representaram 78% dos mortos na capital e entre eles, 43% tinham entre 14 e 30 anos de idade.⁷

Assim, a partir dos dados observados, foi possível estabelecer uma correlação entre a queda de tais índices com os períodos em que as políticas públicas de segurança se deram através das unidades pacificadoras e que as UPPs têm como importante herança a demonstração de que é possível enfrentar o tráfico de outras formas, que não apenas “entrar, atirar e sair”⁸. Por isso, embora seja um programa que se tornou contraditório, entendeu-se a importância de trazê-lo. De toda forma, por objetivos do trabalho, tais questões não serão aprofundadas e encaminharemos para um desdobramento específico gerado pela UPP social na comunidade de Manguinhos, zona Norte do Rio.

A HORTA COMUNITÁRIA MANGUINHOS

Após o estabelecimento da UPP nessa região, a prefeitura levou o Projeto Hortas Cariocas, coordenado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, instalou a infraestrutura para uma horta comunitária e abriu o programa de inscrição para os interessados em cuidar do horto de Manguinhos. A área, com metragem equivalente à de quatro campos de futebol e que estava ociosa e ocupada pelo crack, emprega

cerca de 21 moradores, produz aproximadamente duas toneladas de alimentos por mês, beneficia em média 800 famílias e é reconhecida como a maior horta comunitária da América Latina. Informou-se de que o projeto Hortas Cariocas proporcionou, em diferentes comunidades, a reinserção social de pessoas que estavam em situação de desemprego e de desalento, como também recuperação daqueles com doenças, como depressão.

A horta de Manguinhos pôde transformar um espaço marcado pelo uso de drogas em um local de desenvolvimento de novas histórias de vida, estruturadas no emprego local, na construção de laços, na colaboração, no contato com a terra, na gestão compartilhada feita por moradores do entorno e no cultivo sustentável de alimentos. Ponto este de extrema importância visto que muitas populações pobres ainda convivem com a fome ou, e principalmente, com problemas de má nutrição, de modo que o fato dos envolvidos com a horta relatarem ter aprendido como se alimentar melhor extrapola a questão do acesso ao produto de qualidade. Além disso, a horta possui um projeto voltado às crianças que funciona aos domingos e durante as férias, o qual ensina sobre alimentação saudável e a sua importância e desenvolve práticas de cultivo, colocando-as em contato direto com a natureza em uma relação de cuidado.⁹ Em relação à produção da horta de Manguinhos, os alimentos principais são: quiabo, batata-doce, couve e hortaliças, os quais são consumidos pelos produtores e familiares e comercializados no Ceasa e em barraquinhas na própria comunidade, ou também, doadas ou vendidas por preços simbólicos aos moradores que não podem pagar. O lucro resultante é repartido entre os agricultores e complementa o valor das

bolsas oferecidas pela Prefeitura, as quais são responsáveis por manter as pessoas trabalhando no projeto.

Nesse sentido, o Hortas Cariocas pos-



Fonte: Jornal O Dia. “Manguinhos tem a maior horta comunitária da América Latina”. 2021.

sui um sistema de economia solidária semelhante ao observado nas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, de modo que seja possível identificar alguns pontos estruturantes em comum como: capacitação para exercer novas funções, autogestão e gestão compartilhada, aprendizagem sobre sustentabilidade e meio ambiente - educação ambiental - e, sobretudo, reinserção social a partir da execução de um trabalho em rede com outras pessoas.

Além disso, acredita-se que existência e funcionamento da horta Manguinhos também espelha a definição de urbanismo social enquanto “intervenções urbanas integradas em territórios de vulnerabilidade social, realizadas com participação social, que visam o desenvolvimento humano integral e a promoção da cidadania” afirmada pelo coordenador do Laboratório Arq.Futuro de Cidades do Insper, Tomas Alvim.

RIO DE JANEIRO

Mortes por intervenção policial em 21 anos no RJ

Primeiro trimestre de 2019 teve 434 mortes

Janeiro a Março - Número de mortes	Taxa por 100 mil habitantes	
1998	76	0,5
1999	79	0,6
2000	94	0,7
2001	152	1,0
2002	206	1,4
2003	314	2,1
2004	223	1,5
2005	225	1,5
2006	228	1,5
2007	318	2,1
2008	358	2,3
2009	272	1,7
2010	220	1,4
2011	168	1,0
2012	111	0,7
2013	96	0,6
2014	152	0,9
2015	202	1,2
2016	163	1,0
2017	306	1,8
2018	368	2,2
2019	434	2,5

Fonte: Instituto de Segurança Pública

Infográfico elaborado em: 02/05/2019



Fonte: Portal de notícias da Globo (G1). Acesso em: 2021.

CENTRO COMUNITÁRIOS DE PAZ (COMPAZ) - RECIFE

O segundo exemplo são os Centros Comunitários de Paz (COMPAZ) de Recife, que foram viabilizados pela Secretaria de Segurança Urbana e que visam colocar a presença do Estado para quem mais precisa e promover: conteúdos social e pedagógico com foco em cidadania, cultura de paz e não violência, oportunidades para o mercado de trabalho, redução das desigualdades, queda do índice Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), fortalecimento das relações sociais no território, arte e lazer.

Além disso, os COMPAZ são equipamentos de alta qualidade arquitetônica, de modo que seus aspectos construtivos já defrontam e subvertem a lógica perversa

de “precariedade e mínimo” ao pobre, tão comum e naturalizada no Brasil. Ainda, tendo em vista as correlações feitas anteriormente sobre democracia, autodeclaração e liberdade, concorda-se que “de nada servem os valores se não existe uma oferta urbana que permita viver de acordo com eles”.¹⁰

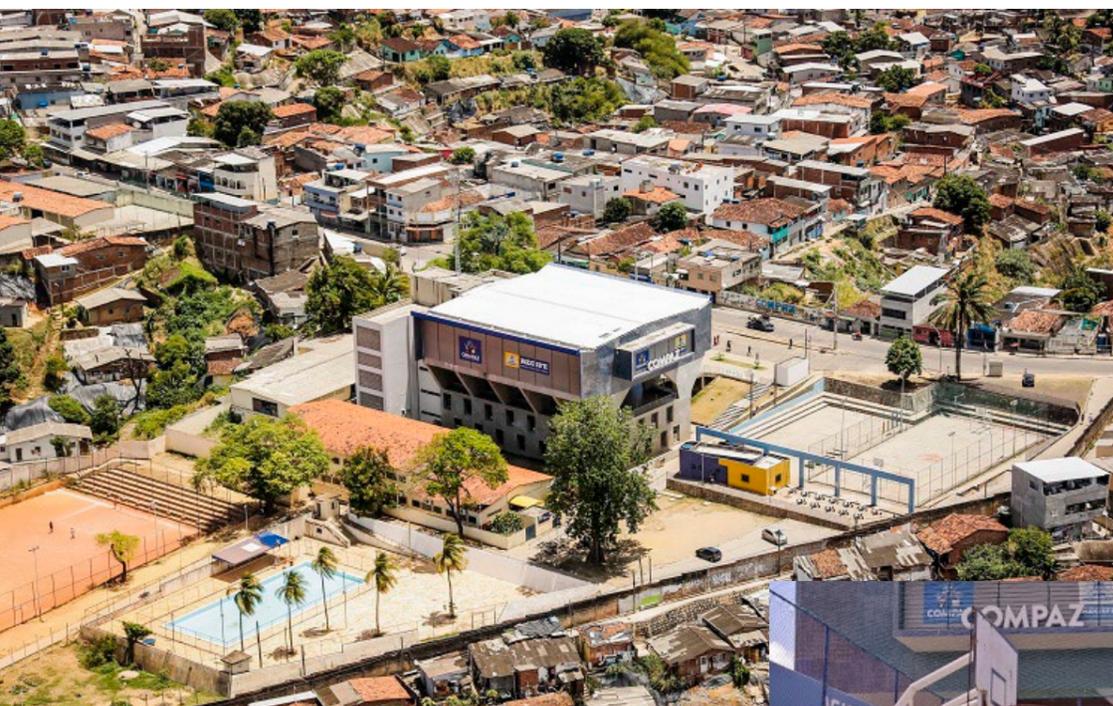
O COMPAZ foi baseado nas experiências colombiana de urbanismo social, que se deu através da construção de equipamentos públicos e apoios em áreas periféricas, principalmente de Medellín e Bogotá, como as bibliotecas parques e os bondinhos aéreos. A primeira unidade foi inaugurada em março de 2016 no bairro do Alto Santa Terezinha, Zona Norte de Recife. Segundo o site da prefeitura, atualmente são mais de 14 mil pessoas cadastradas no Compaz Eduardo Campos para usufruir dos serviços, atividades e cursos ofertados. No que condiz aos índices de apropriação mais relevantes, a

Biblioteca Afrânio Godoy, presente nessa unidade, recebe, em média, 250 pessoas por dia e o Dojô, centro de artes marciais com Jiu Jitsu, Judô, Taekwondo, Aikido, Luta Olímpica, Submission e Capoeira possui mais de 800 praticantes. Vale ressaltar que alguns alunos do Dojo já se tornaram atletas profissionais e venceram competições nacionais e internacionais. Em relação ao CVLI, a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE) aponta que no raio de um quilômetro do equipamento a taxa teve uma queda de 27,3% no comparativo entre 2017 e 2016 e que em 2018 não houve nenhum homicídio em Alto Santa Terezinha.

A segunda unidade, chama-se Compaz Escritor Ariano Suassuna e se localiza no bairro Cordeiro, zona oeste da capital pernambucana e possui mais de 18 mil pessoas cadastradas. O equipamento oferece espaços para resolver pendências de docu-

mentação, questões judiciais e assistência social. Possui como destaques: o Ateliê Compaz, que tem como foco a capacitação dos participantes para geração de renda e a Biblioteca Jornalista Carlos Percol, a qual possui uma dinâmica de conhecimento e cidadania que merece ser colocada em atenção:

“O foco é aproximar crianças e jovens que perderam interesse por esses espaços, por meio de atividades lúdicas e interativas. O espaço possui computadores com acesso à internet, salas de estudo e espaço infantil com dois arte-educadores. Entre as atividades, contação de histórias; apresentações teatrais, musicais, circenses e literárias; rodas de diálogos com temáticas de combate às drogas, racismo, homofobia, violência contra mulheres; Confecção de livros, cine debates, atividades manuais (artesanato), música, brincadeiras populares, além de colônia de férias nos meses de recesso escolar” (Site prefeitura)



Compaz Eduardo Campos. Fonte: site prefeitura de Recife. 2021.



Compaz Ariano Suassuna. Fonte: site prefeitura de Recife. 2021.



Trazendo os mesmos comparativos, a SDS/PE estimou que no raio de um quilômetro desta unidade o índice de CVLI caiu 35% de 2017 para 2018. Ainda, nos estudos de cidades mais violentas do mundo, Recife apresentou uma queda na taxa de homicídios de 25% entre 2017 e 2018.¹¹

Dessa forma, enxerga-se os Centros Comunitários de Paz como um modelo de ação pernambucano a ser seguido pelas demais cidades brasileiras, em especial as mais violentas, as regiões metropolitanas e as capitais, de modo a difundir uma arquitetura que viabilize a resiliência urbana e a reestruturação da vida pública. Para Jorge Mário Jáuregui – importante nome da arquitetura de inclusão social e reconhecido por seus projetos de urbanização de favelas no Rio de Janeiro – o “urbanismo social deve ser concebido na perspectiva da

mobilização produtiva do território” a partir da detecção dos potenciais específicos, os quais devem ser incorporados na elaboração dos projetos de impacto urbano, de modo que esses sejam estruturados pela premissa da “eficiência no campo dos recursos tanto materiais quanto humanos”, o que se mostra em excelência consonância com a programação dos Centros Comunitários de Paz.

Em suma, entende-se tais exemplos como políticas públicas que visam agir diretamente na segurança pública através de articulações urbanas, possibilitando que moradores de áreas historicamente marginalizadas e estigmatizadas tenham oportunidades de construir suas vidas de formas criativa e emancipatória. Acredita-se que as capacidades intelectuais, artísticas

e esportivas de todo o território brasileiro devem ser absorvidas e potencializadas, principalmente de crianças e jovens, os quais ao invés de captados pelo crime, teriam acesso ao conhecimento, ao valor de autodeclaração, ao direito de serem crianças e jovens, à criação, ao direito à vida, à autonomia e à ascensão social.

Ao mesmo tempo, entende-se que tais transformações desencadeariam o concomitante declínio do pensamento violento, discriminatório e potencializador de conflitos entre classes sociais, baseado na diminuição de índices de criminalidade e conflitos armados e pela humanização da imagem do excluído. Por consequência, entende-se o aumento da segurança urbana como passo primordial para tornar possível uma população urbana mais empática, e com apreciação pelo coletivo, que veja a cidade como palco de apropriação livre por todas as classes, gêneros e raças. Desse modo, os espaços privados não seriam mais os preferidos por serem os únicos que garantem a integridade física e moral e os espaços e equipamentos públicos cumpriram suas potencialidades criativas e seus deveres de acolhimento, encontro, lazer, enfim, de qualidade de vida.

Assim, tendo em perspectiva o que foi apresentado, afirma-se que esse trabalho acredita no “encantamento” das ruas e dos corpos em oposição à funcionalização e segregação do urbano, de modo que a conquista do direito à cidade também se dá pela liberdade de poder criar uma vida urbana alternativa que seja “menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível” (Lefebvre apud Harvey, 2014, p. 11).

Ou seja, não se acredita em uma vida urbana pacificada ou controlada, mas na coexistência pulsante dos conflitos – e da negociação desses – que surgem nos contextos de partilha do comum com aquele

que se é diferente (Wisnick, 2018), a qual pavimenta o desenvolvimento de tolerância social com a pluralidade (Fontes, 2013), visto que a importância de reconquista do espaço público e convívio comunitário se sobrepõem aos valores ou preferências pessoais e desse modo, o senso de comunidade supera o de individualidade.

Por isso, entende-se que os espaços urbanos coletivos possuem grande potencialidade para se tornarem ou apoiarem territórios educadores, os quais, segundo Marília Loureiro da Casa do Povo, são variáveis de acordo com o contexto e época específicos, mas no geral é o:

“espaço que oferece uma pedagogia para desaprender aquilo que já se pensava conhecido. Ele mostra que devemos o nosso sentido inquebrável da realidade a regras pouco sólidas, e não ao caráter inquebrável do mundo. Por isso, ousa reinventar suas regras, repensar suas dinâmicas, mover suas relações e rever seus desejos. Por não submeter-se aos valores e convenções vigentes, o território educador existe no mundo como um espaço de germinação de outros mundos. Talvez, por fim, um território educador possa ser qualquer lugar, instante ou situação em que a curiosidade de conhecer seja maior do que a necessidade de reconhecer; que a gratificação da surpresa seja maior do que o conforto da confirmação.” (Arquitetura para Autonomia, 2019, p.35)

Em síntese, busca-se uma realidade urbana que seja **subversiva**. Capaz de se reinventar para melhor.

Programação compaz			
EDUCACIONAIS			
Leitura e Estudo	Tecnologia	Integração e Arte:	
Banca de Estudos (aula de reforço de Português e Matemática)	Cursos de inclusão tecnológica: (Robótica, Programação de Games, Produção de Áudio, Produção de Vídeo, Editores de Texto e Apresentação, Excel, Educação Financeira, Internet e Redes Sociais, Introdução à Informática) Divertec: atividade lúdica com crianças com uso de tecnologia para estimular aprendizado Bibliotec: estímulo à leitura através da tecnologia Tab&Tec: (tecnologia, jogos de tabuleiros e games)	Mc's da paz (atividade musical que trabalha a cultura de paz) Cantando Histórias (contação de histórias com música)	
Ler com Paz (encontros sobre cultura de paz) Senta que lá vem história (contação e criação de histórias) Conta, Mãe! (mediação e incentivo à contação de histórias com as mães) Hora do Conto (contação de histórias) Engatinhando na Leitura (contação de histórias para 1ª Infância)		Faça Você Mesmo (oficinas de artesanato) Pintando o 7 (atividades artísticas)	
		Papo Reto (rodas de diálogos com jovens) Um dedo de prosa (encontros para boa idade)	
		Batendo Perna (passeios a espaços culturais) Bibliodança (dança na biblioteca) Biblioteca Pop (atividade com jovens sobre cultura e arte)	
CULTURAIS			
Balé, Dança e Oficina de Circo.		Confecção de instrumentos de percussão, aula de violão e Oficina de Música	
Esporte	Saúde E Bem Estar	Qualificação Profissional e Geração De Renda	Serviços
Futebol, Futsal, Natação, Natação para bebês, Hidroginástica, Hóquei, Treino Funcional, Badminton, Tênis, Handebol, Voleibol e Basquete	Atendimento psicológico e avaliação médica (usuários cadastrados) Acolhe Vida (acolhimento de pessoas dependentes químicas) Atendimento pedagógico à pessoa com deficiência	Ateliê Compaz UAI - Utopias Artísticas Itinerantes (formações em teatro, dança, arte e música)	Emprego e renda nos bairros Secretaria da Mulher Centro de Referência em Assistência Social - CRAS
Jiu jitsu, Judô, Aikido, Luta Olímpica, Capoeira, Taekwondo, Ginástica e Dança Recreativa	Ioga, Biodança, Danças Circulares e e Academia da Cidade	Sala do Empreendedor Qualifica Recife	Procon Mediação de conflitos Junta Militar Assistência judiciária Prouni Recife

Tabela com programação COMPAZ disponibilizada no site da Prefeitura de Recife. Organização: autora, 2021.

notas

1. LEITE, Carlos; ACOSTA, Claudia; HADDAD, Fernando; SUTTI, Weber. Urbanismo social em São Paulo. Política pública fundiária e instrumentos indutores desenvolvidos no período 2013-2016 (gestão Haddad). Arqtextos, São Paulo, ano 19, n. 219.06, Vitruvius, ago. 2018 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/19.219/7103>>.

2. Consejo Ciudadano Para La Seguridad Pública Y La Justicia Penal LA. Las 50 ciudades más violentas del mundo 2018. Ciudad de México, 12 de marzo de 2019. Disponível em: <http://seguridadjusticiaypaz.org.mx/files/estudio.pdf>.

3. Quando a UPP Social ganhou o prêmio máximo da ONU-Habitat, o UN-Habitat Scroll of Honour, completando 3 anos de programa em 2014. Instituto Pereira Passos, Prefeitura do Rio. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudosocial?id=4677445>

4. Betim, Felipe. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio. EL PAIS, Rio de Janeiro, mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html

5. RESENDE, Leandro. UPP 10 anos depois: as promessas cumpridas e as que ficaram pelo caminho. Agência Lupa. Revista Piauí. Folha de São Paulo. Rio de Janeiro, dezembro 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/22/upp-10-anos/>

6. Materia com dados e pormenores sobre os récordes batidos em 2019 de mortes em intervenções militares e apreensões de fuzis, armamento relacionado à atuação de milícias. Rio de Janeiro, maio, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/03/rj-bate-recorde-na-apreensao-de-fuzis-em-2019-numero-de-mortes-por-intervencao-policia-e-o-maior-nos-ultimos-20-anos.ghtml>

7. Materia que expõe diferentes dados e casos relacionados ao racismo estrutural presente na política pública militarizada do Rio de Janeiro. G1. Junho, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-aco-es-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml>.

8. **Concordância com fala de Ignacio Cano, sociólogo e especialista em segurança pública, em reportagem ao jornal.** EL PAIS, Rio de Janeiro, mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html

9. LIMA, Patrícia. Horta de Manguinhos produz 2 toneladas de alimentos por mês. Disponível em: <https://diariodorio.com/horta-de-manguinhos-produz-2-toneladas-de-alimentos-por-mes/>.

10. Frase de Alonso Salazar citada por Murillo Cavalcanti, no Webnar da INSPER “Urbanismo social: uma estratégia de intervenção urbana em territórios vulneráveis.”. Julho, 2020. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/agenda-de-eventos/urbanismo-social-uma-estrategia-de-intervencao-urbana-em-territorios-vulneraveis>

11. Prefeitura Recife. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/conheca-o-compaz-fabrica-de-cidadania-do-recife>

5

EMPODERAMENTO COMO CAMINHO

A construção de uma realidade urbana criativa e a potência dos territórios educadores.

“Sabemos que o direito à cidade é um processo constante de luta dos grupos menos favorecidos pela vida urbana digna. Nas disputas urbanas, a ideia do direito caminha na direção da igualdade e da democracia.

Estamos, entretanto, longe disso, como sociedade, no Brasil, seja do ponto de vista do meio físico, seja do ponto de vista do meio social. Ações de natureza educativa, ativadoras de experiências da liberdade de estar no espaço coletivo do modo mais seguro e franco configuram-se como uma estratégia para a consciência do direito à cidade.

A arquitetura e o urbanismo têm um papel estruturador no desenho das desejáveis relações das pessoas com suas vidas, com as vidas dos outros.

A cidade é, por sua natureza, encontro, troca, nosso habitat. Mas se o ambiente é instável, inseguro, desconfortável, amedrontador, a coragem para seus desafios fica nublada diante da ideia de sobrevivência. A construção da autonomia e da cidadania passa, necessariamente, pelo exercício de uma segurança com o cotidiano, passa pelo sentimento de que o mundo nos permite ser livremente o que desejamos ser, juntos.

A arquitetura pode ser uma ferramenta de organização do espaço para que ele acolha, como disse Paulo Mendes da Rocha, “a imprevisibilidade da vida”.

A luta pelo direito à vida urbana digna e livre é um processo coletivo. Um processo lento, assim como a educação e a consciência da autonomia – será na cidade, com suas arquiteturas inclusivas, que poderemos praticar esta conquista.”

(Marina Grinover, *Arquitetura para Autonomia*, 2019, p.105)

CENTRO COMUNITÁRIO CAROLINA MARIA CAPACITAÇÃO, RECICLAGEM, ARTE, SAÚDE E LAZER

Decide-se portanto por um projeto que seja capaz de melhorar a qualidade de vida de pessoas periféricas e que foram excluídas, através de oportunidades de contato mais próximo com a arte, a literatura e o conhecimento e de lazer, os quais oferecem possibilidades de encontros e um fazer cotidiano mais rico. Isso, pois, considera-se esses espaços como locais de acolhimento e reconhecimento do potencial particular de todos os seres, mesmo daqueles que foram subjulgados, e, ainda, materializam uma forma mais humana de lidar com os desafios contemporâneos dos países emergentes.

Presume-se que o atendimento às necessidades pessoais, assim como a chance de viver experiências, ensina a força do estar em movimento e da união. Acredita-se em uma coletividade capaz de ampliar, incentivar e aumentar a comunicação entre os projetos de vida pessoais e os coletivos, onde as conexões entre os cidadãos formam redes sociais fortalecidas e desencadeiam processos de recuperação da dimensão pública da cidade (Rolnik, 2000).

Assim, tendo até aqui a relação de um programa com ofertas educacionais, capacitantes, culturais, esportivas e voltadas para saúde e bem estar, indaga-se, onde entra o lazer e porquê?

Segundo Rolnik (2000) a atualidade não permite que o lazer se configure como uma simples vivência oposta ao trabalho, pois o espaço da cidade foi capturado e privatizado, de modo que o lazer mercador, e para tal, é preciso poder de compra e tempo, pois eles estão principalmente em locais privilegiados. A autora coloca a indagação “cidade possibilita ou impede a fruição do tempo livre?”

Opções de lazer são fundamentais para a formação das personalidades hu-

manas e das capacidades intelectuais, é impossível haver cidade criativa se esta se basear apenas na força produtiva. Além disso, a fruição na cidade estreita a relação de uns cidadãos com os outros, ou seja, o lazer desempenha funções pessoais e sociais e se conecta com a dimensão pública da cidade (Rolnik, 2000).

Assim como Rolnik, acredita-se que o lazer é um grande instrumento antiexclusão. Por isso, é necessário recuperar a dimensão coletiva e uso multifuncional do espaço público, da rua, que são por excelência o lugar de ficar, do encontro, do prazer, da festa, da venda, da vida, da formação de culturas e personalidades e, não menos importante, dos contratos sociais.

REFERÊNCIAS PROJETOAIS

Para essas análises, no que condiz ao projeto de centros comunitários especificamente, buscou-se priorizar o estudo de projetos da América Latina, baseando-se no entendimento de que há entre esses territórios um maior compartilhamento de contextos, culturas, pré-existências, demandas e condições orçamentárias.

Assim, voltou-se o olhar para essa região, no intuito de conhecer melhor suas práticas, materialidades e concepções arquitetônicas, as quais muitas vezes são desvalorizadas frente ao protagonismo das arquiteturas dos países “de primeiro mundo”. Entretanto, é válido esclarecer que tal intenção não se dá de maneira restritiva, de modo a tornarem nulas as referências provenientes desses países, mas é muito mais um exercício de aproximação da América Latina.

Centro de Atención Comunitario, 2013

Área: 2946 m²

Arquitetura: Gubbins Arquitectos, Polidura + Talhouk Arquitectos
Peñalolén, Chile.

Destaca-se, nesse projeto, a solução encontrada para topografia do terreno e a articulação da implantação com o entorno. O edifício se integra longitudinalmente com os outros, ao passo que parte do programa fica no subsolo, de modo que o edifício

fica com uma escala amigável ao traseunte que utiliza a praça criada em frente com escadaria e arborização. Assim, é convidativo ao estar no espaço público e valoriza a ambiência geral por se erguer na extremidade oposta às faces de contato com a rua.

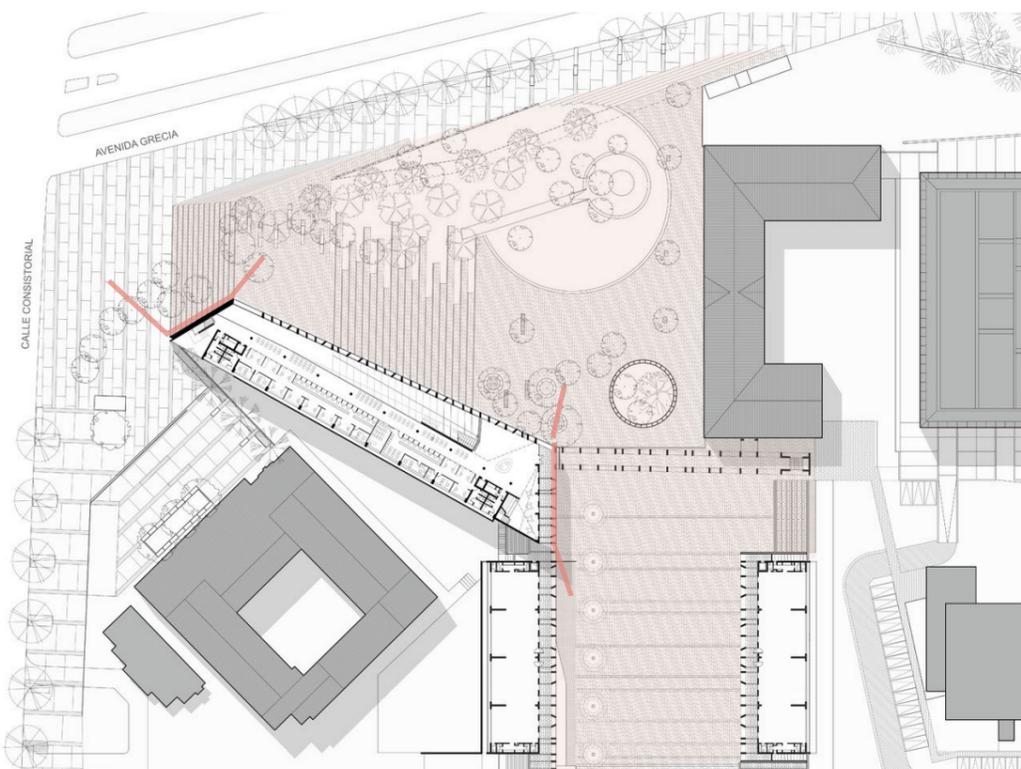
Além disso, as materialidades do edifício e as esquadrias com requadros de proteção solar em concreto também chamam bastante atenção.



Centro de Atención Comunitario. Fonte: Archdaily



Centro de Atención Comunitario. Fonte: Archdaily



Centro de Atención Comunitario. Fonte: Archdaily

Centro Cultural Comunitario Teotitlán del Valle, 2017

Área: 1700 m²

Arquitetura: PRODUCTORA
Teotitlán del Valle, México

Este projeto foi orientado pela estética do entorno, que determinou parâmetros de altura, cor e materialidade. Isso configurou uma mínima e muito assertiva paleta de cores (integrando à paisagem) e materiais (de origem local) como: concreto pigmentado, madeira, telhas de barro e tijolos.



Centro Cultural Comunitario Teotitlán del Valle. Fonte: Archdaily

Articula-se em dois volumes, onde o principal comporta um programa multiuso, possibilita diferentes layouts de apropriação e permanência e destina zonas livres, preparadas para o imprevisível, e secundário, que contém a Biblioteca Municipal e uma área de serviços.

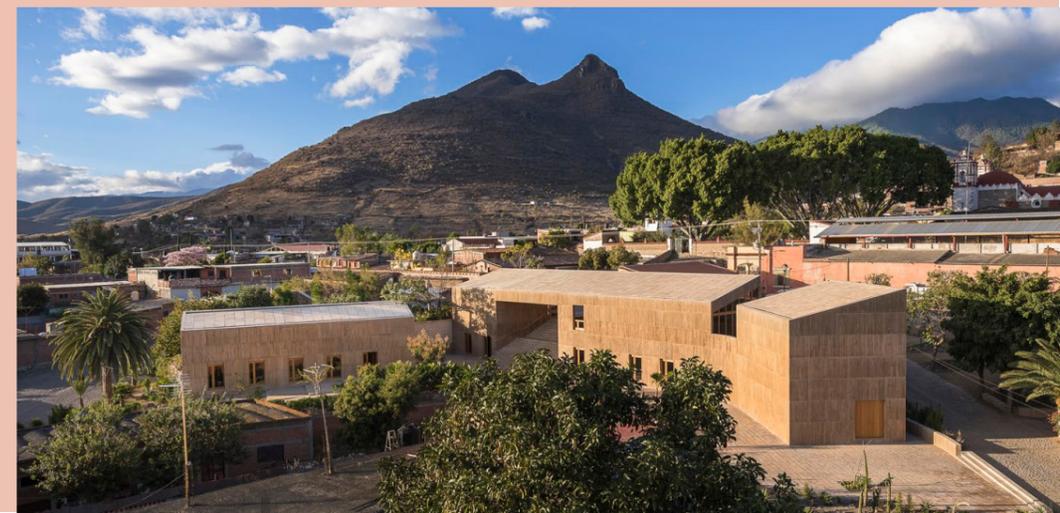
Juntos, ocupam 18% da superfície do terreno, de modo a projetar um amplo espaço público integrado à paisagem urbana com as praças e edifícios do entorno, delineado e arrematado por paisagismo de vegetação local. Por isso, percebe-se aqui a atenção ao pedestre e ao passeio, colocando o percurso como condicionante projetual.



Centro Cultural Comunitario Teotitlán del Valle. Fonte: Archdaily

Entende-se que por se tratar de uma edificação comunitária cultural, o projeto possui uma intenção estética maior e que apela para sensações e cenários. Porém, apesar de ter materiais e acabamentos sofisticados, opera em uma lógica mais crua.

Centro Cultural Comunitario Teotitlán del Valle. Fonte: Archdaily



Centro de Desenvolvimento Comunitário Parque el Higuerón, 2019

760 m²

Arquitetura: AGENdA (Colombia) Agencia de Arquitectura + Dellekamp Schleich
Jojutla de Juaréz, México

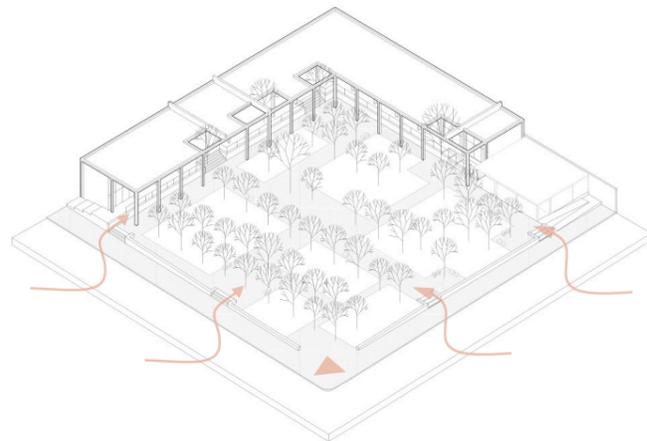
Em Setembro de 2017 um terremoto estremeceu o México e Jojutla, no estado de Morelos, foi um dos municípios mais afetados do país, com a maior parte de sua infraestrutura pública colapsada (destruída completa ou parcialmente). Assim, foi elaborado um plano diretor para a reestruturação dos principais edifícios públicos da cidade, momento em que estes escritórios foram chamados para colaborar em dois projetos. “Duas representações simbólicas da fé. Dois templos, um religioso e um laico. Uma igreja (Santuario Señor de Tula) e um centro comunitário (El Parque Higuerón)”¹. Por isso, o conceito foi resgatar o edifício e



Centro de desenvolvimento comunitário Parque el Higuerón. Fonte: Archdaily

torná-lo símbolo de comunidade e solidariedade para uma sociedade em difícil processo de reconstrução.

Além da importante contextualização em que o centro se dá, destaca-se a implantação do projeto e seu sistema construtivo, este, concebido em estruturas rígidas de concreto em grelha, o qual permite diferentes composições de espaços abertos e fechados e modificações necessárias que podem surgir no longo prazo. Os espaços delimitados comportam as oficinas, a biblioteca e as secretarias municipais, os quais são fechados por vedações em tijolos ou esquadrias de vidro, estas localizadas nas fachadas frontais e em algumas laterais e protegidas por grandes beirais. Assim como o centro de atenção comunitário chileno, a implantação nas margens internas torna o projeto convidativo e potencializa o contato entre usuários, transeuntes e cidade, configurando-se um pouco como praça.



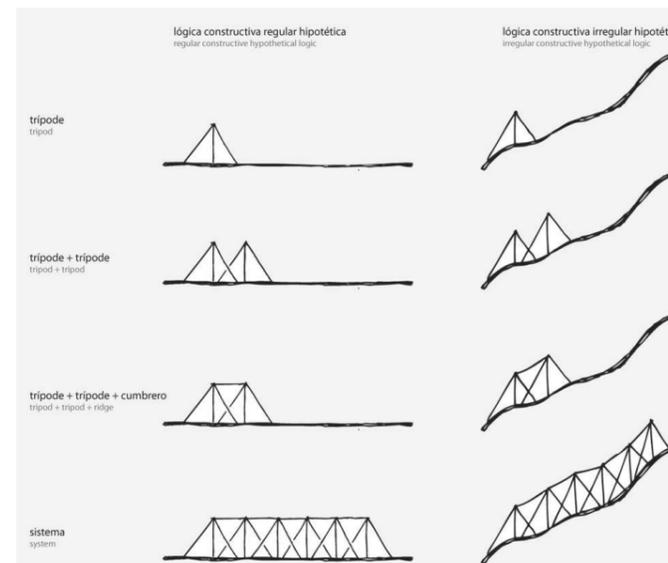
Implantação do Parque el Higuerón. Fonte: Archdaily

Escuela Esperanza_Dos, 2011

Puerto Cabuyal, Ecuador

Arquitetura: Al Borde

Bem diferente dos anteriores em relação à disponibilidade de recursos, a justificativa desta referência se dá pelo fato do comunitário e o participativo estarem presentes desde a concepção do projeto até o processo construção, de modo que o cons-



Sistema construtivo com a comunidade. Esperanza_dos. Fonte: Al borde

truído não necessariamente espera por relações futuras, mas acaba por refletir que estas já existem e poderão se intensificar.

Ademais, esse exemplo ressalta ainda mais a inversão de valores entre materiais X mão de obra. Enquanto os projetos anteriores possuíam poucos materiais industrializados, aqui, ele se constitui de materiais disponíveis in loco e técnicas vernaculares da região, onde os arquitetos atuaram principalmente como mediadores entre a comunidade e o produto desejado.

Assim, coloca-se esta escola como orientação de criatividade, investigação do possível e projeto e construção participativos enquanto inspirações, como Al borde tem muito bem feito. Se presta ao olhar do que existe enquanto recursos humanos e materiais em um território específico e como a arquitetura pode, sobretudo, servir como ferramenta para melhorar a vida das pessoas com o que se tem disponível.



Projeto concluído Esperanza_dos. Fonte: Al borde



Fachada frontal - Centro de desenvolvimento comunitário Parque el Higuerón. Fonte: Archdaily



Processo de construção comunitário da escola Esperanza_dos e projeto finalizado. Fonte: Archdaily

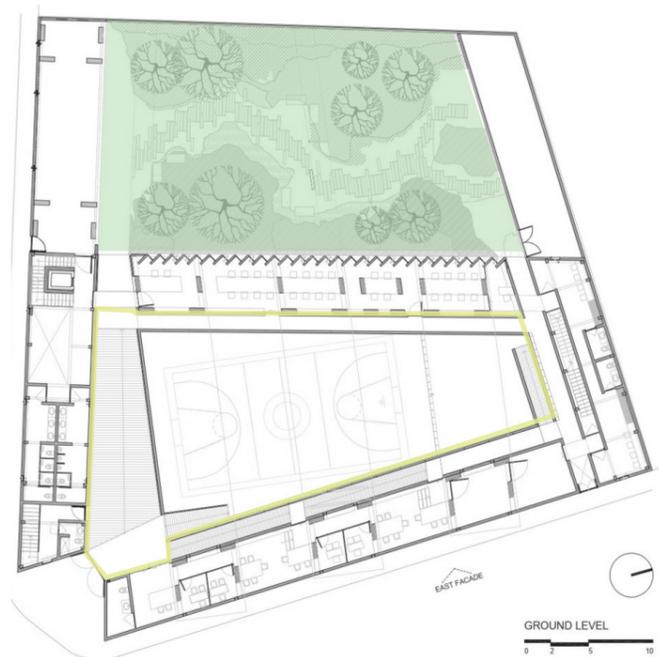


Centro de desenvolvimento comunitário Los Chocolates, 2018

Área: 1763 m

Arquitetura: Taller de Arquitectura Mauricio Rocha + Gabriela Carrillo
Cuernavaca, México

O projeto origina de uma pesquisa realizada pelo Ministério da Cultura do Estado sobre o centro histórico de Cuernavaca e seus arredores que demonstrou a escassez de oferta programática e artística aos moradores, o que resultou em um programa diversificado e amplo para atender uma área de alta densidade urbana estruturada em cultura e recreação. Assim, um dos partidos projetuais foi apostar em espaços compartilhados para que fosse possível absorver muitos usuários e promover laço entre eles.



Pavimento térreo Los Chocolates. Fonte: Archdaily

Aqui, o mais interessante desse projeto é certamente a relação entre as demandas, as soluções arquitetônicas e as condicionantes térmicas. Tinha como diretriz projetar o vazio: enquanto espaço de livre e múltipla apropriação, enquanto “fórum”, voltado para encontros, jogos de futebol ou apresentações. Assim, o projeto foi distribuído em volta de um vazio central estruturante que comporta e extrapola a dimensão de uma quadra.

No primeiro pavimento, o edifício coloca-se perpendicularmente e torna-se uma “pérgola” distribuindo o programa em volumes no sentido transversal, de modo que as extremidades apoiem nos volumes do térreo, criando jogos de sombras neste e protegendo-o da incidência solar.

Outra ação neste sentido foi o fechamento completo da fachada orientada pra sul e disposição de grandes aberturas na fachada norte, de modo a aumentar a área de trabalho interna e atingir o grau correto de iluminação sem exposição solar. Aberturas com continuação de concreto também acontecem aqui, e de maneira rotacionada por causa das condições locais. Em contraposição ao “vazio duro” projetou-se o “oásis”, enquanto jardim para apropriações diversas, entre elas, a projeção externa de



Primeiro pavimento Los Chocolates. Fonte: Archdaily

filmes onde as paredes do entorno serão utilizadas como telas durante a noite.



Vista aérea Los Chocolates. Fonte: Archdaily

Também é um projeto que utiliza de materiais mais naturais e técnicas in loco, sua estrutura é mista, com uso de concreto armado e estrutura metálica, ambos aparentes. Ainda assim, predomina-se o concreto aparente e “tepatate”, descrito como um tipo de tijolo robusto de cor marrom chocolate. Os critérios de escolha deste foram de conectar com a memória do local, demandar pouca manutenção e dignificar os espaços internos de maneira econômica, por possuir propriedades acústicas e térmicas, as quais dispensam sistema de ar condicionado. Tudo isso permitiu ao projeto uma bela harmonia interna, devido a paleta de cores e jogos de luz e sombra.



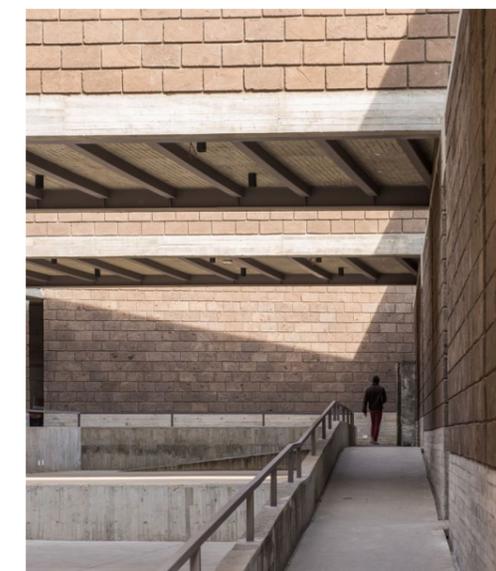
Apropriação do térreo para atividades diversas. Fonte: Archdaily

Outro ponto muito interessante é o modo como a estrutura e as estratégias arquitetônicas são apropriadas para a organização dos layouts internos e como servem de apoio à esses, demonstrando uma ação projetual integrada desde o início.



Elementos estruturais e arquitetônicos enquanto divisórias e estética. Fonte: Archdaily

O conceito do projeto era convidar a vizinhança, baseando-se em um espaço multiuso, flexível e espacialmente versátil, de modo que esta pudesse ocupar os espaços vazios com atividades, oficinas, tempos de pausa ou eventos participativos. Os arquitetos apontam a vontade de recuperação das relações interpessoais entre familiares e vizinhos, degradadas na era digital. Entretanto, sobre isso, entende-se o ato de fechar o edifício ao entorno de modo a voltar-se para o seu interno como uma articulação, ao mesmo tempo, pouco convidativa às pessoas, mesmo com a abertura generosa à esquina.



Circulação térrea Los Chocolates. Fonte: Archdaily



Circulação interna. Fonte: Archdaily

Específicos

Enquanto referência projetual particular para uma importante parte do programa que não foi aprofundada na discussão teórica, que é a área do projeto voltada à cultura urbana e à permanência no espaço público, optou-se por trazer dois skateparks que são integrados com verde e mesclam ambiências que por muito tempo ficaram separadas.

Skatepark Continua, 2020.

Área: 500 m²
Arquitetura: MBL architectes + bureau David Apheceix
Boissy-le-Châtel, França

Localizado na área de uma antiga fábrica industrial que se tornou um espaço de arte contemporânea para a Galleria Continua, o skatepark resulta de uma investigação realizada em 2016 sobre os espaços produzidos pelas culturas de skateboard e que revelou a função estruturante que esses locais podem ter no desenvolvimento de um território.



Skatepark Continua. Fonte: Archdaily

Apesar de serem equipamentos especializados, provocam encontro de populações diversificadas, entre usuários, plateia, crianças e pais e outros cidadãos que são atraídos pelo movimento.

Como muitos autores mostram e o projeto considera, os skateparks constroem comunidades temporárias, bem como relações duradouras e carregam a capacidade de vida pública e, por isso, justificava-se o projeto em um espaço de arte contemporânea, além de aproximar um grupo que não convive muito com essa.



Skatepark Continua. Fonte: Archdaily

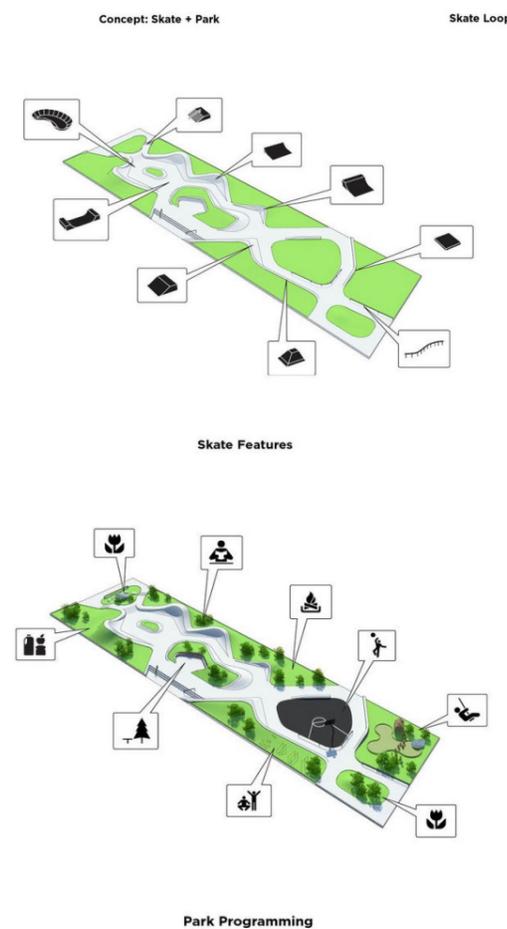
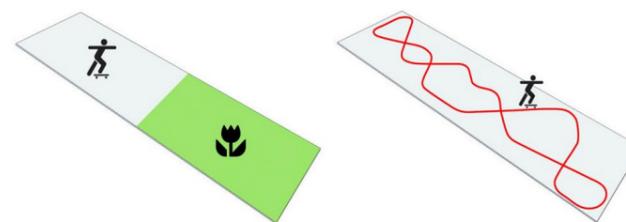


Detalhes das formas do Skatepark Continua. Fonte: Archdaily

Lemvig skatepark, 2013

Área: 2.200 m²
Arquitetura: EFFEKT
Lemvig, Denmark

Em 2013, um projeto na Dinamarca convidou seus cidadãos a procurar e apontar espaços negligenciados e esquecidos de seus bairros que possuíam potencial de se tornarem locais de vida social e vizinhança. EFFEKT foi um dos grupos selecionados pela campanha e tinha como dever ajudar Lemvig à trazer sua ideia de skatepark no porto para a realidade. O partido do EFFEKT era criar um skatepark capaz de maximizar as interfaces entre diferentes grupos e atrair



Esquema criativo e programático do Lemvig Skatepark. Fonte: EFFEKT

diversas personalidades de pessoas.

O escritório e a comunidade tiveram 16 semanas para desenhar e construir o projeto e, no processo, EFFEKT transformou a ideia em uma área de recreação portuária multifuncional, atendendo diferentes faixas-etárias. Rapidamente, o local tornou-se destino de skatistas e pessoas de toda região, não somente de Lemvig, valorizando a comunidade.



Lemvig Skatepark. Fonte: EFFEKT



Lemvig Skatepark. Fonte: EFFEKT

Estudo de caso

Centro comunitário UVA El Paraíso

3879 m²

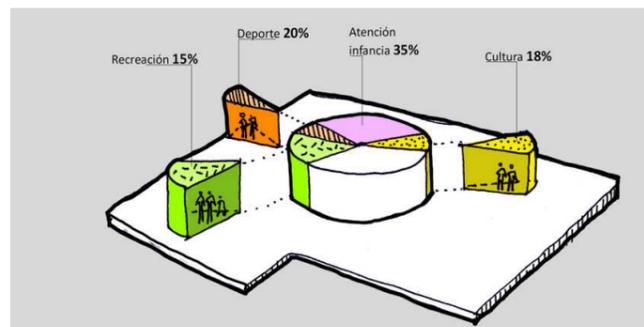
Arquitetura: EDU - Empresa de Desarrollo Urbano de Medellín

San Antonio De Prado, Colômbia

As Unidades de Vida Articulada (UVA) são transformações urbanas realizadas em bairros de Medellín, Colômbia, destinadas ao encontro cidadão, ao fomento ao esporte, à recreação, à cultura e à participação comunitária.

Os princípios das Uvas são: articular programas, projetos e cidade, oferecendo equipamentos que promovam o equilíbrio entre serviços de bairro e cidade, e tornar espaços urbanos em desuso em espaços públicos de qualidade, os quais são projetados com base nos cinco sentidos na intenção de produzir experiências sensíveis nos cidadãos durante os percursos e apropriações.

bidos foram orientados pelas vontades dos participantes do entorno e, dessa forma, geram maior sentido de pertencimento e apropriação.



Proporção das atividades do programa encontrada junto à comunidade. Fonte: Archdaily

Uma das solicitações foi a existência de espaços para esportes externos e atividades recreativas e culturais, como projetos musicais e danças. Estas demandas foram projetadas na cobertura do edifício de maneira integrada com percursos, espaços livres, visadas ambientais, com outros públicos e faixas-etárias e em contato com a rua, o que otimizou ao máximo a destinação de área aos espaços de encontro cidadão. Todas essas atividades, além de representar os desejos da comunidade, também possuem a capacidade de dinamizar a vida urbana do entorno, são elas: academia ao ar livre, pista de skate, parque infantil, esguicho (na extensão da calçada) e área livre para eventos comunitários.



UVA El Paraíso. Academia ao ar livre. Fonte: Archdaily



Distribuição do programa no edifício: axonométrica da cobertura e do nível térreo. Fonte: Archdaily.

O edifício possui dois pavimentos e cobertura acessível, com exceção ao 4º e mais distante volume, o qual é de um pavimento, mas possui pé direito alto para comportar uma quadra multiuso. Em relação a materialidade, foi todo executado em concreto aparente, com lajes nervuradas e pilares robustos, os quais adquirem diferentes desenhos, ora redondos, ora quadrados, ora trapezoidais. Possui brises metálicos verticais e fixos enquanto estratégia bioclimática, os quais também funcionam como elementos arquitetônicos visuais, uma vez que a população escolheu cores quentes diversificadas para o acabamento desses. Por isso, os brises protagonizam a estética externa do El paraíso na paisagem, sendo identificados de diferentes pontos de vista, e interna, visto que também provocam uma “dinâmica colorida” para os ambien-



UVA El Paraíso. Vista lateral. Fonte: Archdaily



UVA El Paraíso. Implantação. Fonte: Archdaily

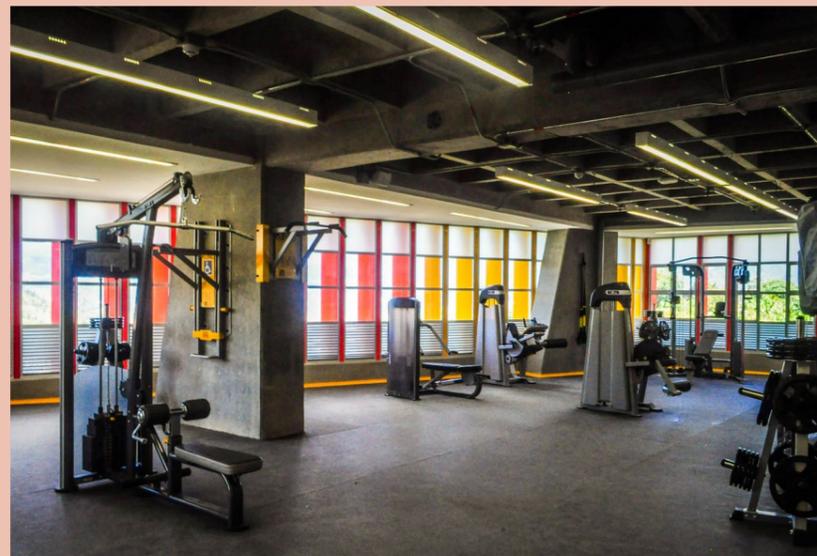
Algo muito importante de ser ressaltado é que este projeto provem do desenho participativo com a comunidade, possibilitado através de metodologias específicas que proporciona ao projeto a representação de uma construção coletiva de ideias e imaginários onde o cidadão é tido como protagonista. Portanto, os espaços conce-



UVA El Paraíso. Circulação interna em contato com o lado externo devido ao elemento de proteção solar. Fonte: Archdaily



UVA El Paraíso. Vista externa mostrando elementos de proteção solar e contato visual entre o programa e o espaço público. Fonte: Archdaily



UVA El Paraíso. Vista interna da academia mostrando o efeito dos brises nos ambientes. Fonte: Archdaily

tes, de modo que as cores quentes provocam alegria e movimento nos usuários. As vistas internas também permitem perceber que as instalações hidráulicas e elétricas são aparentes.

Além dele, na fachada que se volta à quadra de grama sintética, utiliza-se de perfis metálicos em inclinações variadas como proteção solar, os quais são replicados nos guarda-corpos do projeto.

Pela volumetria, é possível perceber a forma como o programa se fragmenta em 4 volumes, 3 deles envolta de uma quadra e outro mais afastado, no qual se localiza a cobertura com skatepark. Informa-se que a quadra central já existia antes do projeto do El Paraíso e, enquanto partido projetual de conservar a memória do local, mantiveram-na e estruturaram o programa a partir dela.

Ainda, percebe-se que ao mesmo tempo que o projeto se configura na fachada frontal de maneira acessível e na escala da rua, na face oposta funciona como extenso mirante fracionado, devido à topografia da região e à atitude de respeito e integração ao meio ambiente do terreno, tendo em vista a presença de várias árvores e dois cursos d'água. Também por causa das curvas de níveis, o El Paraíso assenta respeitosamente na paisagem urbana, à despeito de sua dimensão robusta.

O projeto também ressalta a importância da criança e distribui diversos locais destinados às elas de maneira peculiar, visto que não setoriza uma área infantil específica, mas possibilita que elas se relacionem com diferentes espacialidades, escalas e entorno, vejam e sejam vistas por outras faixas-etárias e participem do movimento do edifício como os demais. Exemplo disso é o parquinho na cobertura (altura e visadas), o esguicho na extensão da calçada (relação rua e transeuntes) e a ludoteca (escala íntima, decoração e mobiliário infantil, específico para as crianças)



UVA El Paraíso. Ludoteca. Fonte: Archdaily



UVA El Paraíso. Parquinho na cobertura. Fonte: Archdaily



UVA El Paraíso. Ludoteca. Fonte: Archdaily

Entende-se que o programa foi organizado em:

CAPACITAÇÃO - atividades de treinamento e formação

ARTE / CONHECIMENTO - auditório

ARTE - Música - salas de ensaio para música e sala master de gravação

ARTE - DANÇA - salas de danças

SAÚDE E ESPORTE - centro esportivo

SAÚDE E ESPORTE - academia interna e externa

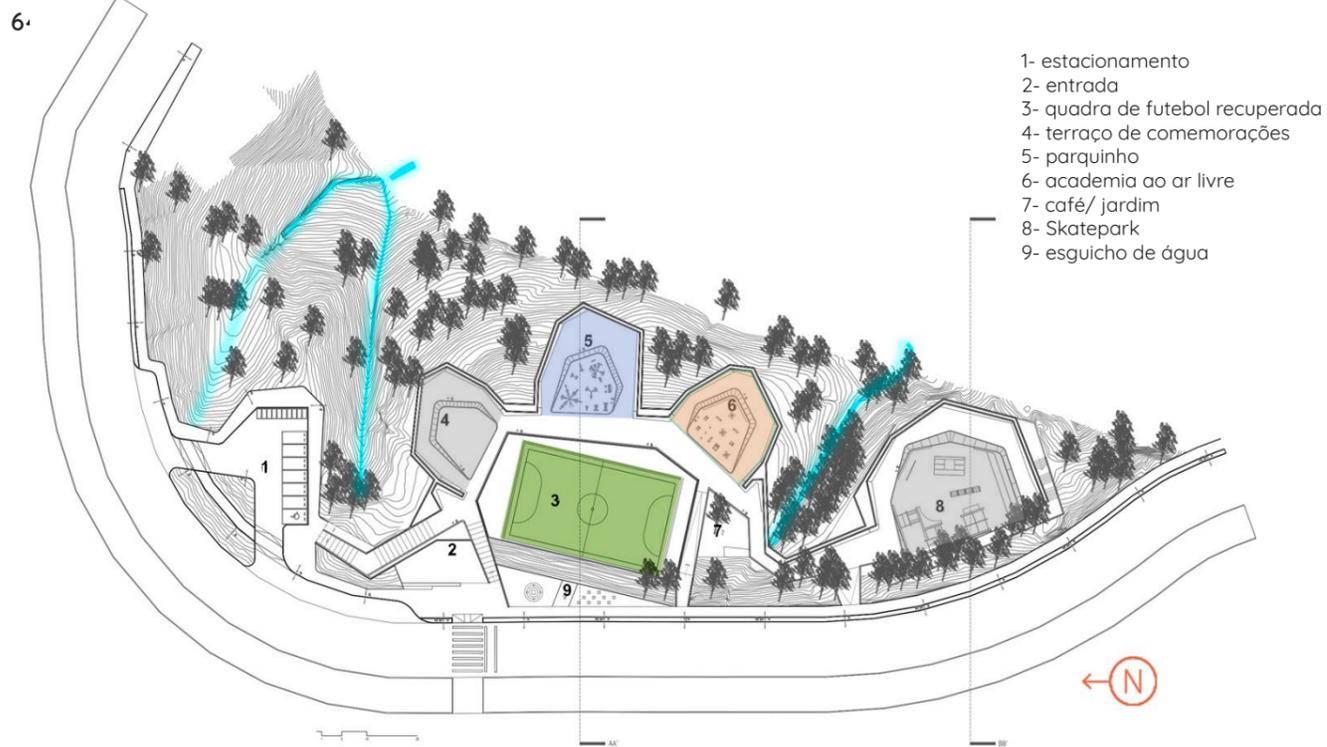
ESPORTE/ RECREAÇÃO - quadra de grama sintética - cenário para eventos.

VIDA PÚBLICA / RECREAÇÃO - terraço para eventos e skatepark

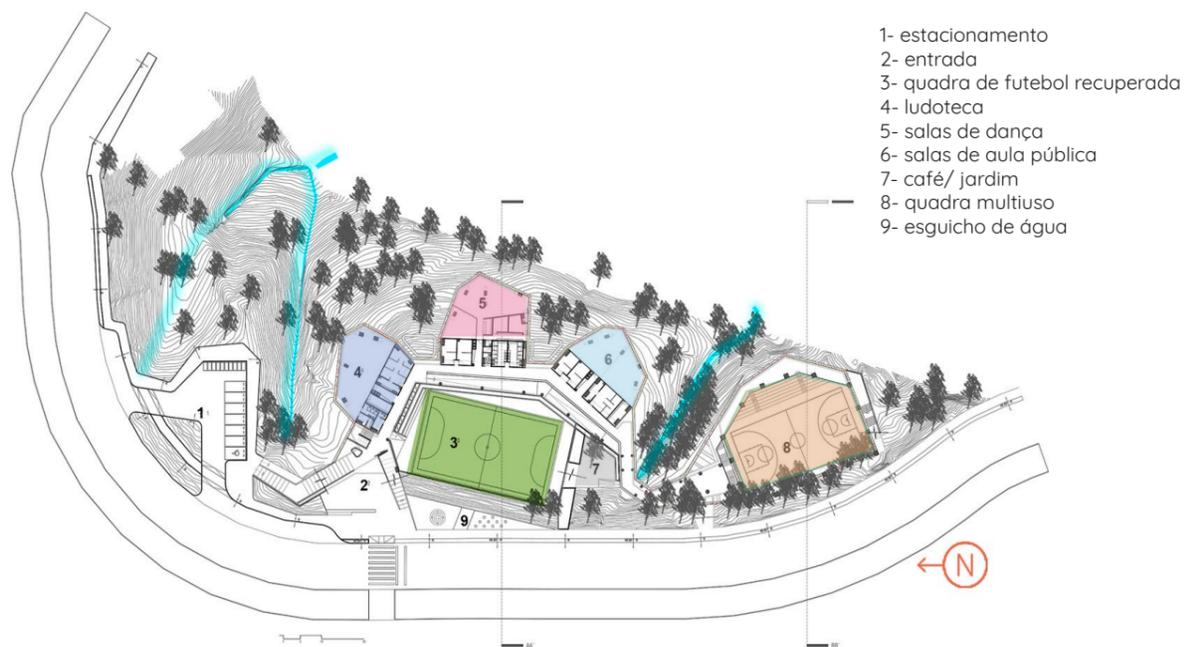
CRIANÇAS - Brinquedoteca e espaços lúdicos e de diversão

A UVA El Paraíso é um projeto mais complexo que os mostrados anteriormente, com um programa mais definido e capacidade de atendimento bem maior.

É possível notar que possui uma estética de equipamento de uso público declarada, que também se torna mais convidativa. O ponto forte do projeto é que sendo uma UVA, integra todo um plano de urbanismo social que hoje faz com que Medellín seja olhada mundialmente, o El Paraíso, especificamente, também é vinculado ao Rio La Cabuyala (eixo ambiental) e a Biblioteca Parque San Antonio de Prado presentes no entorno próximo, de modo que, juntos, configuram um sistema completo de ofertas à uma comunidade periférica, anteriormente desatendida por equipamentos de lazer e conhecimento.

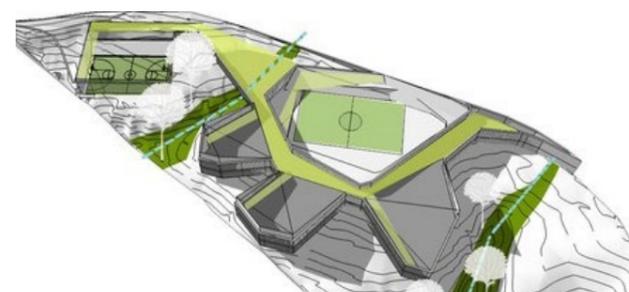


UVA El Paraíso. Planta de cobertura e identificação dos ambientes. Fonte: Archdaily



UVA El Paraíso. Planta do térreo e identificação dos ambientes. Fonte: Archdaily

As plantas do edifício demonstram a articulação projetual com o terreno íngreme anteriormente em desuso, o que é um desafio constante para as administrações públicas. Por causa disso, a UVA El Paraíso é um exemplo de como uma edificação pode ser implantada em terrenos com tais características, e respeitando as condicionantes ambientais presentes, como os cursos d'água e mata nativa.



UVA El Paraíso. Respeito pelo entorno e memória. Fonte: Archdaily

De modo geral, foi possível perceber nos projetos um uso maior de materiais brutos ou naturais em detrimento de industrializados, como polímeros de ponta e materiais de acabamentos refinados, alguns sendo, inclusive, materiais regionais.

Os componentes industrializados presentes nas referências são principalmente espelhos, vidros e materiais metálicos em elementos bioclimáticos ou acamamentos específicos, como guarda-corpos.

Atenta-se também à multifuncionalidade das partes, onde estrutura se presta à ambientação ou ganha estética arquitetônica, onde os materiais construtivos são as próprias vedações, onde a cobertura se estende à função de apropriação... Por fim, interpreta-se uma certa eco-eficiência das construções.

REFERÊNCIAS ARTVISTAS

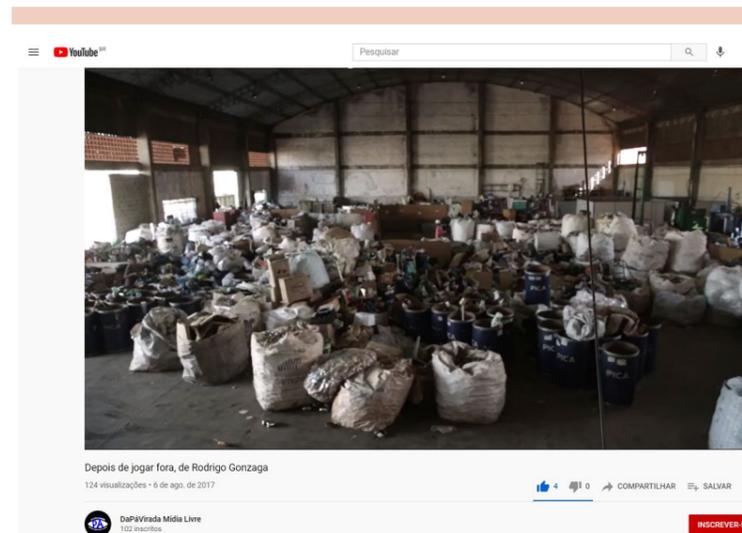
Trabalhos que se relacionam diretamente com a arte e esta enquanto dispositivo revolucionário e disruptivo, seja para dar visibilidade à uma situação, seja como processo de empoderamento social ou como estratégia de comunicação e sensibilização da sociedade.

O Pimp my Carroça é uma ONG que surgiu em 2012 e tem como objetivo tirar os catadores da invisibilidade, aumentar a renda e melhorar suas condições de trabalho, principalmente através de ações criativas e colaborativas alicerçadas em arte, sensibilização e tecnologia. Atuam de diversas formas, “pimpando” carroças, cooperativas, ecopontos, desenvolvendo ações artísticas e aumentando a visibilidade do catador da esfera local até a nacional, por exemplo, com o PIMPEX! e com o desenvolvimento do aplicativo CATAKI, que agora vem recomendado em algumas embalagens Nestlé, aproximando aqueles para os quais os catadores ainda estão invisíveis.

Em 2020 a ONG lançou a minissérie CATAFLIX, no intuito de disseminar informações sobre as condições de vida e o trabalho dos catadores, articuladas em um audiovisual de muita qualidade e com comunicação objetiva.

A seguir imagens do trabalho do Pimpmycarroça, todas retiradas dos canais de comunicação da iniciativa.

site: <https://pimpmycarroca.com/>
ig: [pimpmycarroca](https://www.instagram.com/pimpmycarroca)
yt: [canal Pimp my carroça](https://www.youtube.com/canalPimpmycarroca)



Depois de Jogar fora

O documentário aborda a situação de uma cooperativa específica de Uberlândia, a ASSOTAAMÃ em 2017.

Imagens e sons: Thanarella Lima e Roberto Camargo

Produção: Rodrigo Gonzaga e Dapávirada Mídia livre

A força do coletivo: articulações das experiências pró-catador SENAES

Apresenta associações e cooperativas de diferentes partes do país com uma visão interna e próxima, dando rosto, corpo e fala aos catadores, além de relacionar as trajetórias dos grupos com projetos de fomento à organização destas.

Direção, captação e montagem: Thanarella Lima



Cataflix ▶ REPRODUZIR TODOS

Assista todos os episódios do Cataflix, a reciclagem por quem faz ela acontecer.

<p>COLETAMOS 90% DE TUDO QUE O BRASIL RECICLA!</p> <p>11:00</p> <p>Sou catador com muito orgulho! - Cataflix #1</p> <p>Pimp My Carroça</p> <p>2,6 mil visualizações • há 6 meses</p>	<p>A RESPOSTA TAMBÉM É DO GERADOR DE RESÍDUO!</p> <p>12:12</p> <p>Catadores contra o covid-19 - Cataflix #2</p> <p>Pimp My Carroça</p> <p>820 visualizações • há 6 meses</p>	<p>2.500 ANOS ATRÁS JA EXISTIA LIXÃO!</p> <p>18:04</p> <p>Como surgiu a profissão catador? - Cataflix #3</p> <p>Pimp My Carroça</p> <p>617 visualizações • há 5 meses</p>	<p>CONHEÇA O CATAFLIX!</p> <p>1:28</p> <p>Conheça o Cataflix!</p> <p>Pimp My Carroça</p> <p>510 visualizações • há 5 meses</p>	<p>JOGAR FORA VS PREPARAR O MATERIAL PRO CATADOR</p> <p>17:03</p> <p>Catadores dando dicas de como separar seus resíduos...</p> <p>Pimp My Carroça</p> <p>1,2 mil visualizações • há 5 meses</p>	<p>A SUA ATITUDE IMPACTA NA MINHA SAÚDE</p> <p>17:57</p> <p>A saúde dos catadores - Cataflix #5</p> <p>Pimp My Carroça</p> <p>431 visualizações • há 4 meses</p>
---	---	--	---	---	---

DULCINEIA CATADORA

Conheceu-se o coletivo através da parceria Dulcineia + coopergléricio, quando esse compartilhou com esta cooperativa suas técnicas de manufatura de livro com capa de papelão.

O coletivo Dulcinéia Catadora foi iniciado em 2007 após dois meses de trabalho colaborativo entre Lúcia Rosa, Peterson Emboava e integrantes do Eloísa Cartonera (Editora cooperativa e artesanal argentina) durante a 27 Bienal de São Paulo. Atualmente funciona dentro de uma cooperativa de materiais recicláveis desta cidade, onde livros de prosa e poesia são confeccionados por catadoras de papelão e outros profissionais que somam com o coletivo. O Dulcineia baseia-se primordialmente na estratégia de geração de renda, vendendo os livros produzidos e repassando o valores às trabalhadoras.

Assim, colocando a sustentabilidade em voga tanto no sentido ambiental quanto humano, valoriza o serviço dos catadores de papel e materializa a crença do coletivo na capacidade de transformação das relações sociais por meio da arte. Além disso, também criam peças maiores de papelão e realizam intervenções e performances no espaço público, provocando curiosidade de quem está por trás da confecção e ação, muitas vezes conjuntamente com a divulgação de produções.

“A confecção dos livros reintegra o descarte em um circuito produtivo, cria uma relação sensível com o material, agrega valor a ele e possibilita a produção coletiva de conteúdos. Essa é uma forma original de confeccionar livros como um instrumento de resistência e crítica às práticas tradicionais, comerciais, nas mãos do mercado editorial”

Ademais, o coletivo tem como intuito a resistência, tornar acessível às pessoas o

trabalho de escritores novos e buscar novas propostas literárias e textos experimentais, visto que é um sistema independente aos canais de distribuição e, por isso, insubordinado e desobrigado, é detentor de maior “liberdade de comunicação”. Hoje, o coletivo se aproxima dos 150 títulos e já venderam mais de 15.000 exemplares. Desse modo, configura-se como registro de manifestações literárias contemporâneas.

Alcançou uma expansão internacional sendo convidados à participar de palestras, oficinas, exposições e realizar parcerias, em países como Estados Unidos, Noruega, Inglaterra e Moçambique.

Partes do manifesto:

A poesia, como a prosa, deve ser para todos, estar nas mãos do povo, quebrando as barreiras do mercado, das desigualdades sociais.

A arte contemporânea não deve se manter distanciada do público “não iniciado”. Deve estar no meio do povo, ao alcance de todos, com suas intervenções nas ruas; deve ocupar o espaço público.

A arte contemporânea deve quebrar hierarquias entre os espaços do circuito das artes: galerias, museus, casas de cultura têm a mesma força que ruas, praças, e lugares “não artísticos” como feiras, lojas, bancas de jornal etc. O importante é dar acesso ao público, e não se fechar e tornar-se linguagem para os próprios artistas, para colecionadores.

(...)

Os textos que desestabilizam, que incomodam, que provocam reflexões, questionamentos, são os que procuramos.

A literatura, como a arte, deve provocar, afrontar, tratar de questões do mundo com as quais nos confrontamos diariamente.

(...)

A arte não vale tanto por seu produto final; o processo tem prioridade, porque é no processo que ocorre a troca entre as pessoas, ocorrem os erros, transparecem os conflitos, as incertezas e diferenças. O processo de criação permeia as diferenças.

(...)

O processo criativo, ao somar a contribuição de todos os participantes do grupo, dilui a autoria.

(...)

O livro é instrumento que abre a possibilidade de estabelecer o contato entre segmentos sociais diferentes e romper com a invisibilidade.

Fonte das informações: <http://www.dulcineiacatadora.com.br/>



Produção de capas para o livreto de Fábio Morais. Ano: 2010. (Fonte: site Dulcineia Catadora)



Mostra “Cartoneras: releituras latino-americanas”, realizada em 2018 na Casa do Povo em São Paulo. Contou com exemplares de diversas editoras cartoneras de países como México, Brasil, Peru, Bolívia, Paraguai, Chile e Argentina. (Fonte: site Dulcineia Catadora)



Livro por-sobre de Maíra Dietrich + Dulcinéia Catadora com capas reutilizando plásticos e fitas. Ano: 2013 (Fonte: site Dulcineia Catadora)



Antonio Cunha (catador de papelão) aceita levar livros de Dulcinéia Catadora na carroça, para serem vendidos. Pinheiros, SP 2008 (Fonte: site Dulcineia Catadora)

notas

1. OTT, Clara. Curadora Archdaily e autora da matéria sobre o Centro de Desenvolvimento Comunitário Parque el Higuérón. Junho, 2020. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/941324/centro-de-desenvolvimento-comunitario-parque-el-higueron-agenda-agencia-de-arquitectura-plus-dellekamp-schleich>.

6

O CASO UBERLÂNDIA

O intuito desse capítulo é a aproximação do caso de Uberlândia, de modo a compreender tanto a questão do descarte urbano da cidade quanto os agentes que contribuem com esta e, caso possível, o mundo em que vivem. Infelizmente, a situação da pandemia do COVID-19 inviabilizou fortemente as expectativas para com esse trabalho, visto que não foi possível o trabalho de campo, as visitas às cooperativas e associações e contato com seus membros, ao DMAE e pela impossibilidade de descoberta e contato com catadores autônomos.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE

Em janeiro de 2017, o programa Gestão Total, elaborado pela administração municipal de Uberlândia, incorporou ao Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) o gerenciamento da coleta de resíduos sólidos da cidade, a qual é realizada pela Limpebrás, empresa que detém a concessão do serviço. A coleta convencional é realizada em todos os bairros da cidade, estruturada em duas programações de atendimento aos bairros: alguns nas segundas, quartas e sextas, e outros nas terças, quintas e sábados. Já a coleta seletiva é realizada pela Limpebrás e levada aos galpões de triagem de reciclagem, a qual, segundo cronograma do Núcleo de Coleta Seletiva, ocorre diariamente no centro e nos demais bairros uma vez por semana. Vale ressaltar que, desde que a DMAE assumiu a gestão dos resíduos sólidos, o que é recolhido nos dias de coleta seletiva é destinado às associações e cooperativas de Uberlândia para que os materiais recicláveis sejam separados e comercializados por estas.

Infelizmente, apesar do esquema de gestão, a aferição que se tem é de que a adesão da população ao sistema de coleta seletiva (realizando a separação dos resíduos corretamente em casa e dispondo os

resíduos nos dias e horários determinados) ainda se encontra na faixa de 30% (Decreto Nº 18.462, 2020), ainda que o DMAE realize campanhas de conscientização sobre a importância social, ambiental e econômica de separar e destinar corretamente os resíduos. Sobre isto, a despeito da pandemia, no ano de 2020 foram realizadas 129 ações de conscientização, sendo conscientizadas 17.245 pessoas¹.

De modo geral, percebe-se o alinhamento do DMAE com a Política Nacional de Resíduos Sólidos devido à integração das organizações de catadores de materiais recicláveis na coleta seletiva, principalmente pela comercialização e oferta de infraestrutura básica de trabalho (galpão de triagem, água, energia, equipamentos de trabalho - prensas, balança, carrinho transportador, elevador hidráulico, empilhadeira), e ao esforço em vê-las totalmente regularizadas, de modo que promovem capacitações às associações e cooperativas. Isto, pois, há investimentos federativos que chegam ao município para esses grupos que só podem ser distribuídos pelo órgão perante comprovação de serviço prestado, o que é o obstáculo à remuneração efetiva dos grupos.

Vale contar que em contato com o órgão foi informado² que já existe remuneração aos catadores que conseguem prestar conta através da Bolsa Reciclagem, subsídio de origem estadual que foi instituído pelo Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR) e que não passa pela gestão do município. Além disso, os membros das cooperativas e associações também precisam estar regularizados nas questões trabalhistas para assumir completa responsabilidade sobre o que é recebido. Por exemplo, houveram caminhões enviados pela União ao município para posse desses trabalhadores, entretanto, pelo fato de as cooperativas não estarem completamente regularizadas, esses, apesar de servirem aos grupos, ainda são dirigidos por funcio-

nários do DMAE.

A autarquia expressou a importância e vontade de ver acontecer a formação de novas Cooperativas e Associações de reciclagem na cidade, assim como a urgência dessas estarem regularizadas, mais organizadas e mais atuantes. Vale ressaltar as recentes instalações de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) nos Ecopontos da cidade, os quais são locais específicos para o recolhimento de material reciclável. Os Ecopontos e os PEVs aproximam os moradores da responsabilidade sobre o descarte de forma mais ativa e torna a recolha dos materiais recicláveis por parte dos catadores cadastrados mais eficiente, os quais passam a ter mais pontos fixos de recolha na cidade.

É possível dizer que a situação de trabalho dos catadores e recicladores, como também a leitura de suas contribuições para a cidade melhoraram bastante desde que o DMAE foi encarregado para a gestão, em decorrência dos relatórios gerados pelas associações conveniadas e entregues ao órgão, que registra e disponibiliza as informações. Além disso, a população abrangida pelo sistema de coleta seletiva foi de 25,6% em 2011, 46,1% em 2017 e 63,3% em 2020, o que demonstra a evolução do sistema de reciclagem municipal e como tem se tornado mais eficaz.³

Tendo em mente a contribuição das catadoras e catadores de materiais recicláveis cadastrados na construção de uma cidade sustentável e consciente sobre seus resíduos, presume-se, baseando-se também nos primeiros capítulos, que as dificuldades vivenciadas hoje para a regularização desse trabalho refletem o histórico de exclusão de seus agentes e da situação irregular e informal do serviço. Por exemplo, foi relatada a necessidade de conscientização sobre o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) enquanto meio de garantir aposentadoria, o que para muitos nunca foi uma realidade ou possibilidade. Sobre o exposto, é indispensável ressaltar

que as informações presentes não foram verificadas ou debatidas junto aos catadores ou associações, de modo que também não puderam ser complementadas por observações destes, o que é visto como uma questão de suma importância.

PERFIL DOS CATADORES

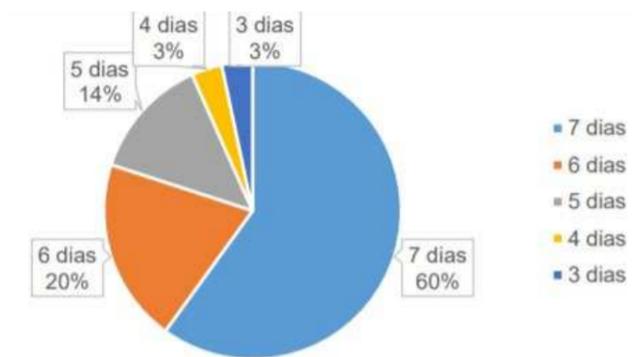
Em relação à população de catadores e catadoras em Uberlândia, enquanto foram contabilizados 82 catadores cadastrados em 2020 (DMAE), estimou-se o número de 625 catadores informais na cidade em 2018 (Públio, 2020). Estes, é sabido, possuem rendas e situações de vida muito distintas e possivelmente configuram número muito maior atualmente, principalmente se considerada a crise causada pela pandemia. Nesse sentido, inclusive, graças à uma iniciativa de serviço social destinada aos moradores de rua, foi possível descobrir a existência de catadores que pernoitam em ferros-velhos da cidade para sobreviver, catando materiais durante o dia e vendendo para os donos das sedes onde passam as noites.

Ao mesmo tempo, a quantidade de catadores informais na cidade faz com que sua contribuição para a indústria da reciclagem, em média 33,5% dos resíduos recicláveis (Públio, 2020), e, para além disso, foi estimado que o nível de desempenho desses é em média 16,9 vezes maior que dos catadores incluídos no Sistema de Coleta Seletiva formal, possuindo uma produtividade em média 1,3 vezes maior (Públio, 2020). Ou seja, indaga-se sobre o reconhecimento o trabalho exercido e as externalidades positivas provocadas, visto que, ainda assim, o valor financeiro agregado aos materiais recicláveis coletados pelos catadores informais em Uberlândia é 5,3 vezes menor do que o valor incorporado aos materiais dos catadores organizados nas associações e cooperativas da cidade (Públio, 2020).

Dos catadores informais de materiais recicláveis de Uberlândia:



Carga horária de trabalho dos catadores informais. (Fonte: Públio, 2020)



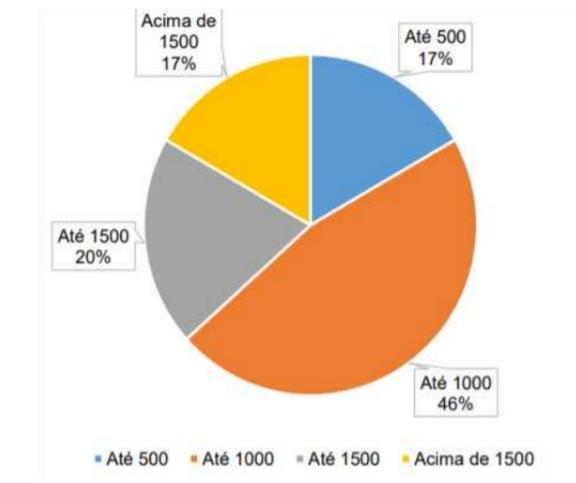
Quantidade de dias de atuação dedicada à coleta dos catadores informais. (Fonte: Públio, 2020)

Foi possível observar que as condições de trabalho dessas pessoas em Uberlândia coincidem com as estudadas no âmbito nacional e, inclusive, com relatos feitos por Carolina Maria de Jesus, por exemplo, a carga horária diária e semanal excessivas combinadas ao trabalho pesado da catção, visto que mais de 87% trabalham mais de oito horas diárias e 80% mais de 5 dias por semana.

Sábado — o dia que quase fico louca porque preciso arranjar o que comer para sabado e o domingo. (p.46)

Hoje é domingo. Eu vou passar o dia em casa. Não tenho nada para comer. Hoje eu estou nervosa, desorientada e triste. (p.164)

De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer. (p.48)



Percentual de remuneração dos catadores informais. (Fonte: Públio, 2020)

Ainda, com as estimativas de Públio no que condiz à remuneração, torna-se possível comparar os rendimentos de 2018 de catadores informais e cadastrados, os quais são registrados nos levantamentos⁴ realizados pelo DMAE desde 2017.

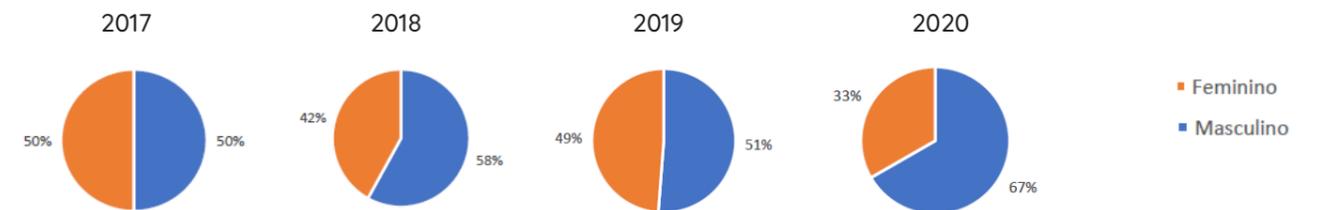


Renda média mensal de 2017 a 2020 (Fonte: DMAE, 2020)

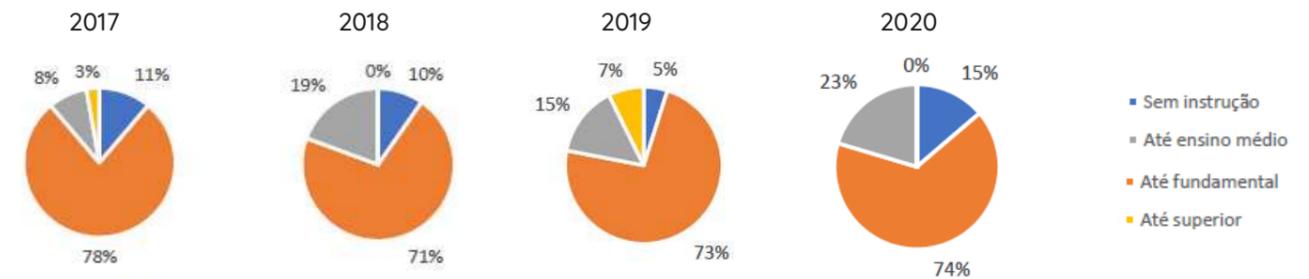
As informações recolhidas mostram que as receitas desses trabalhadores têm aumentado, embora pouco, se considerado os ajustes anuais.

mas com variação positiva masculina. Em relação à escolaridade, o grau até o ensino fundamental representa em média 74% dos entrevistados desde 2017. Sobre estes dados, ressalta-se a ausência de investigações de suma importância, como os recortes raciais e territoriais, para compreensão da existência de um racismo estrutural na cidade e, para além de seu ofício, em quais regiões da cidade conseguem morar.

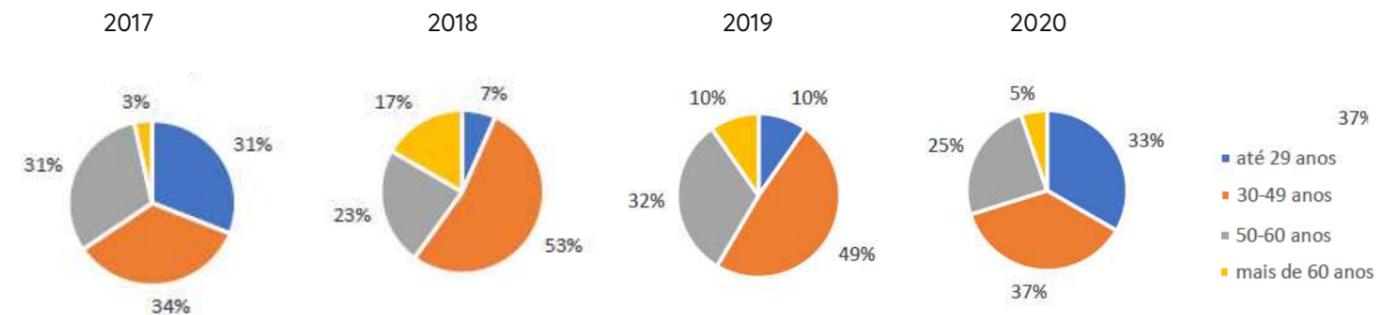
O intuito de abordar o trabalho feito tanto pelos profissionais formais quanto informais é de traçar um paralelo entre as



Distribuição por gênero (Fonte: DMAE, 2020)



Distribuição por grau de instrução (Fonte: DMAE, 2020)



Distribuição por faixa-etária (Fonte: DMAE, 2020)

Nas análises, percebeu-se certa mutabilidade do grupo no que condiz à faixa etária. Destaca-se que a faixa-etária até 29 anos teve um crescimento acentuado de 2019 para 2020. Isso não acontece em relação aos gêneros, geralmente equivalentes,

atuações e situações de vida de ambos e ilustrar duas crenças: uma de que é extremamente necessário que mais catadores integrem cooperativas e associações e se tornem formalizados - como forma de emancipação social e transcendência - e

outra pela urgência de incentivar a constituição de mais grupos como esse pelo território da cidade, com melhores condições de trabalho e capacidade de absorver esses indivíduos excluídos.

TERRITÓRIO

Em relação ao território, relata-se que muitas curiosidades não puderam ser supridas devido ao isolamento social e a consequente dificuldade de contato com as secretarias municipais, membros da sociedade civil, impossibilidade de conhecimento presencial das associações e cooperativas e pelo próprio embaraço de se estar na cidade. Para além disso, outra dificuldade foi a inexistência de dados sobre o grupo de catadores de materiais recicláveis de Uberlândia, o que é comum nesse recorte devido à complexidade de contabilizar, registrar e analisar seus agentes, às vezes nômades e temporários. A busca por informações relacionadas ao território se justificava pelo intuito de poder mapear, mesmo que superficialmente, os locais principais que os catadores estão e por onde e como eles circulam, de modo a traduzir sua relação cotidiana com a cidade. Por isso, optou-se por realizar mapeamentos baseados em leituras socioespaciais estimadas, como será apresentado adiante, conjuntamente com uma pesquisa à distância sobre as associações e cooperativas de Uberlândia e sobre a questão da reciclagem em si.

No que condiz à segunda, descobriu-se a existência da empresa de reciclagem de papel e plástico Butelão nos arredores do setor leste da cidade. Fundada em 1979, é atualmente uma das maiores empresas no ramo de reciclagem do estado de Minas Gerais, englobando a holding Padro Reciclagem e um extenso setor de reciclagem de plástico. O Butelão merece desta-

que pois é o destino de venda de muitos catadores informais⁵ por desempenhar a função de “atravessadora” para indústrias de reciclagem, o que sugere a existência de trajetos de catadores autônomos até ela.

Outro local identificado na cidade de Uberlândia foi a Coleta e descarte de eletrônicos (CODEL), empresa especializada em descarte de eletrônicos que realiza manutenção e revenda e também detém a técnica e conhecimento de separação das partes desses sistemas, de modo que faz as destinações corretas de materiais extremamente danosos ao meio ambiente e que possuem alto valor agregado. De acordo com a ONU, dos países em desenvolvimento, o Brasil é o que mais gera esse tipo de lixo, a cada ano são descartados no país mais de 97 mil toneladas métricas de computadores, 2 mil toneladas de celulares e 17 mil toneladas de impressoras (Pnuma), sem referenciar os eletrodomésticos e demais tecnologias em constante renovação e substituição. Essa questão é importante, pois, atravessar as dificuldades de manuseio dos resíduos eletrônicos transformaria profundamente a atividade e renda do catador, visto que, além de eletrônicos, como computadores, serem recondicionados para utilização e promover inclusão digital, em “uma tonelada de telefone celular sem bateria contém 3,5 quilos de prata, 340 gramas de ouro, 140 gramas de paládio e 130 quilos de cobre (...) e em 1 tonelada de PCs existe mais ouro do que em 17 toneladas de minério bruto do metal” (Dias apud. Cherfem, 2016, p.41).

Assim, a CODEL é vista por este trabalho como um exemplo para a cidade e região por sua capacitação em resíduos tecnológicos, gerando impacto ambiental positivo, aumento da renda e acesso digital dos catadores.



Processo de trabalho CODEL. Fonte: Site da empresa, 2021.

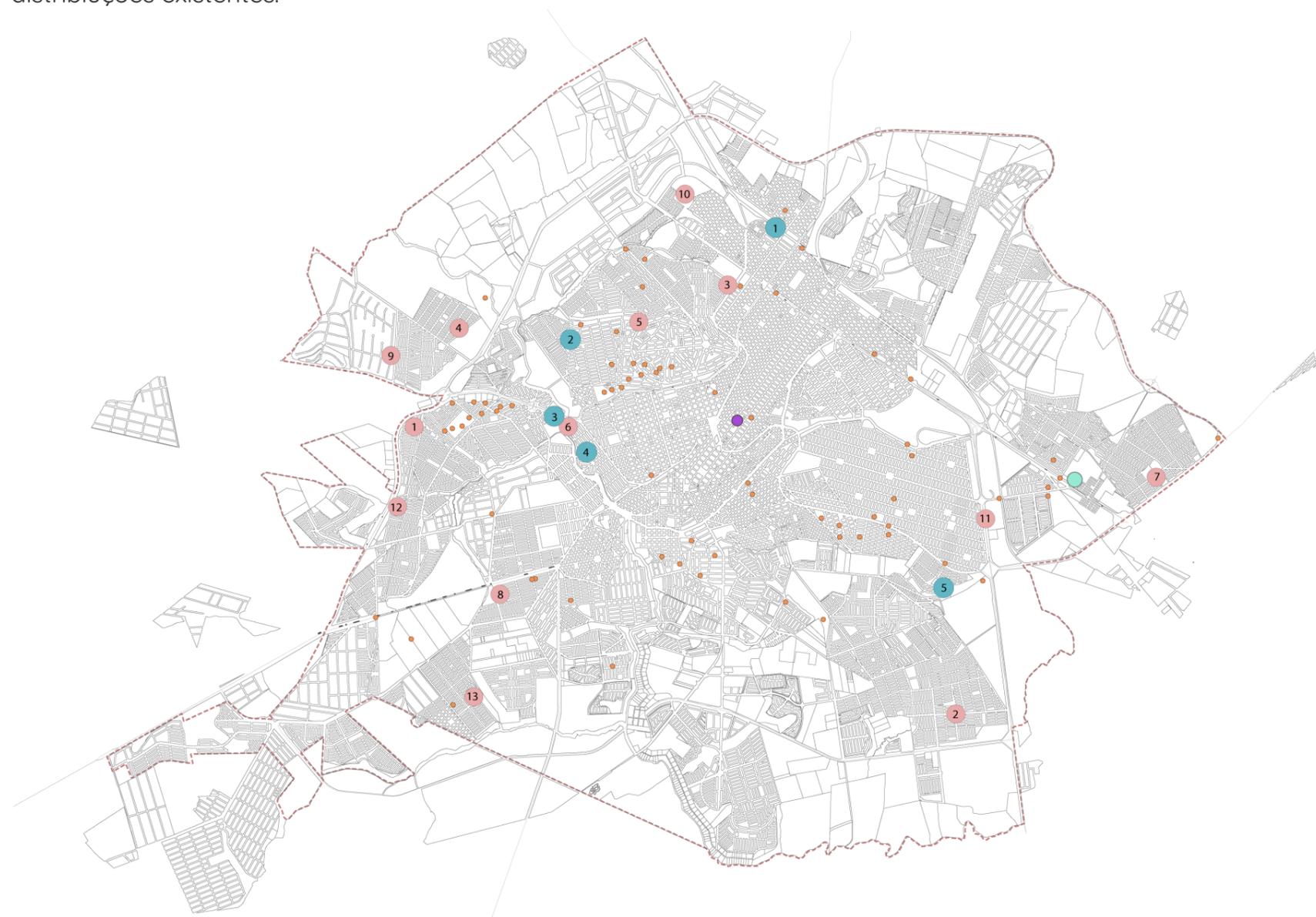
O terceiro local destacado é uma referência específica para o programa. O Instituto Ipê cultural é uma Organização Sem Fins Lucrativos que desenvolve trabalhos artísticos através do reaproveitamento de materiais, em especial madeira, e projetos socioambientais focados em responsabilidade e cidadania, como ações com crianças em escolas, palestras, etc. O grupo busca promover a Cultura Verde e a educação ambiental em todos os segmentos da sociedade por meio de parcerias e leis de incentivo e tem como princípio auxiliar o desenvolvimento de famílias em condição de fragilidade social ao integrar membros destas nas atividades do Instituto, por exemplo, a partir do programa “Adote um oficinairo”. Por meio do projeto Ipê Ateliê são desenvolvidas peças a partir da reciclagem de materiais:



1. Cadeira de palete e PET e luminária de jardim de PET, ferro reciclado e LED; 2. Poltrona de palete; 3. Fruteira de palete; 4. Cadeira de palete 5. Jardineira de parede hexagonal de palete e 6. Jardineira de parede de palete. Fonte: redes sociais do Instituto, 2021.

MAPEAMENTO DO TERRITÓRIO

No intuito de compreender o território da cidade a partir de uma leitura voltada à reciclagem, escolheu-se mapear as infraestruturas, construções e existência que se comunicam com a questão. Primeiramente, optou-se por identificar os Ecopontos, as Cooperativas e as Associações de catadores de materiais recicláveis, visto que esses atualmente estão integrados ao sistema de coleta seletiva da cidade. Para além deles, a CODEL, o butelão e os ferros-velhos registrados na internet também foram apontados devido à vontade de interpretar as demais dinâmicas e distribuições existentes.



LEGENDAS:

● GALPÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

● ECOPONTOS

Ecoponto 1 – Luizote de Freitas

Ecoponto 2 – São Jorge

Ecoponto 3 – Santa Rosa

Ecoponto 4 – Guarani

Ecoponto 5 – Roosevelt

1 - Associação dos Catadores e Recicladores de Uberlândia (ACRU) Bairro Minas Gerias

● FERROS-VELHOS

● CODEL ● BUTELÃO

Ecoponto 6 – Daniel Fonseca

Ecoponto 9 – Tocantins

Ecoponto 10 – Cruzeiro do Sul

Ecoponto 11 – Segismundo Pereira

Ecoponto 12 – Mansour

Ecoponto 13 – Jardim Canaã

2 - Cooperativa de Recicladores de Uberlândia (CORU) Bairro Jardim Brasília

3 - Associação Brasileira de Reciclagem e Coleta Seletiva – (ABRCS) Dona Zulmira

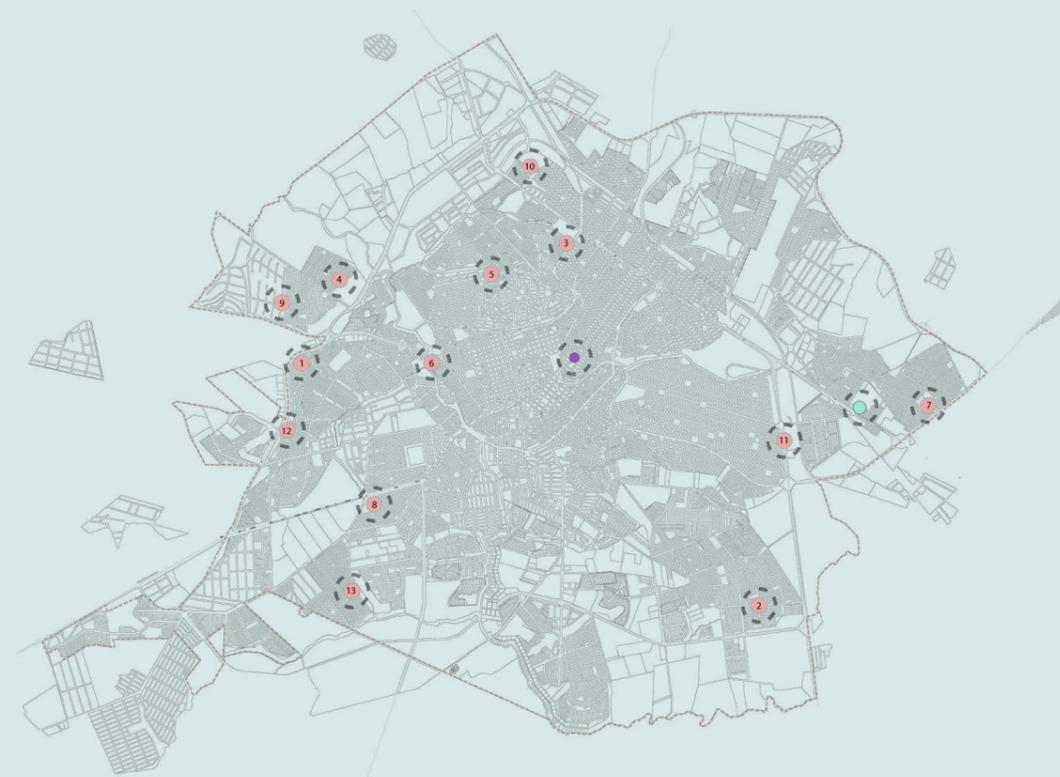
4 - Associação dos Catadores Boa Esperança (ARBE) e Associação de Catadores de Material Reciclável do Bairro Taiamam (ASSOTAIAMAM) Bairro Daniel Fonseca

5 - Associação de Recicladores e Catadores Autônomos (ARCA) Bairro Santa Luzia

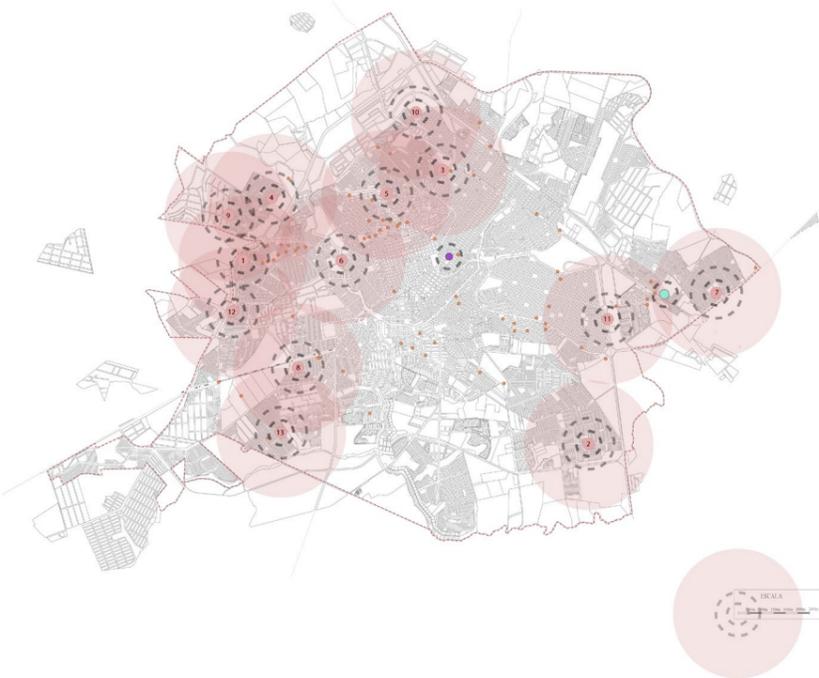
ESCALA
0m 40m 80m 120m 160m 200m 240m

Enxergando o fato de a coleta seletiva passar apenas uma vez por semana nas casas dos moradores como algo limitante à eficiência e aderência à reciclagem, elaborou-se áreas de abrangência desses pontos, visando compreender e ilustrar de que maneira os Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), onde os Ecopontos se encaixam, realmente servem aos cidadãos. Para isso atribuiu-se 3 raios de abrangência de área, sendo eles: 400m, 700m e 2,2km. O primeiro condiz à máxima distância confortável percorrida por um pedestre para realizar uma ação e foi feito separadamente na intenção de refletir sobre os PEVs enquanto apoio frequente de descarte.

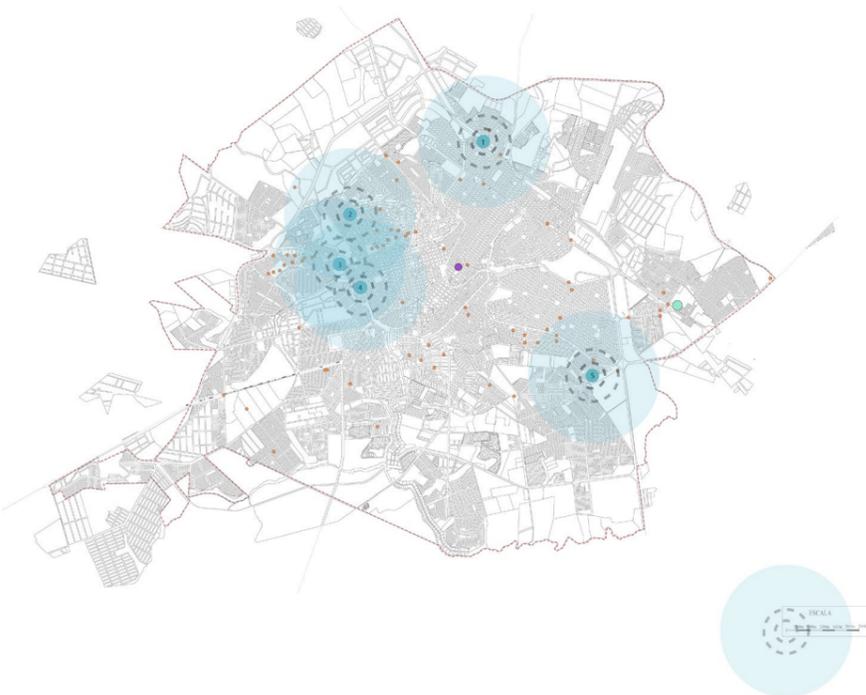
Em seguida, criou-se um mapeamento com o raio de 700m, o qual além de ser considerado como a máxima distância a ser percorrida por um pedestre, é a medida que o DMAE utiliza para realizar campanhas de conscientização sobre os PEVs e nesse sentido também considera a possibilidade de uso do carro. E, por último, utilizou-se o raio de 2,2km como distancia máxima para ser feita apenas de carro pelos moradores que desejam se desfazer de resíduos maiores e que possuem esse meio de transporte.



MAPA 2. Abrangência a pé de pontos de entrega voluntária - ecopontos, codel e butelão



MAPA 3. Abrangência de 400m, 700m e 2,2km de pontos de entrega voluntária - ecopontos, codel e butelão



MAPA 4. Abrangência de 400m, 700m e 2,2km das Cooperativas e Associações de materiais recicláveis.

Foi possível concluir que, diferentemente de muitas cidades e países, os PEVs de Uberlândia foram locados nas extremidades da cidade e não tiveram, como intuito principal, o estabelecimento de locais que facilitam a separação e entrega de resíduos pelos moradores do entorno, mas para compensar áreas antes não incluídas nos trajetos da coleta se-

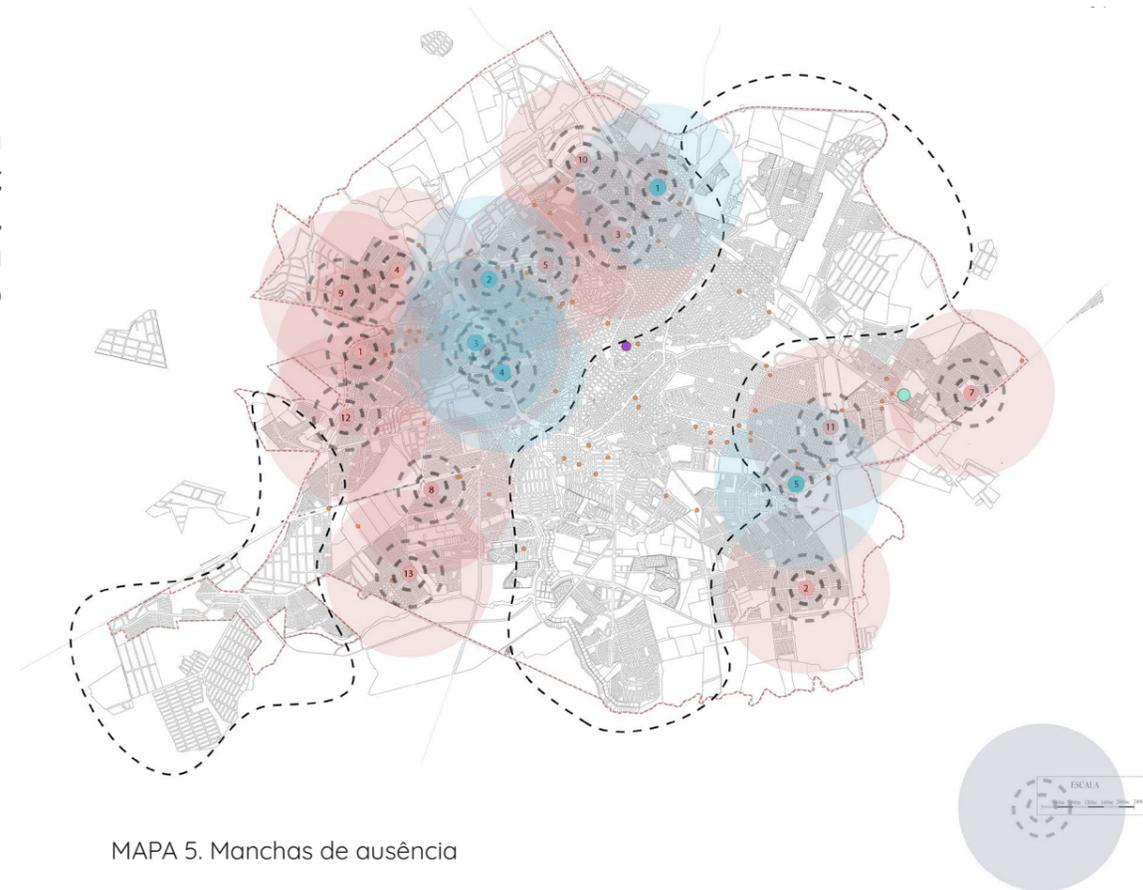
letiva, a qual está constantemente em expansão. Ainda, a análise de abrangência dos equipamentos à distância a pé desvenda a ínfima cobertura capaz de propiciar autonomia aos cidadãos em relação aos seus resíduos, ilustrando o baixo incentivo à construção de relação, compreensão e preocupação dos uberlandenses com o próprio descarte.

Ao mesmo tempo, evidencia os possíveis espaços-tempos cotidianos que os catadores informais encontram para vasculhar sacos de lixo e lixeiras na busca por materiais recicláveis. Para além disso, identificaram-se áreas de maior atendimento e outras de ausência total desses apoios, o que foi percebido justamente nas áreas mais adensadas e centrais da cidade, o que faz muito pouco sentido.

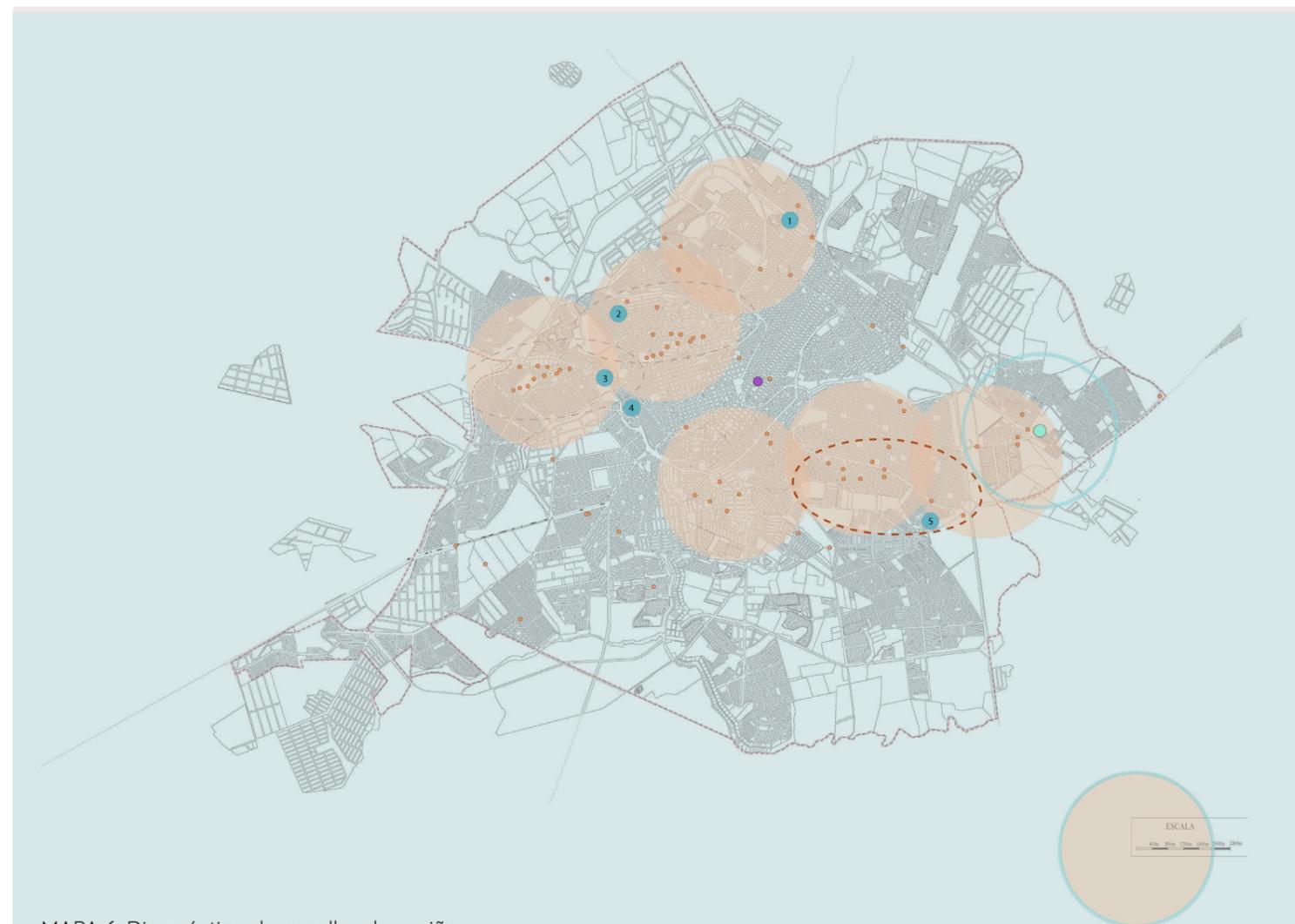
Assim, após estabelecer a primeira frente de análise, voltada a compreender as conexões com os catadores cadastrados e os locais formais voltados a reciclagem, iniciou-se a segunda frente. As investigações seguintes se basearam em questionamentos como: onde o catador informal está e por onde anda? Por isso, decidiu-se mapear os ferros-velhos enquanto estratégia de rastreamento de movimentação deste grupo a partir dos pontos de venda. Para isso, na intenção de ilustrar essa estimativa de presença, foram feitos círculos nas áreas de concentração de ferros-velhos para propiciar delimitações possíveis dessas regiões.

Com isso, chegou-se a três zonas de concentração: duas a noroeste da cidade e outra a sudeste. Na primeira localizam-se duas associações de catadores de materiais recicláveis, a CORU

e a ACRU, além dos ferros-velhos; e, na segunda, identificam-se a ARCA e o bairro Lagoinha.



MAPA 5. Manchas de ausência



MAPA 6. Diagnóstico de escolha de região

Destaca-se a localização deste bairro tanto por sua situação atual, quanto pelo seu histórico estigmatizado na cidade, visto que, há anos, o Lagoinha é alvo de tantos apontamentos pelo restante da população que sua área ficou condicionada ao afastamento, a desimportância e ao desamparo. Para exemplificar, o bairro que era tido como local de “triagem” de doentes e contagiosos épocas atrás, hoje tem uma reputação marcada pela presença do tráfico de drogas, de “invasão” de terra, de desova de corpos nas Áreas de Proteção Permanentes (APPs), de assaltos e violência e como um lugar sujo, por causa dos acúmulos de lixo nas bordas mais baixas do bairro.

Nesse processo de repúdio velado, o Lagoinha foi continuamente invisibilizado e

esquecido pela gestão pública e pelos próprios moradores de Uberlândia, até chegar em uma situação atual que engloba inúmeras vulnerabilidades sociais e ambientais em seu território. Nessa gradação, este foi se tornando um “fundo”, uma faixa que muito pouco se conecta com a malha urbana, um “pedaço” que ninguém quer passar, que ninguém quer ver - e talvez, para muitos, a opinião é que seja melhor assim. Dessa forma, consolidou-se quase como uma barreira, com um aspecto de periferia pobre incrustada em região hoje mais central, que a manteve marginalizada, mas não conseguiu expeli-la. Por isso, optou-se por compreender melhor a área mais baixa do bairro, próxima à APP e vista como bastante sensível.



Vista aérea região do bairro Lagoinha até o Santa Luzia nos arredores da APP. Fonte: Google Earth, 2021



Imagens dos locais indicados na vista aérea. Fonte: Google Maps, 2021.



Imagens dos locais indicados na vista aérea. Fonte: Google Maps, 2021.

Em suma, tornaram-se evidentes as relações entre os moradores do Lagoinha e o tema deste trabalho, tanto pelas conexões com a catação, a reciclagem e os resíduos, quanto pelo preconceito, pela privação do direito à cidade e à vida urbana digna, pela desatenção social e pela perpetuação de condições de invisibilidade. Por causa disso, decidiu-se por incluí-lo de forma mais expressiva no trabalho, no intuito de definir atendimento dessa população pelo projeto e de integrar essas regiões.

Nesse contexto, torna-se necessário declarar a oportuna coincidência entre a análise do território e a aproximação do perfil das cooperativas e associações, visto que, informando-se sobre as organizações de catadores, a atuação e organização da Associação de Recicladores e Catadores autônomos (ARCA) foi bastante destacada, o que deu vazão à pesquisa e aproximação seguintes.

A ARCA

Através do contato frequente com a DMAE e de acordos e parcerias com empresas, a ARCA tem expandido suas possi-

bilidades nos últimos anos de maneira ímpar. Por exemplo:

- Aquisição de uma picotadeira de papel, a qual viabilizou o recebimento de papéis de empresas e instituições;
- Aquisição de computadores para uso e gestão interna, através de acordos com o Rotary Club;
- Participação em um projeto de desenvolvimento de triciclos para catação, por meio de parceria com a Rotary e auxílio de um ex-técnico e chefe de departamento da Física da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que trabalha como voluntário na associação;
- Aquisição um triturador de vidro, o qual custa aproximadamente R\$20.000 e está sendo pago com parte do valor de venda desse material;

Sobre o maquinário, destaca-se que a ARCA ainda é única organização de catadores a possuir um triturador, por isso, ela recebe o vidro de todas as outras associações, faz a trituração do material destas, vende em Porto Ferreira e posteriormente, descontato o valor da parcela, distribui o valor equivalente a cada uma, ampliando

a capacidade de venda e reciclagem de todas e consolidando um sistema de Economia Solidária interassociações. Informa-se que o atual galpão da ARCA foi construído no município com verba federal, assim como a CORU.

Além disso, o grupo criou uma horta dentro do galpão a partir de um projeto de vermicompostagem, o qual promove uma reciclagem mais eficiente dos resíduos orgânicos devido à presença de minhocas, as quais produzem o húmus como substrato e adubam a terra de modo a torna-la rica em nutrientes. Esse processo beneficia tanto a produção de verduras e hortaliças quanto a posterior alimentação dos associados, visto que os nutrientes passam para as plantas. Ainda possuem um sistema de aquaponia que integra a produção orgânica de tilápias, criadas em caixas d'água reutilizadas. A água, que precisa circular por causa dos dejetos e da amônia produzida por estes animais, é bombeada dos repositórios até um filtro biológico com bactérias e taiobas que, após 20 minutos de tratamento, realiza uma descarga automática e direciona a água sem amônia para um sistema tubos de PVC reutilizados com hortaliças.

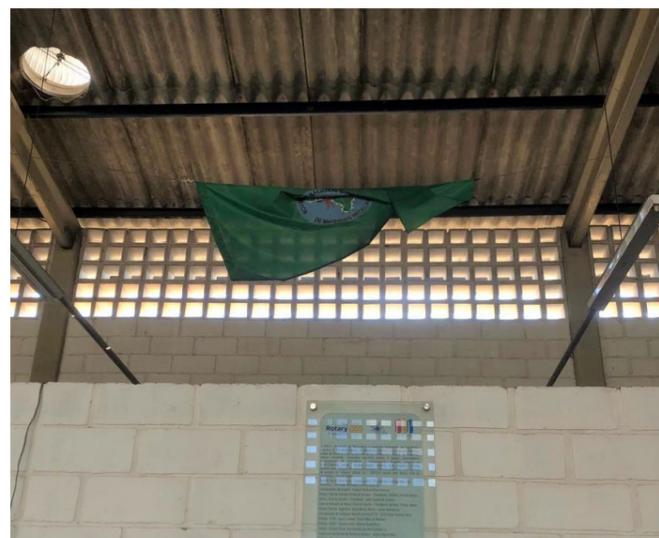


Sistema de aquaponia da ARCA (Fonte: autora, 2021)

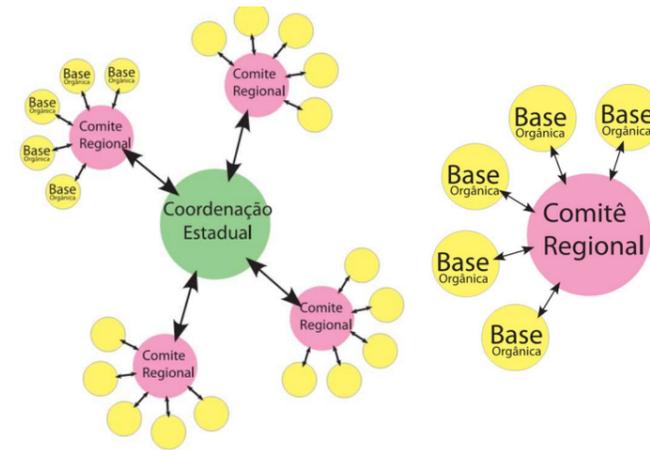
Ainda em relação à produção comunitária interna, os associados criam galinhas, tanto para alimentação (ovos e carne) quanto para proteção contra escorpiões, caramujos e outros animais, de modo que algumas ficam soltas e as demais no galinheiro.

No que condiz à qualificação, durante a entrevista com o presidente da associação, o senhor João Batista, este informou que adquiriu certificação em manuseio de resíduos eletrônicos e que agora a ARCA também pode receber esses materiais. A capacitação se deu por meio de parceria entre a Alphaville São Paulo e os presidentes de todas as organizações de catadores de Uberlândia.

Outro ponto que merece destaque é que durante as pesquisas não foi identificado a presença do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Uberlândia, o que foi entendido como algo que deveria ser promovido sem demora às associações, visto que é um meio de organização, capacitação e empoderamento ordenado da base para o topo. Entretanto, durante a visita à ARCA, o João contou que integra o movimento, que já foi em Brasília e Belo Horizonte para encontros deste e que o MNCR tem sido de grande auxílio profissional.



Bandeira do MNCR na recepção do Galpão. (Fonte: autora, 2021)



Organograma dos Comites Regionais de Catadores (Fonte: Site MNCR, 2021)

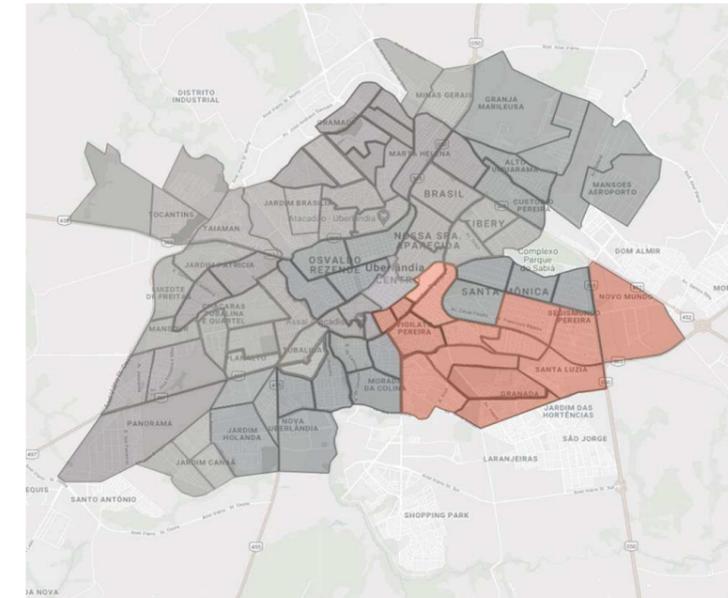
As imagens acima demonstram a articulação entre a coordenação estadual, que se conecta à esfera nacional, com os comitês regionais e as bases orgânicas do movimento social.



Triciclo e carrinho desenvolvido com a Rotary Internacional. (Fonte: autora, 2021)

Os associados ainda informaram que alguns vizinhos levam seus resíduos diretamente à ARCA, assim como pessoas de toda cidade vão até a associação levar resíduos específicos por conhece-la, principalmente descartes com alto valor agregado, de modo que eles não recebem material apenas da coleta seletiva municipal. Na intenção de tornar visível e mais próximo “de quem” a ARCA recicla os resíduos por meio desta, realizou-se o mapeamento

dos bairros abrangidos a partir das informações disponibilizadas pelo DMAE.



“De quem a ARCA recicla os resíduos?”. Fonte: DMAE, 2021)

Dessa forma, tornou-se compreensível o porquê de a ARCA ser apontada quando o assunto são as associações de Uberlândia e como esta ilustra questões que fizeram o interesse nas cooperativas de reciclagem despertar, como processos de emancipação e transcendência em busca de melhores condições de trabalho e de vida, alicerçados na estrutura de autogestão e gestão colaborativa. Além disso, a sincronia entre o estudo de hortas comunitárias para o programa do projeto enquanto prática de autonomia e cuidado e todo o sistema encontrado na ARCA foi impressionante.

Por fim, através das pré-existências estimadas de catadores informais e a pré-existência consolidada da ARCA, compreende-se nessa região a somatória de potências e demandas suficientes para alicerçar um projeto que reconhece, incentiva e valoriza os processos de transcendência de pessoas historicamente excluídas e invisibilizadas. O intuito é que o Centro comunitário sirva de apoio à ARCA e ao entorno, assim como também se pretende destinar um projeto baseado nas solicitações dos associados para o lote do galpão de triagem.

notas

1. Informação obtida em resposta ao ofício elaborado pela autora e encaminhado ao Núcleo de Coleta Seletiva, Arthur Rosa Públio.

2. Comunicado proveniente da profissional do Departamento Municipal de Água e Esgoto, Maria do Rosário.

3. Dados contidos no relatório do DMAE, chamado “Programa de Coleta Seletiva - Coleta, Transporte e Destinação de Resíduos Sólidos Recicláveis para Associações e Cooperativas de Catadores(Kg) “ presente na tabela: Material Reciclável Coletado Pelo Dmae (Kg).

4. Dados Pesquisa Perfil Socioeconômico dos Recicladores realizada em periodicidade anual desde 2017 pelo DMAE.

5. Informação citada por Maria do Rosário e João Batista, presidente da Associação dos Recicladores e Catadores Autônomos.

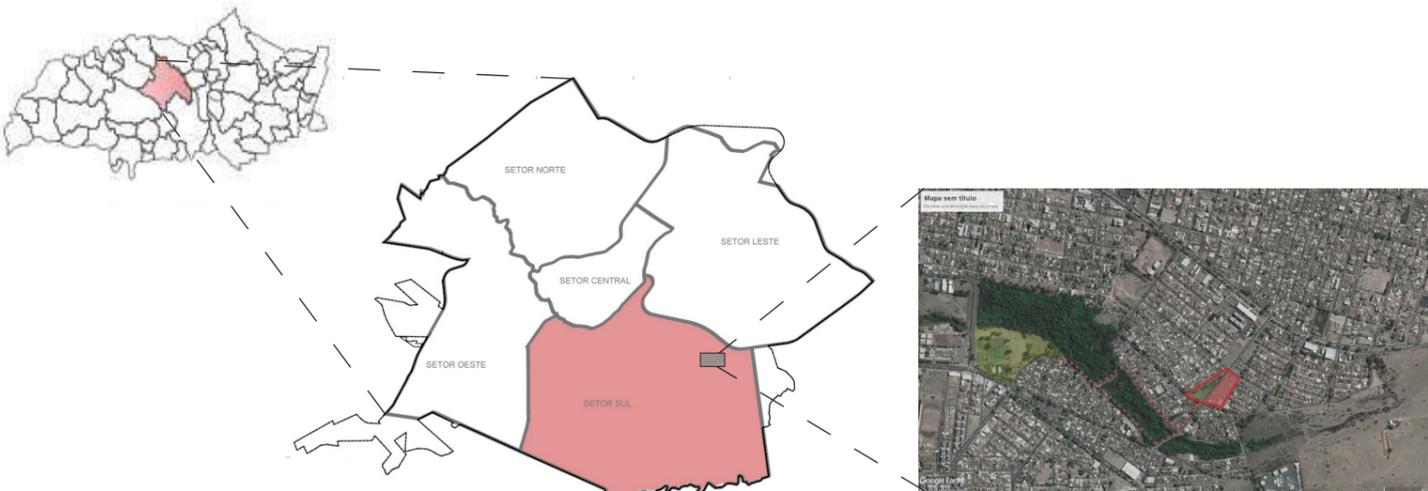
7

O ESPAÇO-OBJETO

CENTRO COMUNITÁRIO CAROLINA MARIA

ANÁLISE DO ENTORNO

O terreno da ARCA encontra-se no extremo leste do setor Sul de Uberlândia, no bairro Santa Luzia.



Localização de Uberlândia no Triângulo Mineiro e mapa da cidade com os setores;

Localização do terreno, parque e APP no Santa Luzia

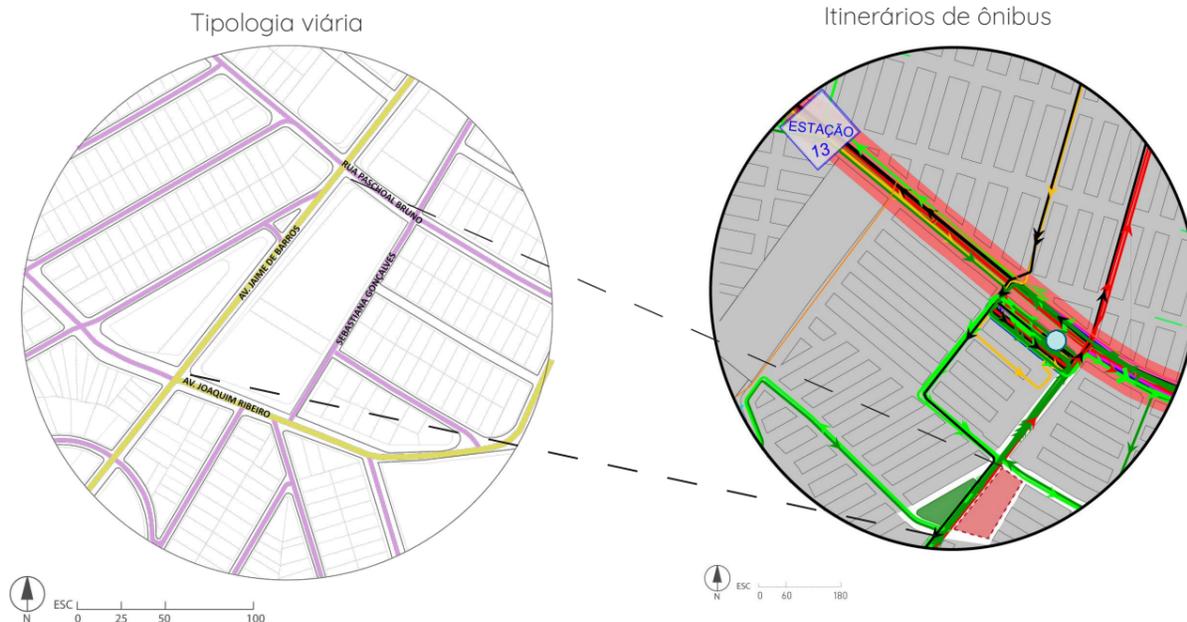
Um ponto marcante da região é a proximidade do limite do perímetro urbano, à distância de 1,5 quilômetros da quadra. Também se destaca a presença de uma Área de Preservação Ambiental (APP) e a proximidade ao Parque municipal Santa Luzia, com entrada a 1,3 quilômetros do terreno e onde há diversas quadras de esportes, infraestrutura de caminhada e permanência e lago.

Para compreensão do entorno próximo, foi escolhido um raio de 480 metros, baseando-se na distancia confortável a ser percorrida por pedestres e excedendo um pouco para abranger desde o terminal até equipamentos da parte mais baixa do bairro. Percebeu-se um entorno diversificado e com boa oferta de comércios, serviços e centros educacionais, o que, inclusive, se repete na escala do bairro como um todo.

Ainda, apesar de ser um bairro periférico, a acessibilidade do terreno escolhido é excelente graças à proximidade do Terminal Santa Luzia (350m) e da Avenida João Naves de Ávila, a qual possui corredor de ônibus que possibilita ligações entre várias regiões e com o Terminal Central e é uma avenida de tráfego rápido para os carros.



- 1 TERMINAL SANTA LUZIA
- 2 INSTITUTO EDUCACIONAL SANTA MÔNICA
- 3 REPARTIÇÃO PÚBLICA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
- 4 SENAC
- 5 ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES E CATADORES AUTÔNOMOS (ARCA)
- 6 ESCOLA ESTADUAL RIO DAS PEDRAS
- 7 QUADRA POLIESPORTIVA
- 8 ESCOLA ESTADUAL INÁCIO CASTILHO
- 9 ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL (EMEI) DOUTOR JOSÉ RIBEIRO
- 10 IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS
- 11 PRAÇA PADRE ÉZIO DAHER



LEGENDA:

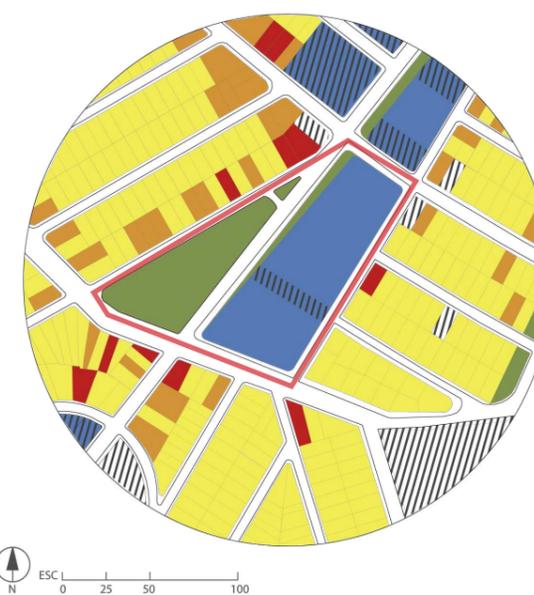
- locais
- coletoras
- estruturais (Av. João Naves de Ávila)
- terreno
- Terminal Santa Luzia

Linhas que passam em frente ao terreno:

- A335 - Aurora
- A342 - Uberlândia Shopping
- A324 - Granada
- A331 - Shopping Park
- A339 - São Gabriel
- A328 - Paineiras
- A327 - Seringueiras
- A326 - São Jorge
- A315 - Morumbi
- A330 - Dom Almir
- I341 - Terminal Planalto

Percebeu-se um entorno movimentado por facear duas avenidas coletoras, das quais a Av. Jaime de Barros é sobretudo uma importante via para o transporte público. Em visitas ao local, notou-se que a localização do terminal, somada ao entorno diversificado, possibilita uma constante e considerável movimentação de pedestres, o que é visto como característico e potencial.

mapa de uso e ocupação



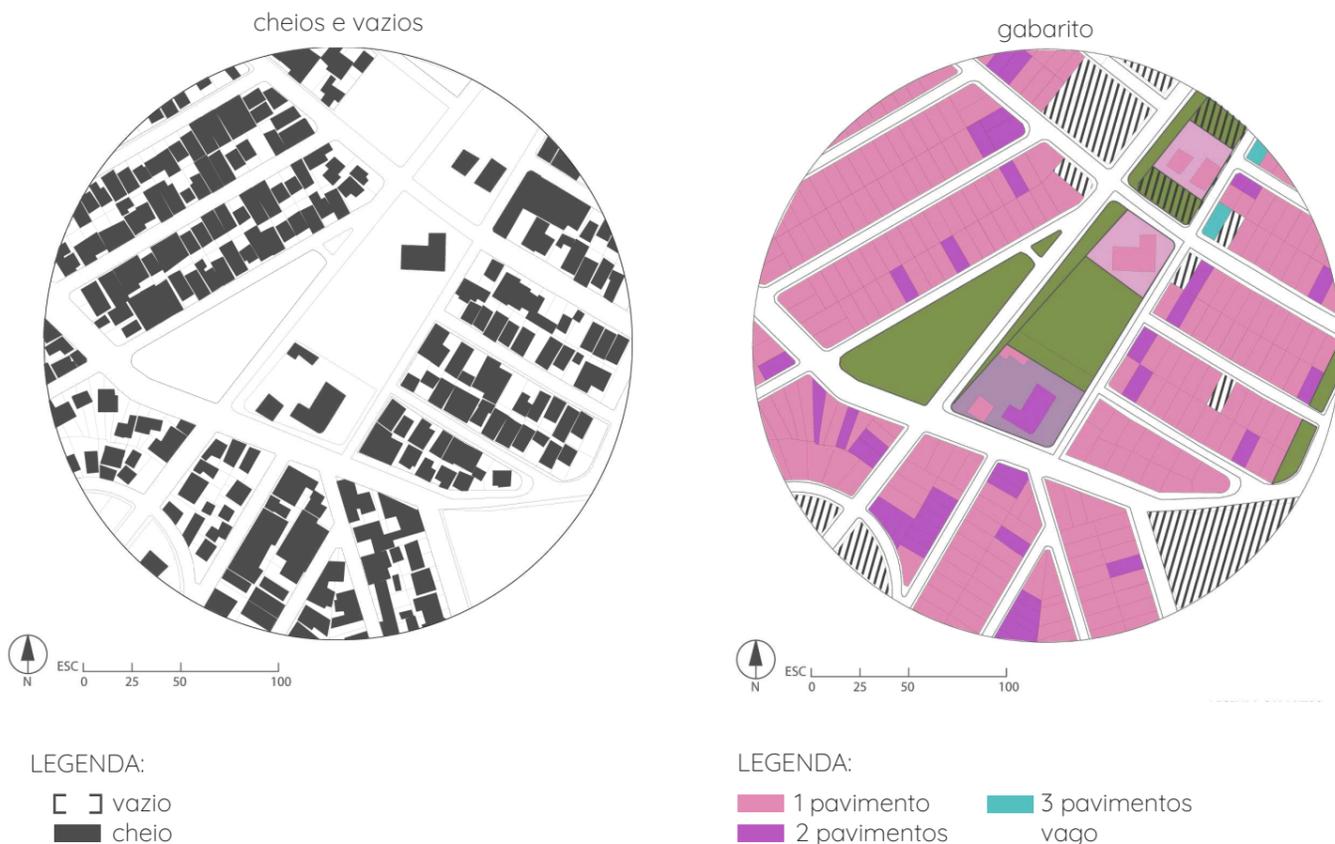
LEGENDA:

- residencial
- comercial
- institucional
- misto
- vago
- área verde

Pela análise de uso e ocupação, fica possível visualizar a multiplicidade do entorno, com concentração de usos comerciais e mistos nas Avenidas Paschoal Bruno e Jaime de Barros e na rua adjacente à praça, Durval Medeiros.

A análise ainda mostra o eixo institucional articulado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), o qual se inicia nas áreas ocupadas pelo Terminal Santa Luzia. É por causa deste que se tem a sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho e habitação (SEDEST) na quadra acima e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a ARCA na quadra escolhida. Assim, acredita-se que essa região tem potencial para gerar uma centralidade de atendimento à população a partir de equipamentos integrados, desde que esses se-

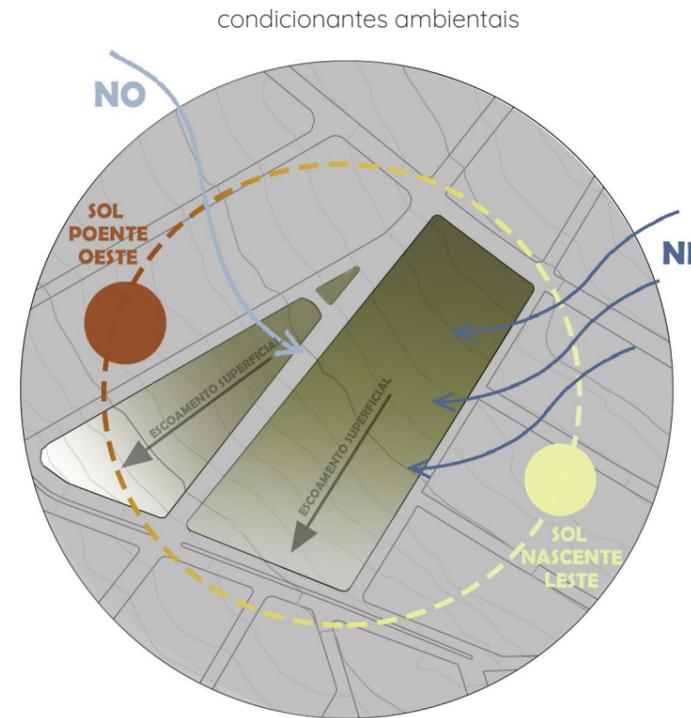
jam de alta qualidade e capacidade. Diz-se isto pelo fato de, atualmente, a praça Padre Ézio Daher não ter nenhum programa ou infraestrutura, a sede da SEDEST ser completamente murada e não estabelecer relação com os moradores, os demais lotes institucionais estarem vagos, mesmo que haja demandas e, principalmente, a situação do SENAC, que está inativo desde antes da pandemia e que tem a posse de parte da quadra escolhida para o projeto, a qual está ociosa e cercada à população.



Faixa residual entre ARCA e cercado do SENAC. Fonte: autora, 2021.

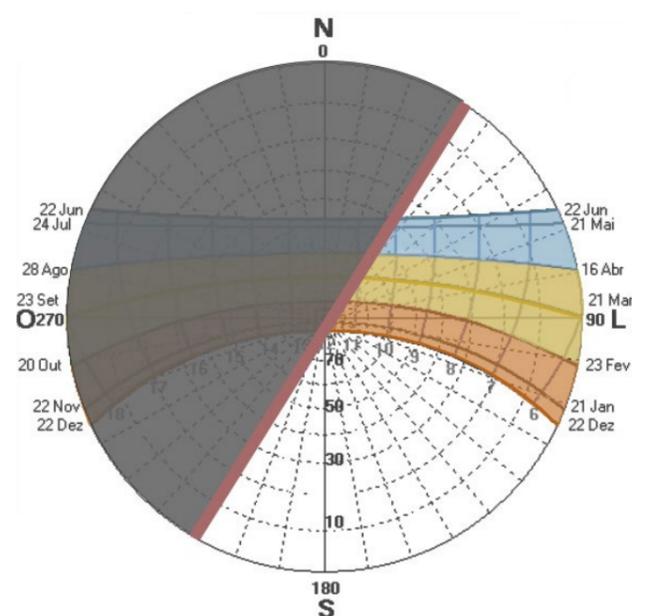
Pela análise de cheios e vazios, essas pontuações tornam-se bastante perceptíveis, através do contraste em relação aos lotes comuns da região, que são majoritariamente ocupados. Em consonância com o padrão que é observado em várias cidades, as construções do bairro com 2 pavimentos em diante são de uso misto, tendo o térreo comercial e os seguintes pavimentos residenciais.

No que se refere às condicionantes ambientais, pode-se dizer que os ventos predominantes provenientes de nordeste e os ventos de noroeste chegam sem obstáculos ao terreno. Com as análises ficou clara a forma como a praça e a área verde adjacente podem beneficiar o projeto, notadamente em função da massa arbórea presente, que melhora a qualidade do ar e fornece sombreamentos na fachada oeste.

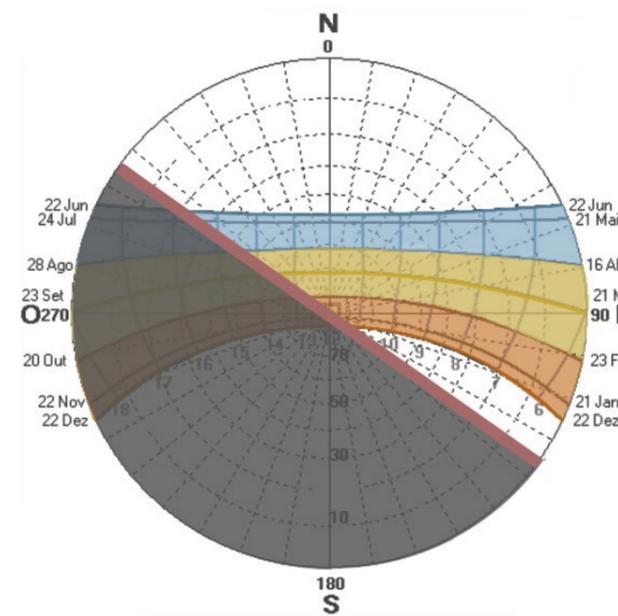


Vista do muro da ARCA para a parcela superior da quadra. Fonte: autora, 2021.

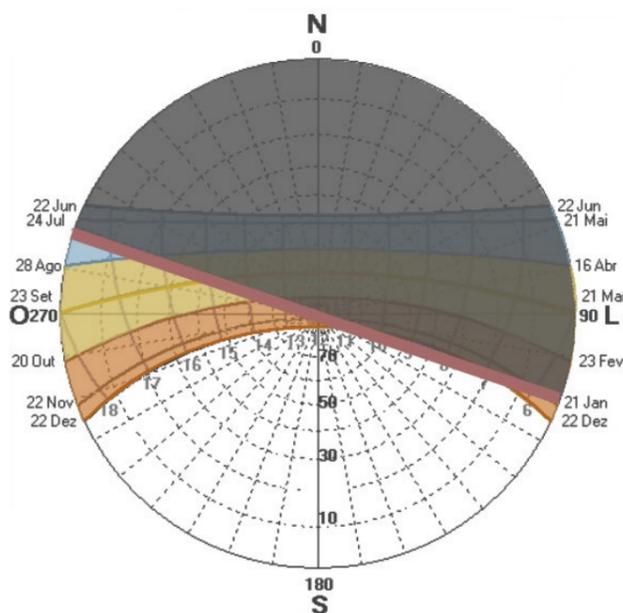
Para um diagnóstico mais minucioso, optou-se por fazer as análises de insolação no Programa SOL-AR, de modo a obter os dias e a duração da incidência solar em cada fachada. Para que ficasse mais visual, interpretou-se a carta de latitude 18° Sul relativa à Uberlândia com manchas referêntes às estações do ano. Posteriormente, aplicaram-se as orientações das faces do terreno (azimutes) cruzando as características sazonais com os períodos de insolação, de maneira a compreender condições prejudiciais ou benéficas eficientemente.



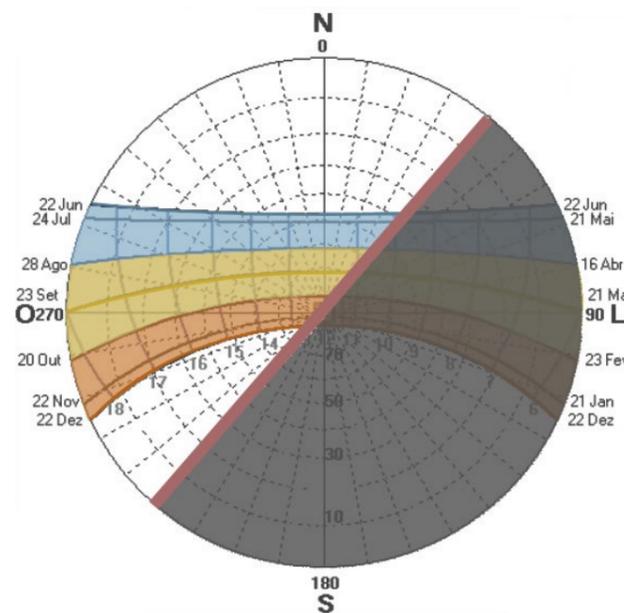
Fachada sudeste (A= 122°) - Sol da manhã o ano inteiro, com duração decrescente do verão para o inverno.



Fachada nordeste (A= 36°) - Sol da manhã o ano inteiro, com duração decrescente do inverno para o verão, recebendo mais insolação em dias nos frios e evitando os horários mais intensos, principalmente no verão (Sol até 12h30).



Fachada sudoeste (A= 310°) - Sol da tarde durante todo verão e parte do outono e praticamente nulo no inverno. É uma fachada que demanda estratégias bioclimáticas. É a fachada mais complicada do terreno



Fachada noroeste (A= 200°) - Sol da tarde o ano inteiro e parte da manhã no inverno. É uma fachada que demanda estratégias bioclimáticas.

LEGENDA:

— orientação da fachada — primavera/ outono — inverno — verão

CONTEXTO:

Além do terreno escolhido para o projeto do Centro comunitário (o qual é a extensão da quadra que se encontra entre a ARCA e o prédio do SENAC), optou-se por incluir e intervir nas áreas do entorno próximo no intuito de gerar uma ambiência de centralidade de equipamentos.

Por exemplo, a Praça Ézio Daher deixou de não oferecer nenhuma infraestrutura para apropriação e recebeu partes do programa. Nela, foram dispostos equipamentos substancialmente públicos, convidativos, sem restrição de horário e geradores de movimento.

A situação de subutilização também ocorre na edificação do SENAC, o qual se encontra inoperante há mais de um ano e meio. Por causa disso, decidiu-se que a in-

fraestrutura voltada à capacitação do programa não seria construída no CCMC, mas sim apropriada da infraestrutura existente do SENAC pelo projeto, para que não se repetisse uma oferta desnecessariamente. Ainda, supõe-se que esta aglutinação ocasionará a reativação das atividades da sede e que o CCMC enriquecerá o cotidiano dos estudantes desta, de modo que os projetos se complementam.

Áreas do projeto:

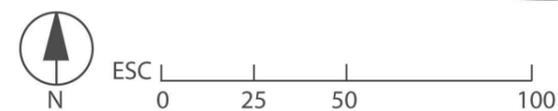
Área praça Ézio Daher: 4.642m²

Área ARCA: 3.560,72m²

Área principal de intervenção para o projeto: 4.609,6m²

Área terreno SENAC (adaptada): 2.615,64m²

Área construída SENAC (estimada): 500m²



1. Planta de situação

PARTIDO:

O projeto busca se apropriar das áreas subutilizadas para dispor o programa do Centro Comunitário. Ademais, busca promover integração espacial entre o CCMC e o SENAC e elaborar um proposta projetual para ARCA.

Destaca-se que a horta comunitária, equipamento que se pretendia no programa e ao qual se fez referência no trabalho, será desenvolvida na ARCA, visto que já é um desejo e prática dos associados.



Vista do mudo da ARCA a partir da praça - muro que irá receber tratamento artístico. Fonte: autora, 2021.

Intervenção:

ARCA - Associação de Recicladores e Catadores Autônomos

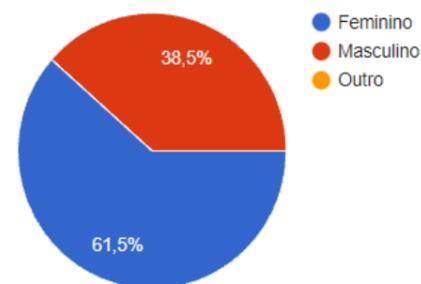
Foram realizadas visitas à associação, entrevistas e levantamentos fotográficos e de medições. Optou-se por realizar uma proposta que fosse fiel às necessidades manifestadas, um exemplo disso foi a não realização de aberturas ou integrações entre as demais áreas estudadas e o terreno da associação, que declarou de forma hegemônica o desejo de maior privacidade e segurança. Com isso, foi proposto o aumento da altura do muro com tela de galinheiro estruturada, para crescimento de trepadeiras de fácil crescimento e manejo, como a Tumbergia, no intuito de atender tais vontades e não impactar negativamente quem transita pela calçada.

Ainda em relação aos aspectos exteriores da ARCA, optou-se por regularizar e rebocar os muros laterais e o frontal, para recebimento de arte urbana de valorização da atividade dos catadores e recicladores, inspirado nas ações “Pimp Nossa Cooperativa” do Pimp my carroça. O muro posterior receberá regularização e pintura, mas, ao invés de ser trabalhado com grafite, será com paisagismo.

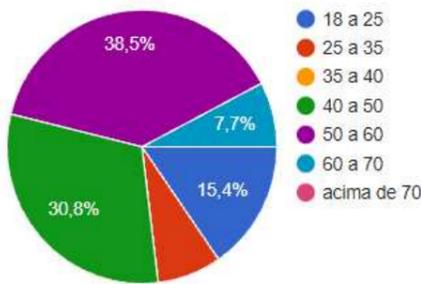


Do questionário realizado:

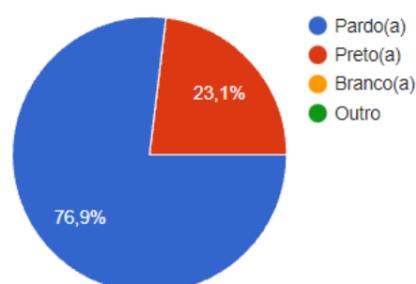
Qual seu gênero?



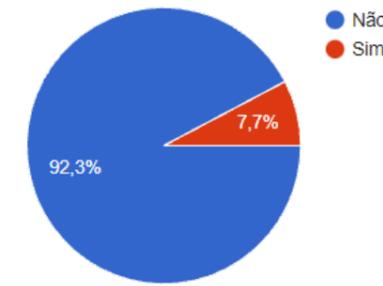
Qual sua idade?



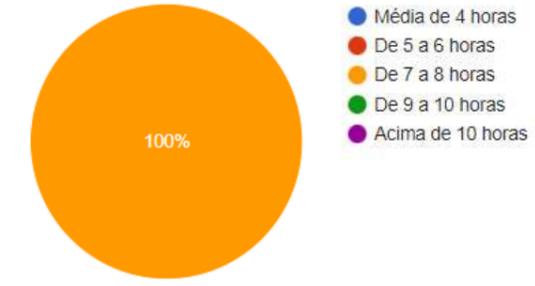
Como você se identifica?



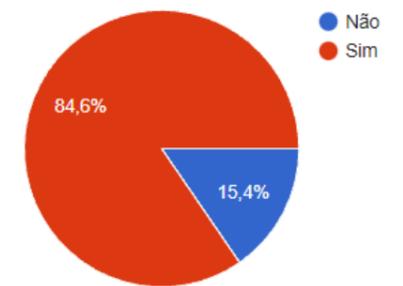
Costuma almoçar na ARCA?



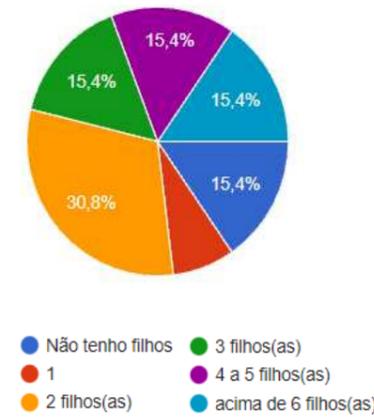
Passa quanto tempo por dia na ARCA?



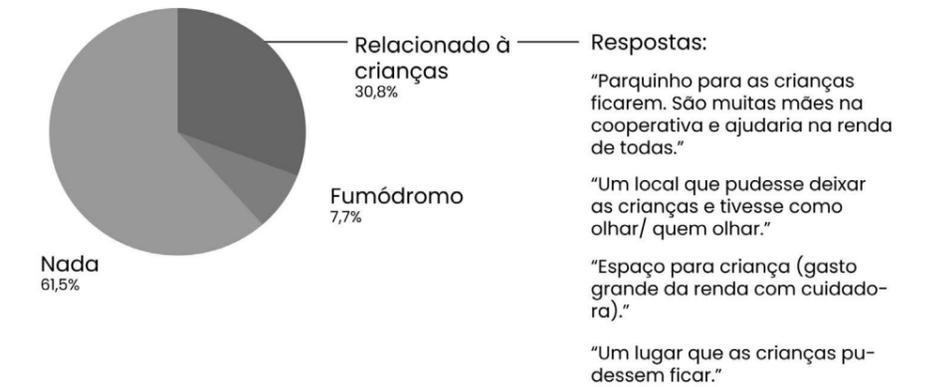
Tem filhos?



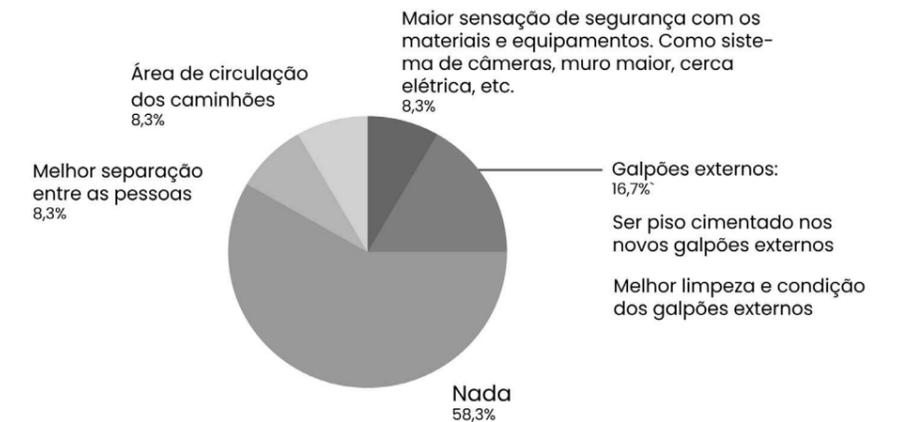
Se tem filhos:



“Preencha este campo com apoios ao cotidiano ou infraestruturas que você gostaria que tivesse na ARCA”



“Na sua opinião: o que do terreno da ARCA poderia ser melhorado?”



O questionário permitiu identificar algumas questões: o padrão de perfil identitário levantado nacionalmente se reproduz na Arca, assim como características do cotidiano e da estrutura familiar. Destaca-se que, frente à necessidade de melhores condições de cuidado das crianças pelas mães que trabalham nesse nicho, foi proposto um espaço infantil no Centro Comunitário Carolina Maria, com infraestrutura para receber crianças de diferentes idades.

Do levantamento fotográfico:



Galpão principal com setores de trabalho. Fonte: autora, 2021.



Galpão 02: construído pelo prof. Pardal e problemática da parte não pavimentada. Fonte: autora, 2021.



Galpão 3 - construído recentemente. Área de carga e descarga e manobra dos caminhões, que vão até o 2º galpão. Fonte: autora, 2021.



Portãozinho não utilizado que dá para rua Joaquim Ribeiro. Destaque para a altura do muro. Fonte: autora, 2021.



Estocagem deficitária nos vestiários. Fonte: autora, 2021.



Parte separada para elaboração da horta. Cercamento para as galinhas construído com pallets. Fonte: autora, 2021.



Uso da parte externa como área de estocagem dos materiais triados. Fonte: autora, 2021.



Cobertura feita pelo prof. Pardal para proteção do maquinário e outros materiais, na parte pavimentada lateral. Fonte: autora, 2021.



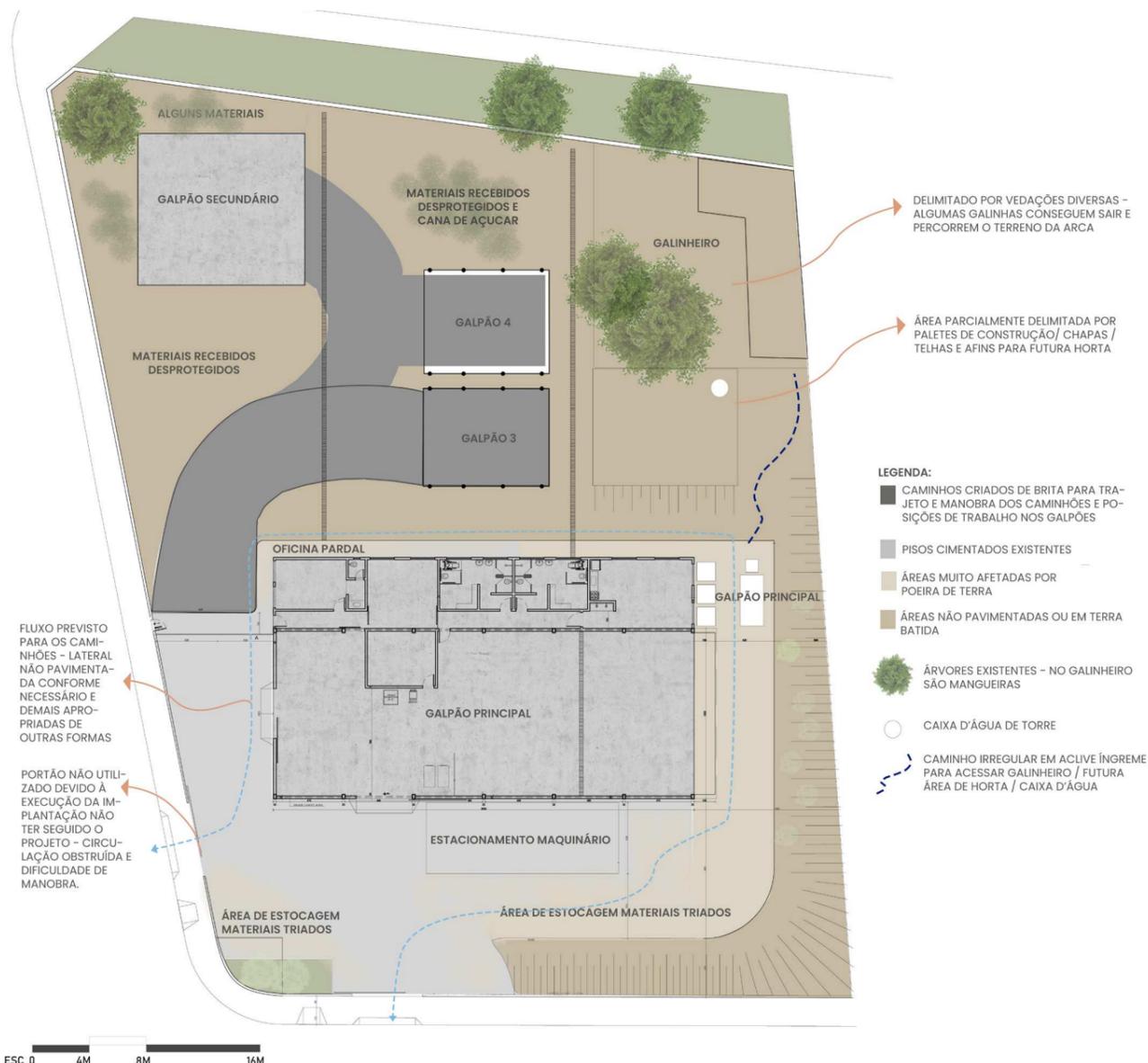
Galinheiro. Fonte: autora, 2021.



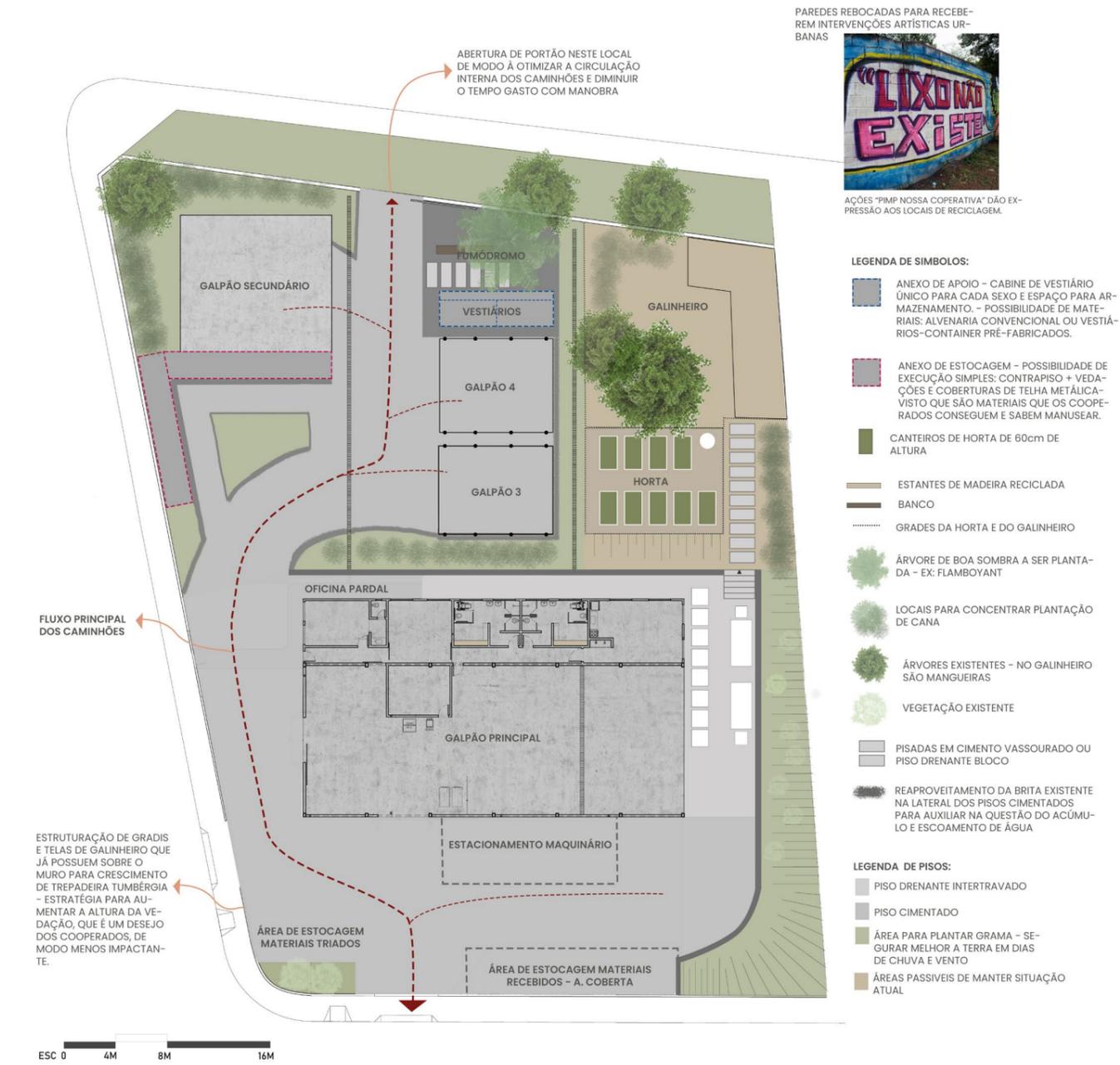
Segundo galpão; fiação elétrica protegida por mangueiras reutilizadas feitas pelo prof. Pardal. Fonte: autora, 2021.

Apesar da possibilidade de entender algumas condições da ARCA como precárias, foi parte do aprendizado perceber como o que se tem hoje é uma grande conquista para os cooperados, que se vêem em um processo de melhorias que está em curso. Por isso, optou-se por não modificar nada que não tenha sido comentado ou demandado.

ARCA	
Demandas	
Horta comunitária / aquaponia	Projeto segundo desejos já comunicados: local da horta e sistema de aquaponia maior que o atual. Sistema de 8 a 10 caixas d'água reutilizadas.
Portão na fachada oposta	Não é possível usar o portão da Av. Joaquim Ribeiro, pois este não permite área de manobra. Desejam um portão para saída de caminhões na fachada da Av. Jaime de Barros.
Melhorias de estocagem	Tanto pessoais, quanto da ARCA: bordas do terreno ocupadas por materiais e que funcionam como estocagem a céu aberto.
Fumódromo	Espaço específico para os associados fumantes.
Pavimentação interna dos caminhos e áreas de trabalho.	Atualmente, muitas das áreas permeáveis estão "na terra", o que é um problema para a associação pela quantidade de poeira gerada, principalmente no período de chuva, pois o terreno vira um "lamaçal", o que atrapalha o trabalho e danifica materiais.
Mães da reciclagem	Dificuldades: onde deixar os filhos durante o turno de trabalho/ montante gasto com essa questão.
Muro	Associados querem que o muro seja maior, pois carecem da sensação de segurança. Incêndio criminoso na cooperativa há alguns anos e maquinário interno caro - solucionar vontade, mas com impacto razoável ao entorno.



Esquema ilustrativo da condição atual da ARCA.



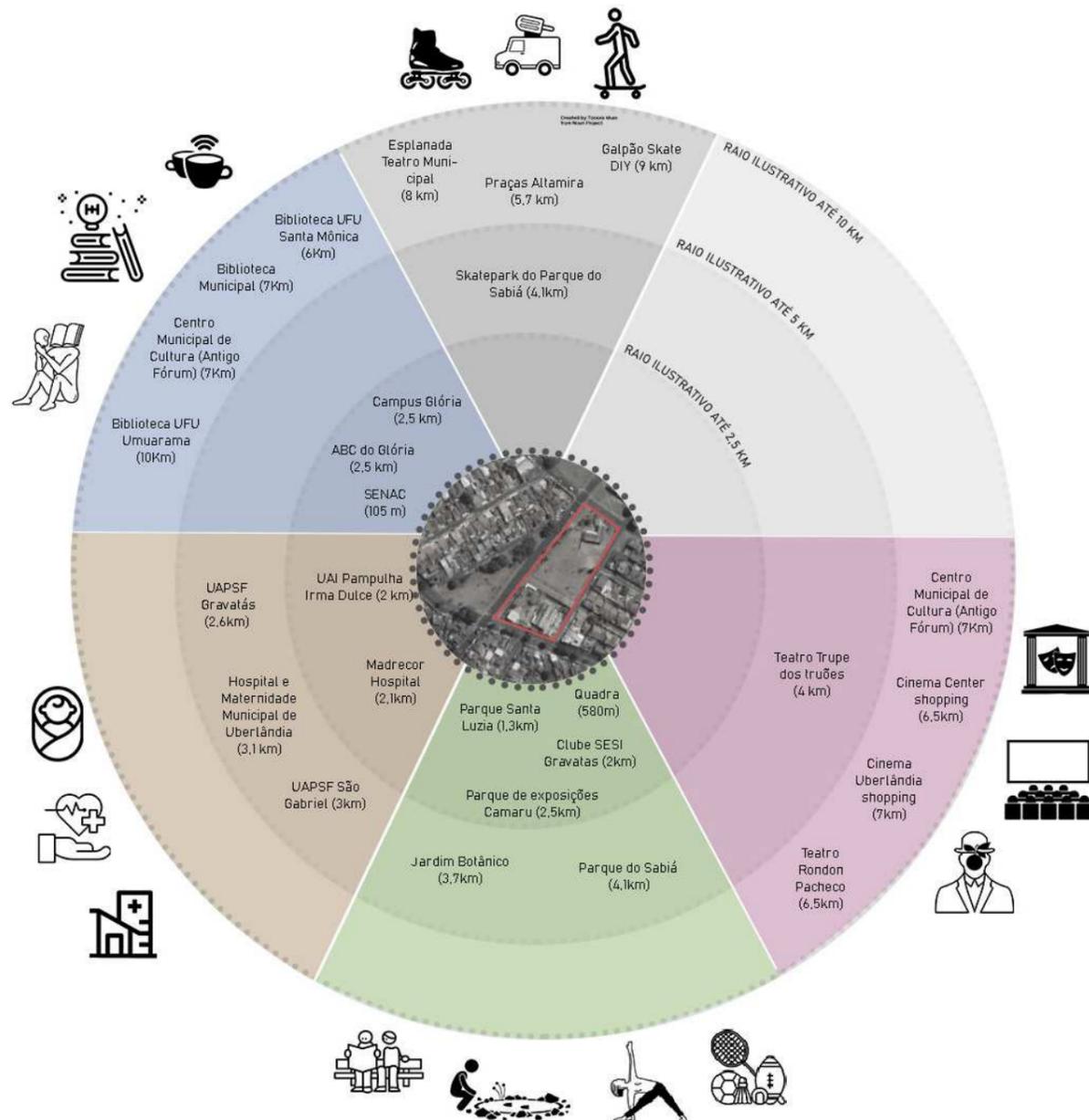
Esquema ilustrativo da proposta para a ARCA.



CENTRO COMUNITÁRIO CAROLINA MARIA DE JESUS

Discriminação do programa e dimensionamento

Tendo em consideração a contribuição da obra “Quarto de despejo” para a compreensão sensível e significativa das questões estudadas, optou-se por homenagear a escritora e nomear o projeto de: Centro comunitário Carolina Maria de Jesus. Em relação ao programa, este resultou da investigação sobre as ofertas existentes nas proximidades do terreno, visto que o intuito era aproveitar potencialidades e não repetir infraestruturas.



Levantamento das distâncias entre o terreno e equipamentos de Uberlândia que interessam ao programa do projeto.

Com isso, notou-se a abundância e proximidade de equipamentos de saúde, esporte e contato com a natureza. Por outro lado, ficou perceptível a distância de locais voltados ao lazer urbano e artístico e ao conhecimento, como bibliotecas e espaços pedagógicos. Por causa disso, resolveu-se priorizar esses e retirar o âmbito esportivo do programa.

O que significou a literatura para sua vida?

A transição de minha vida foi impulsionada pelos livros. Tive uma infância atribulada. É por intermédio dos livros que adquirimos boas maneiras e formamos nosso caráter. Se não fosse por intermédio dos livros que deu-me boa formação, eu teria me transviado, porque passei anos mesclada com os marginais.

Entrevista com a escritora (p.198)

Premissas projetuais:

- Absorção - lugar para o pós-escola/pós-trabalho;
- Diversidade de uso;
- Ativação e Vitalidade;

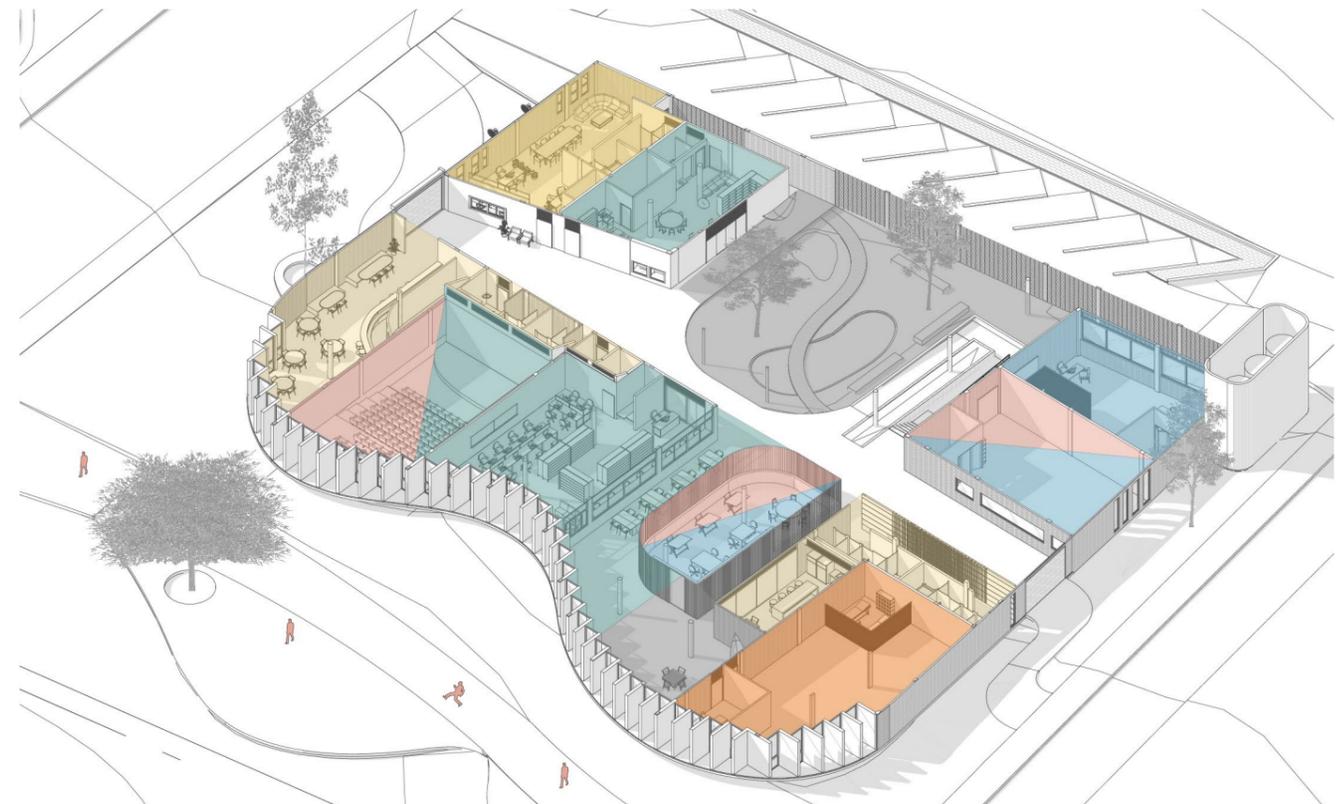
Programa:

- Capacitação intelectual e artística
- Formação e aprendizagem artística
- Eixo educacional e pedagógico
- Saúde
- Recreação

Uso	Ambientes ou demandas	Especificações ou ambientes	Áreas
Capacitação	Sala de tecnologia (informática e inclusão digital)	Integrado à biblioteca	+/- 33m ²
	Cursos técnicos	Senac	construído
	Sala inspiração UAI Compaz (formações em teatro, dança e música)	Sala Multiuso	91,4m ²
	Formação arte/ artesanato/ pintura	Sala Ateliê	68m ²
	Marcenaria	-	75m ²
Educacional e pedagógico	Biblioteca / midiateca / estudo	Ambientes integrados	+/- 140m ²
	Ambiente para cursos (alfabetização/ discussões sociais)	Auditório (cadeiras confortáveis com mesinhas retráteis)	107,6 m ²
	Espaço da criança - brinquedoteca, cuidados, contação de histórias e	Até 25 crianças	57,6 m ²
Arte	Sala cinema	Capacidade de 81 pessoas	107,6m ²
	Dança / circo / artes marciais (aulas)	Sala Multiuso	91,4m ²
	Ateliês criativos (programa terceira idade)	Sala Ateliê	68m ²
	Depósito para guarda temporária de materiais	Armários no Ateliê e depósito na sala multiuso	9m ²

Uso	Ambientes ou demandas	Especificações ou ambientes	Áreas
Saúde e bem estar	Salas de atendimento – psicologia, centro de fisioterapia e pilates clínico (serviço público voltado aos catadores do entorno/ pessoas cadastradas)	atendimento psicológico = 14,5 m ² centro de fisioterapia e pilates clínico = 117 m ² yoga na salad de pilates= 30 m ²	
	Yoga	Sala Multiuso, sala de pilates e área externa	variável
	Academia ao ar livre	-	149,5m ²
Recreação	Skatepark	-	607m ²
	Playground público	Próximo ao espaço da criança e Integrado à academia	106,5m ²
	Espaço para o vazio: exposições, apresentações e apropriações diversas.	Ocorrencia no Apoio cidadão (possibilidade coberta) e na esplanada do skatepark (possib. descoberta)	variável
	Apoio cidadão	Espaço amplo que possibilite diferentes layouts - associação de moradores/ eventos de bairro / reservas para celebrações / feiras	230m ²
Funcionamento			
Uso	Ambientes ou demandas	Especificações ou ambientes	Áreas
Gestão	Coordenação e diretoria	integrado	59,4m ²
	Local para professores /oficineiros/ parceiros		
	Espaço reunião		
	Almoxarifado		
	Recepção	integrado à circulação	
Apoio	Vestiários funcionários	-	22,5m ²
	Vestiários usuários	-	57,5m ²
	Banheiros internos e fraldário	-	34,5m ²
	Banheiros públicos e fraldário	-	14m ²
	Copa compartilhada	-	34m ²
	Cafeteria / Lanchonete	usuários e publico externo	104 m ²
	Bicicletário	-	25m ²
	Estacionamento	1 vaga para cada 100m ² de área útil construída (AU: 880m ²)	9 vagas
	Depósito de lixo	-	15m ²
	Depósitos de Materiais de Limpeza	à definir estratégias de disposições	+/- 8m ²

Para projetar o espaço interno do Centro comunitário Carolina Maria, foi elaborado um fluxograma a partir do programa final de modo a relacionar os ambientes que conversam entre si ou possuem demandas de infraestruturas comuns e, a partir disso, delinear as ambiências e particularidades de cada local. Por fim, pretendeu-se que alguns ambientes tivessem caráter diversificado e flexível, podendo atender duas ou mais tipologias do programa. Isso pois, para além de espaços bem direcionados de acordo com sua função, esperava-se do projeto que este possibilitasse a apropriação livre, o imprevisível. Por esse motivo, também foram projetadas áreas de circulação generosas, onde o deslocar e o estar se misturam.

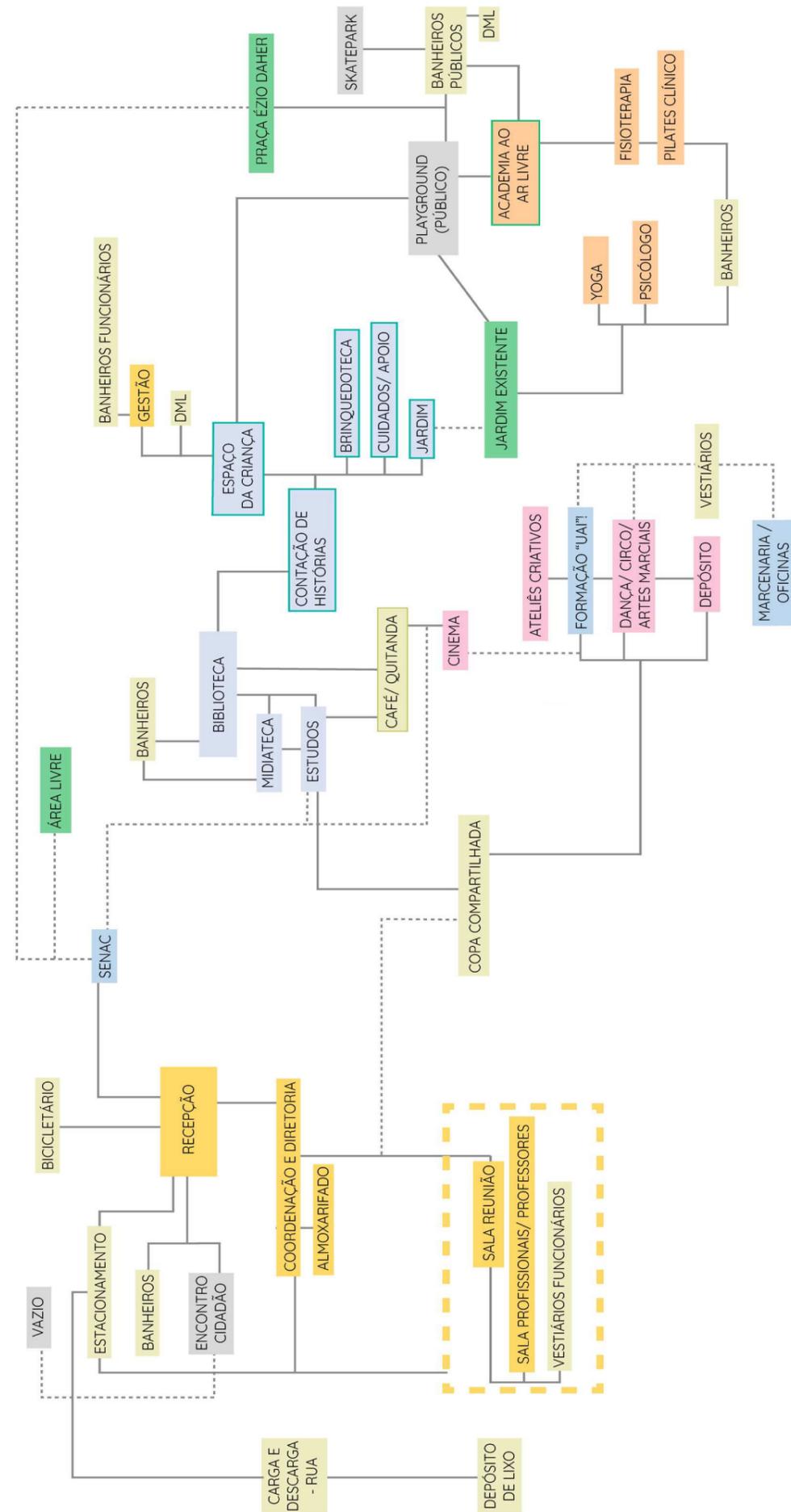


Perspectiva axonométrica CCMC com diagrama de setorização
_sem escala.



Perspectiva axonométrica Praça com diagrama de setorização
_sem escala.

- Arte
- Capacitação
- Educacional e pedagógico
- Saúde e bem estar
- Apoio
- Gestão
- Recreação
- Circulação, recepção e apropriações não definidas



Projeto CCMC e praça Ézio Daher



Implantação mostrando os terrenos de projeto e intervenção.
_sem escala

A imagem acima (ver prancha 4/7) mostra os desenhos e as relações entre as áreas estudadas, delineadas principalmente por meio de estratégias de integração visual. Utilizou-se da faixa de área livre lateral existente para dispor mobiliários urbanos e paisagismo que que pudessem oferecer unidade à quadra.

A escolha foi de intervenção mínima após a apropriação da área ociosa, tendo em vista o caráter institucional do SENAC e as inflexibilidades de alteração construtiva. Por isso, o trabalho se concentrou no entorno da edificação e de forma sutil. Por exemplo, para a parte da cerca que foi mantida, é especificado o plantio de mudas de tumbergias a cada dois metros, para que a vedação não continuasse tão hostil e, especialmente no período de floração, conversasse com as trepadeiras no muro da arca.

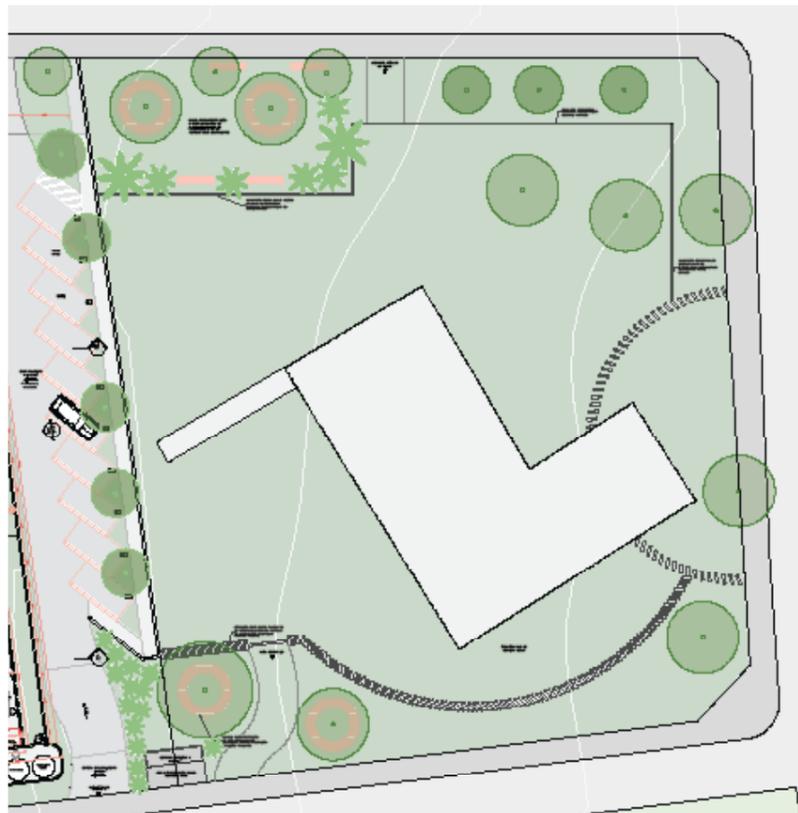
Outra alteração proposta condiz à vedação da fachada leste, que recebe brises cimentados como os existentes na fachada frontal. Essa ação escond-



Área de serviço SENAC a ser escondida com os brises de concreto. Fonte: Google maps, 2021.



Elementos verticais da fachada do SENAC, com destaque para o brise. Fonte: Google maps, 2021.



Proposta de alteração e integração para terreno do SENAC.
_sem escala.
_desenhos em escala na prancha 1/7e 2/7

derá a área técnica da edificação, oferecerá maior grau de intimidade para o interior do lote e conforto para o transeunte, visto que recua da linha de divisão da calçada e do lote em forma curva e permite a inserção de paisagismos e mobiliários.



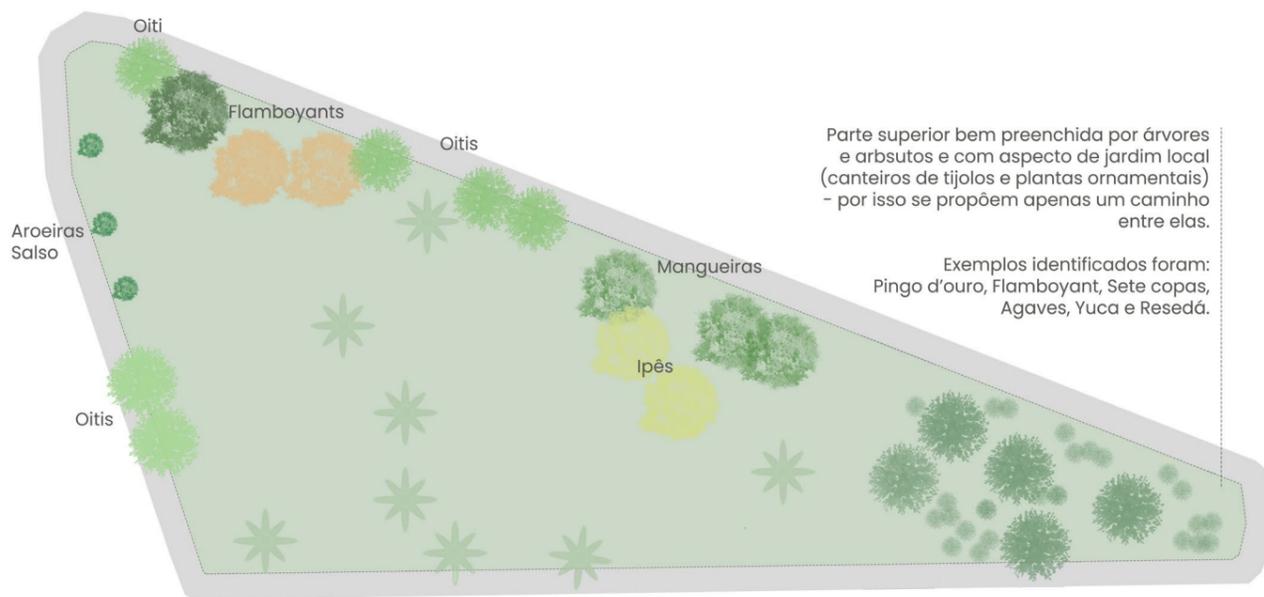
Tumbergia azul em grade.



Macizo de Tumbergia em muro.

Praça Ézio Daher

- Acompanhar com projeto específico em escala: folha 4/7



Parte superior bem preenchida por árvores e arbustos e com aspecto de jardim local (canteiros de tijolos e plantas ornamentais) - por isso se propõem apenas um caminho entre elas.

Exemplos identificados foram: Pingo d'ouro, Flamboyant, Sete copas, Agaves, Yuca e Resedá.

Palmeiras existentes em crescimento

Levantamento da condição atual e da vegetação existente.
_sem escala.



A praça se estrutura a partir de uma conexão visual e de percurso com o terreno do CCMC e da divisão simbólica de três áreas: **a preexistente, a de convívio social e a de cultura urbana.** Todas as três se baseiam no mesmo conceito: o sentimento de pertencimento. O percurso proporciona um “caminho de pedestres” para aqueles que não mais precisam dar a volta em ambas as quadras para se deslocar.

Optou-se por dispor o **parquinho** logo adjacente ao caminho criado, pelas razões:

- proximidade do jardim local: identificação com o que é local e criação de relação lúdica com este.
- proximidade da entrada do CCMC, para que fosse de fácil acesso às crianças que ficam no centro e seus cuidadores.

Ainda, dispõe-se a **academia ao ar livre** nas bordas da extensão do parquinho, criando uma “barreira adulta” que aumenta a segurança das crianças, tendo em consideração o fluxo da Avenida Jaime de Barros, e também possibilita que os pais se exercitem enquanto assistem aos filhos brincarem.

O núcleo de convívio social é completado pelo **Apoio cidadão**, uma área coberta com banheiros, fraldário e pia para auxiliar o bem-estar na praça e comportar eventos, feiras, exposições e apresentações artísticas, associações de moradores, reuniões e celebrações da ARCA. O Apoio é disposto no centro por seu caráter de uso comum e diversificado.

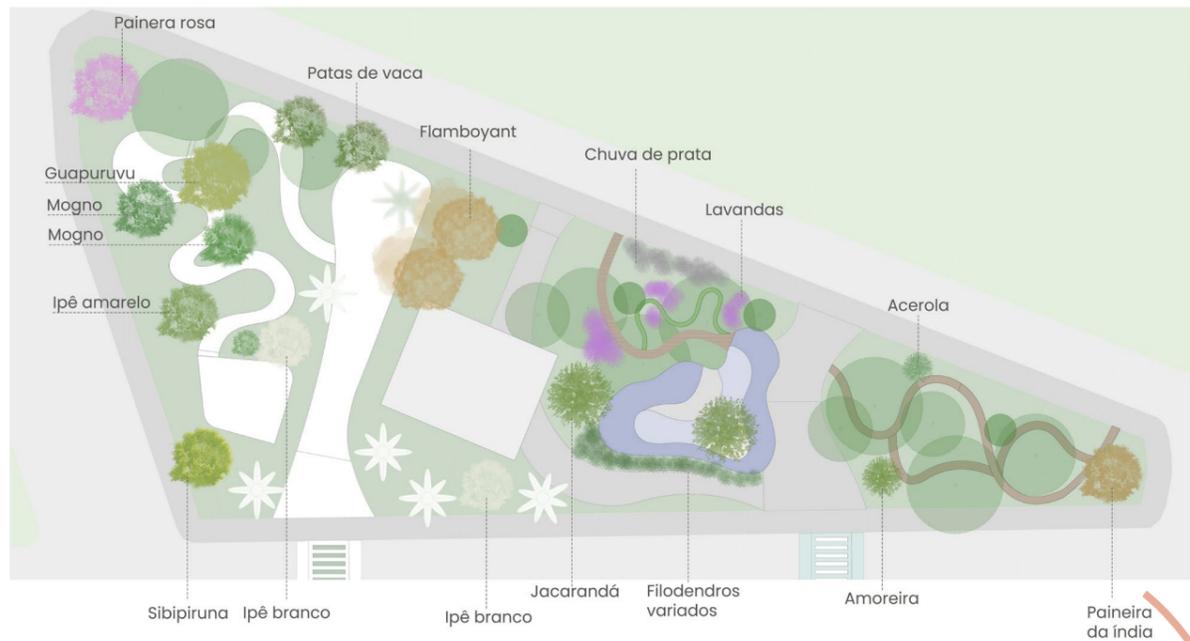
Já o **Skatepark** é localizado na parte mais baixa da praça, por algumas razões:

- integração visual com o muro de grafites da ARCA, intensificando o aspecto de cultura urbana.
- consideração à característica de “tribo”/ “grupo específico”, sendo uma área de menor relação com os outros equipamentos
- esplanada próxima ao apoio cidadão - possibilidade de apropriação diversificada quando desejada em área descoberta (diversidade de uso), sem interditar o skatepark.



Vista do CCMC e da ARCA do jardim do parquinho.

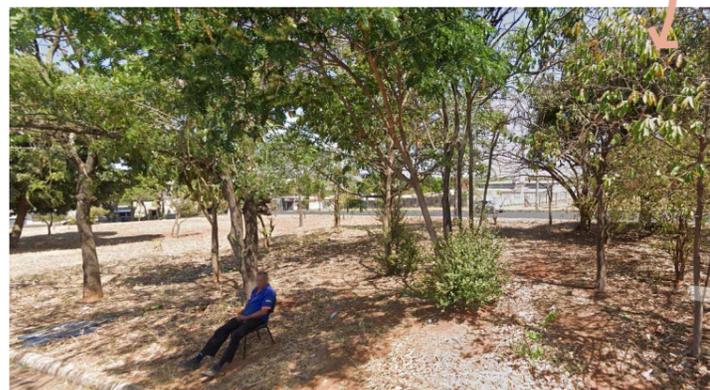
Do paisagismo:



Proposta de paisagismo para o projeto da praça; as árvores que são apenas círculos demarcam as regiões com vegetação existente _sem escala.



Vista do interior da praça. Fonte: autora, 2021.



Apropriação encontrada na parte do jardim local. Fonte: Google maps, 2021.

Nos caminhos criados ao longo do terreno, foram colocadas espécies de plantas que oferecem cheiros, sabores, impressões e sensações, por exemplo a escolha de espécies:

- aromáticas, como a lavanda;
- frutíferas, como pés de amora e acerola;
- peculiares, como o Guapuruvu pela altura e o Flamboyant pela sombra;
- valor ambiental, como o Mogno;

Ainda, foi elaborado uma análise de floração, para que durante todo o ano houvesse uma alguma espécie florida na praça e no CCMC.



Aspecto de jardim de bairro. Fonte: autora, 2021.

	Nome científico	Nome vulgar		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	Tamboril	flor folha fruto												
2	<i>Caesalpinia Ferrea</i>	Pau-ferro	flor folha fruto												
3	<i>Delonix regia</i>	Flamboyant	flor folha fruto												
4	<i>Jacarandá mimosifolia</i>	Jacarandá mimoso	flor folha fruto												
5	<i>Schizolobium parahyba</i>	Guapuruvu	flor folha fruto												
6	<i>Terminalia mantaly</i>	Sete copas africana	flor folha fruto												
7	<i>Chorisia speciosa</i>	Paineira barriguda	flor folha fruto												
8	<i>Bombax malabaricum</i>	Paineira da Índia	flor folha fruto												
9	<i>Myrciaria truncifolia</i>	Jabuticaba	flor folha fruto												
10	<i>Tabebuia roseo-alba</i>	Ipê branco	flor folha fruto												
11	<i>Erythrina speciosa</i>	Candelabro	flor folha fruto												
12	<i>Ceiba speciosa</i>	Paineira Rosa	flor folha fruto												
13	<i>Lagerstromênia speciosa</i>	Flor da rainha	flor folha fruto												
14	<i>Lagerstromênia alba</i>	Resedá / Julieta	flor folha fruto												
15	<i>Plumeria rubra</i>	Jasmin-manga	flor folha fruto												
16	<i>Dracaena reflexa</i>	Canção da Índia	flor folha fruto												
17	<i>Leucophyllum frutescens</i>	Chuva de prata	flor folha fruto												
18	<i>Dietes bicolor</i>	Moreia	flor folha fruto												
19	<i>Philodendron bipinnatifidum</i>	Guaimbé	flor folha fruto												
20	<i>Curculigo capitulata</i>	Capim-palmeira	flor folha fruto												
21	<i>Philodendron xanadu</i>	Xanadú	flor folha fruto												

Tabela de análise de floração que auxiliou nas escolhas das espécies para a praça e para o CCMC. Elaboração: autora, 2021.



Referência para mescla de área de brincadeiras para crianças e de esportes para adultos: Park n' Play JAJA Architects



Tipologia de parquinho pretendida: Laasby sea park Fonte: landenize.com



Sobreposição do projeto elaborado com a vegetação existente e o paisagismo proposto. _sem escala.

Projeto Centro Comunitário Carolina Maria de Jesus (CCMC)

- Acompanhar com projeto específico em escala nas respectivas folhas:

Implantação 1/7
Térreo - 2/7
Cobertura 3/7
Quadro de áreas - 4/7
Cortes, detalhes e esquadrias - 5/7 e 6/7
Elevações 7/7

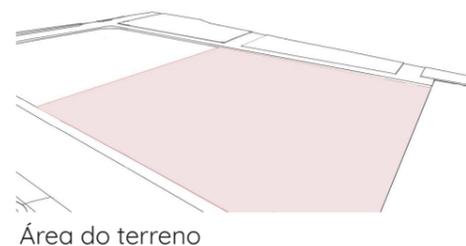
Memorial descritivo:

Para a concepção do projeto, foi considerada a vivência do pedestre no entorno e como a experiência urbana desse poderia ser enriquecida com o projeto. Por essa razão, o terreno teve sua parte mais baixa destinada a ser uma área livre, de percurso, pausa e contemplação.

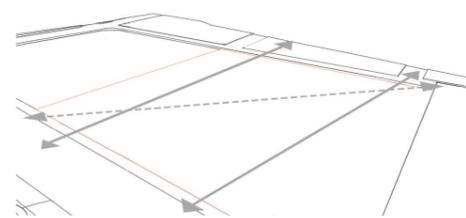
- Para isso, um dos conceitos foi que o projeto conversasse com a paisagem local. Nesse sentido, foram feitas escolhas que se tensionaram e complementaram. Realizou-se uma redução da capacidade do programa, anteriormente elaborado, para que o projeto não tivesse mais de um pavimento, de forma a ficar mais barato e inserido na paisagem. De outro lado, perguntou-se: como a arquitetura poderia ser positivamente disruptiva aqui? Como a arquitetura enquanto arte poderia se fazer presente?

No intuito de alcançar essa vontade, criaram-se linhas curvas na fachada sudoeste, de modo que uma linguagem arquitetônica inexistente no local ganhasse lugar. Outras escolhas, norteadas pelo interesse estético e, sobretudo, orientadas para um maior conforto ambiental, complementaram esse ponto, por exemplo:

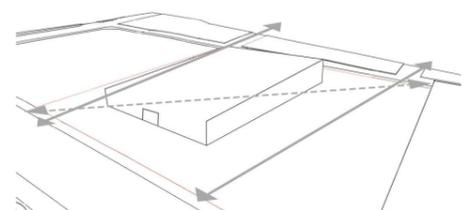
- Pátio interno para iluminação e circulação de ar, concebido em átrio e com extremidades curvas.
- Utilização de shafts de ventilação e claraboias nas áreas molhadas (iluminação e ventilação naturais)



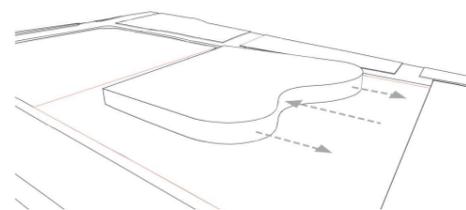
Área do terreno



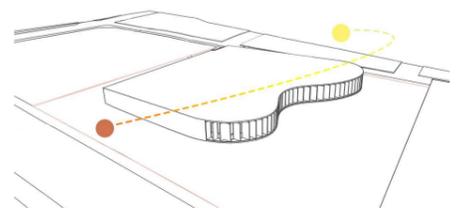
Circulações desejadas



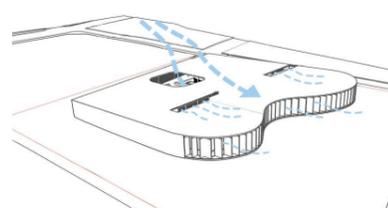
Área de ocupação resultante



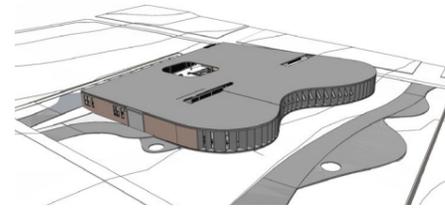
Conceito estético - colocar a arquitetura enquanto arte presente.



Aberturas voltadas para melhores insolações, mas nichadas entre brises.



Aberturas na laje da edificação para aumentar a circulação natural do ar internamente.



Resultado final



Vista do pátio interno

Das fachadas (ver folha 7/7)

- Muro da fachada norte em cobogó de tijolos de demolição e de fornecimento local (permitindo a entrada dos ventos de NE e filtrando a incidência solar).
- Aberturas em fita e de tamanhos diferentes na fachada oeste.
- Pano de caixilhos de vidro embutidos entre os brises de concreto na fachada sul, de modo que oferecem iluminação natural com menor grau de incidência solar.
- Vedações cruas: sem reboco e expressando a materialidade de cada elemento.
- Envólucro dos reservatórios de água com membrana de concreto armado.
- Entradas com portões metálicos perfurados de abrir ou de rolamento vertical (permitem circulação de ar e visibilidade interior-exterior mesmo quando o equipamento está fechado).



Vista externa da área de estudos



Vista CCMC da rua Sebastiana Gonçalves com humanização

Outro diferencial estético se dá em decorrência da topografia. Optou-se por nivelar o piso da construção na curva 896, referenciando o piso da entrada do CCMC na Av. Jaime de Barros no início da curva nessa parte do terreno. Destaca-se que o desnível transversal do terreno chega a quase um metro e é por isso que o nivelamento do piso do projeto com a calçada na entrada da Barros é “de cima” até o interior do centro e da rua Sebastiana é do interior “para baixo”. **(Ver térreo; folha 2/7)**

A escolha do platô na 896 possibilitou uma implantação com pouca retirada de terra, mas, em contrapartida, a parte frontal da construção ficou em balanço, visto que se apoia viga baldrame recuada. **(Ver cortes; folha 5/7 e 6/7)**



Percurso entre CCMC e ARCA

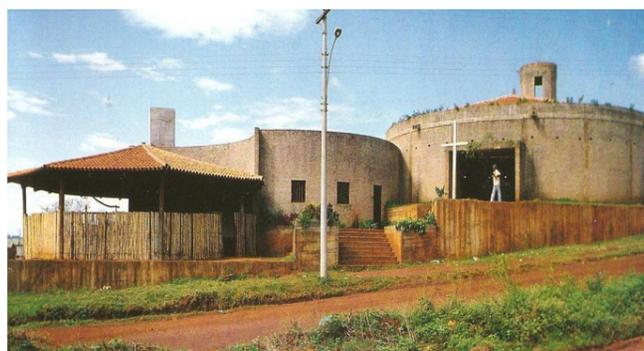
Materialidade e estrutura

Para que a construção tivesse uma arquitetura baseada no local, refletiu-se sobre obras da cidade: materialidades, formas de construir, cores e modos de ocupar o espaço que se destacam e foi com essa investigação que chegou-se nas formas curvas e no uso do tijolo aparente.

Referências principais disso foram:

- Antiga cobertura de tijolo do antigo terminal Santa Luzia, localizado próximo do terreno escolhido e que foi removido e substituído por estruturas e telhas metálicas.
- Igrejinha do Divino Espírito Santo: projeto de Lina Bo Bardi construído por mutirão comunitário e feito essencialmente de tijolos, concreto e madeira.

Para além desses, é possível citar a biblioteca da UFU, o antigo Fórum e a cobertura do Centro Administrativo.



Igreja do Divino Espírito Santo de Lina Bo Bardi. Fonte: revista.usp.br

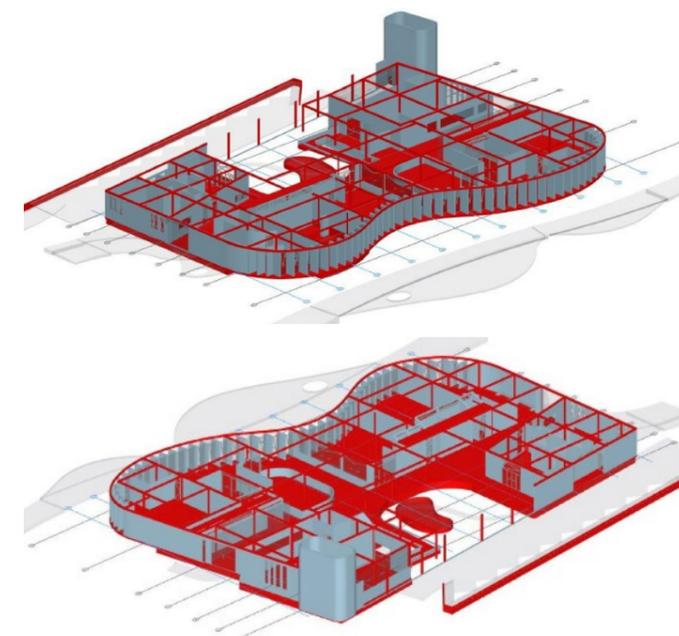


Antigo Terminal Santa Luzia. Fonte: G1

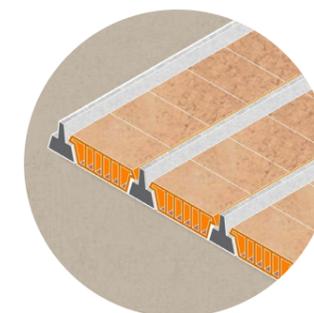
Portanto, escolheu-se o tijolo cerâmico maciço como material de vedação, o qual não exerce nenhuma função estrutural no projeto. Para esta, optou-se pela estrutura tradicional de viga X pilar em dimensionamentos recomendados, no intuito de obter um menor custo de obra sem usar mais ferragens. Ou seja, definiu-se uma grelha sobre a qual o projeto foi desenvolvido, de modo que a maior parte dos vãos do projeto possuem de 4m a 6m, com poucas exceções e em ambientes especiais, como: sala de multiuso, cinema/auditório e marcenaria.

A laje escolhida para se utilizar no projeto foi laje treliçada pré-moldada, entretanto sem especificar se com lajota cerâmica ou blocos de isopor. Esta, ao receber regularização e impermeabilização, também funciona como cobertura e tem em sua superfície ralos de escoamento de água que descem em paredes específicas do projeto, que por meio de tubulações do piso vão até o reservatório de água. **(Ver planta de cobertura na prancha 3/7)**

Enquanto isso, a cobertura do Apoio Cidadão é de laje maciça lisa e possui escoamento superficial de 3%. **(Ver plantas na prancha 4/7)**



■ Estrutura do projeto: vigas, pilares e paredes de arrimo
■ Vedações



Laje com lajota cerâmica. Fonte: archdaily



Laje treliçada com EPS. Fonte: archdaily



Os tijolos adquiriram funções estéticas e de conforto no projeto a partir dos cobogós do muro e da parede dos vestiários, na qual foi especificado um “cobogó degradê” **(Ver detalhes na prancha 6/7)**

Outras informações técnicas que direcionaram o projeto:

Índices urbanísticos do lote:

ZR2 = Zona Residencial 2

Taxa de ocupação: 60%

Coeficiente de aproveitamento: 3

Recuos:

Laterais mínimos = 1,5

Fundo mínimo = 1,5

Frontal mínimo = 3

Estacionamento: ver prancha 2/7

No intuito de alcançar uma fluidez de deslocamentos, desenhou-se um estacionamento linear com entrada na Av. Jaime de Barros e saída na rua Sebastiana Gonçalves para ocupar menos espaço e evitar que uma das calçadas ficasse sobrecarregada com o “entra e sai de veículos”. Sobre essa questão, vale ressaltar que acredita-se que o acesso ao CCMC feito de carro será muito baixo, sendo realizado principalmente a pé, bicicleta ou transporte público, tendo em consideração ao que se presta e o contexto em que esta inserido.

De toda forma, resolveu-se por atender as exigências legislativas, que para centros comunitários exige uma vaga a cada 100m² de área construída, entretanto, pensando também que o estacionamento será ocupado por carrinhos de catadores que frequentarem o centro.

Reservatórios de água: ver prancha 3/7

Programa em geral: 50L por pessoa

Cinemas e auditórios: 2L por lugar

Estimativa de ocupação máxima por vez nos equipamentos do projeto:

260 pessoas x 50L = 13.000L

Previsão de dois dias de abastecimento:

13.000x2 = 26.000L

Reserva técnica de incêndio (conforme

NBR 13.714/2000)
Volume de 9.600L

Volume final de 35.600L divididos em duas caixas d'água Faz Forte de 18.000L cada.

Reservatório de água pluvial: armazenamento da água da cobertura e reutilização principalmente voltada a manutenção da jardinagem e limpeza da praça e do CCMC. Capacidade total: 12000L

Especificações gerais:

Área livre interna:

Localizada entre a biblioteca e as mesas de estudo, o ateliê de artes e o acesso às ofertas de saúde e bem-estar, criou-se um ambiente que no projeto foi mobiliado com tatames de pallet e destinado para leitura, descanso e recreação.

Entretanto, essa articulação se deu para manipular deslocamentos, de modo que diferentes públicos cruzam entre si e percorrem uma parte do edifício em que os brises não estão encerrados em algum ambiente, como acontece no restante da extensão do conjunto.

Brises: ver prancha 1/7

Sobre este, projetou-se de modo que a maior parte tenha estruturas de concreto e vãos para caixilhos de mesmas dimensões, ocorrendo pontualmente algumas excessões. O padrão estabelecido foi:

Brises de 3,38(A)x0,2(L)x1,5(P)

Vãos de: 1,00 (J24)

Exceções de esquadrias:

1,10 (J04) e 0,90 (J29)

É importante destacar que pelas J24, J04 e J09 possuírem um caixilho menor fixo e o principal basculante, a edificação pode ventilar constantemente, não sendo necessário fechar tais janelas em momentos de

chuva. Além disso, por serem extensões de vidro menores, o custo do material cai.

Portas e janelas:

De modo geral, acima das folhas de abertura das portas e janelas há bandeiras de madeira ripadas para ventilação dos ambientes.

Informática:

Ambiente para aulas de informática (8 lugares) e midiateca (4 lugares) integrados na biblioteca.



Referência de canto de leitura.
Fonte: Biblioteca Colonia; Hector Caballero

Consultório de Psicologia:

Pensado para ser um local mais íntimo e possuir vista para natureza e horizonte.

Ripado:

Ateliê de artes em meia parede (alvenaria tradicional rebocada de pintura) e painel de madeira de ripas de cerca de 5cmx5cm, as quais possibilitam um custo muito menor e podem ser provenientes de demolição de telhados e serem reutilizadas.



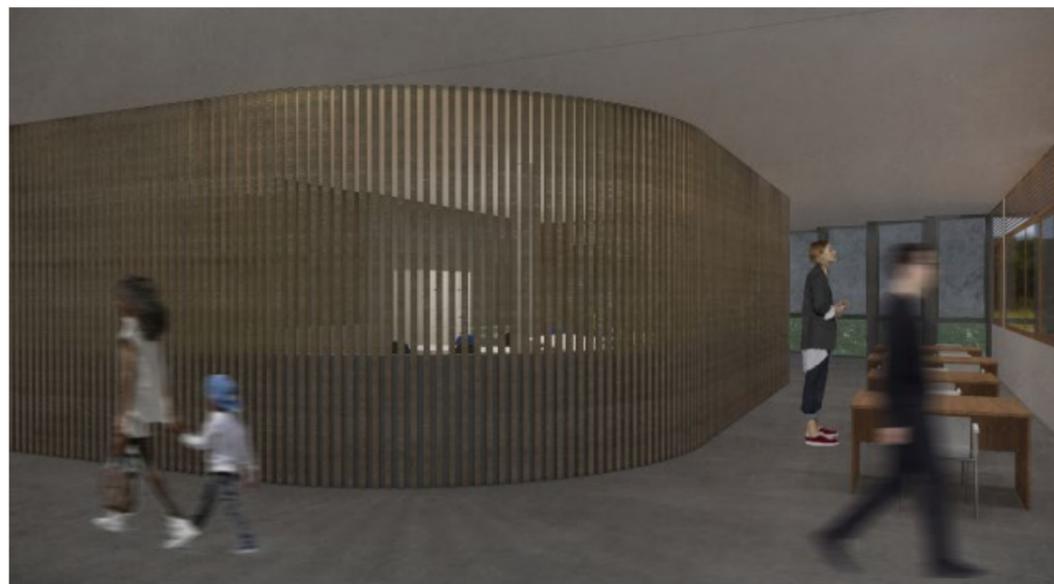
Exemplo de uso de pallets em áreas comuns.
Fonte: Holzer klober + kinzo



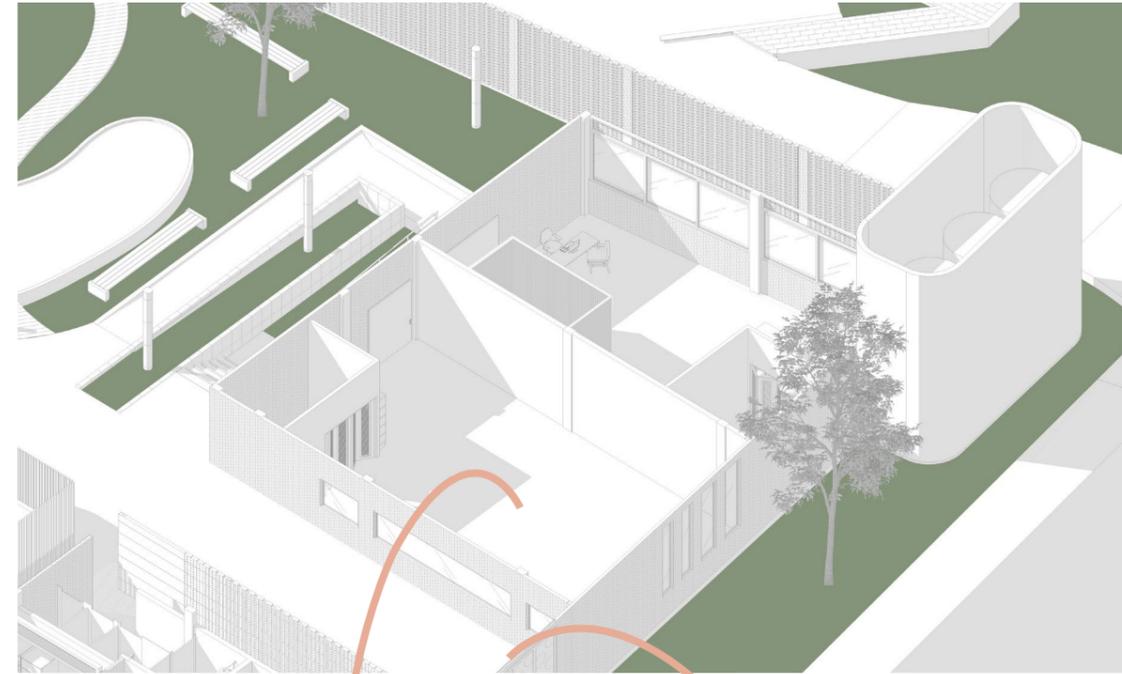
Área livre



Vista do pátio interno para as áreas comuns



Vista do Ateliê iluminado e humanização do render



Sala multiuso para formações artísticas

Sala multiuso e marcenaria:

Possuem 1 metro de desnível comparado ao restante do projeto para terem maior pé direito e comportarem melhor suas atividades. As janelas da sala multiuso que dão para o corredor servem para iluminar a sala, mas também para estabelecer contato visual com o corredor, sendo um diferencial e atrativo deste uma vez que as pessoas se veem de níveis distintos. As janelas da fachada têm caixilhos pivotantes. Enquanto isso, as janelas da marcenaria se concentram na fachada voltada para o norte e fazem o cobogó do muro, o que torna a marcenaria um ambiente interessante e peculiar.

Entrada pela rua Sebastiana

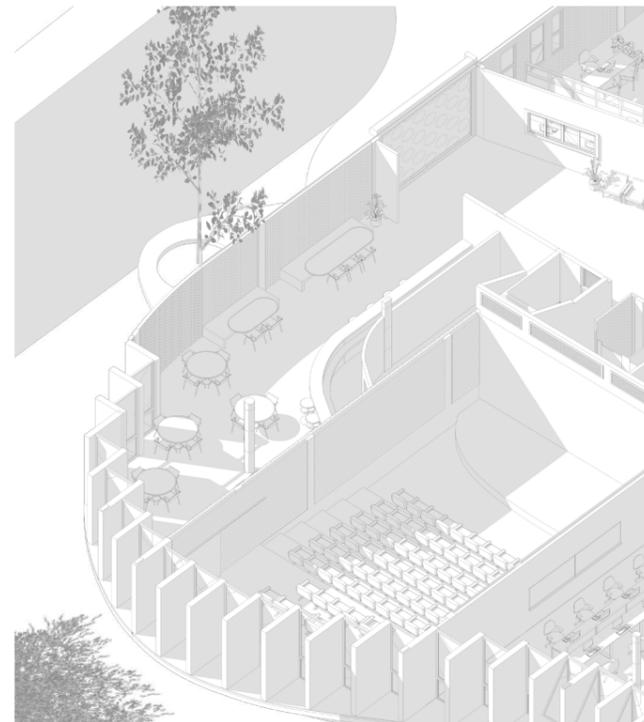
Foram pensadas estratégias para deixar essa entrada mais interessante, como a escolha das alturas das janelas da sala multiuso e o “cobogó degradê” dos vestiários. Aqui, assim como na entrada da Jaime de Barros, pressupõem-se apropriações alternativas do espaço (rodas de conversa no chão, surgimento de mobiliários específicos, exposições de trabalho, etc.)



Lancheonete e cinema-auditório:

Ambos espaços exercem funções múltiplas: a lancheonete (ou cafeteria) oferece tanto recreação ao entorno, quanto dá apoio aos usuários da praça ou do CCMC. Já o cinema-auditório pode ser adaptado para aulas, cursos e palestras, funções que o fundo em caixilhos auxilia bastante, ou ser utilizado como cinema, por meio do uso de uma cortina black-out entre os assentos e as janelas e telão.

Pretendeu-se neles que os revestimentos fossem simples, esteticamente bonitos e funcionais. Como é o caso da lancheonete, no qual pensou-se em mobiliários e revestimentos de alvenaria e concreto aparente, apenas com o tratamento necessário.



Lancheonete/ cafeteria:



Parte do layout do espaço Infantil

Gestão e espaço infantil:

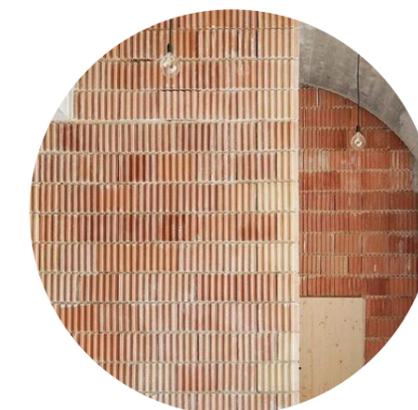
A disposição desses no projeto é justificada pela vontade de proximidade de ambos à entrada mais acessível e também entre si, motivo que ocasiona o corredor lateral. Além disso, os dois foram pensados para serem integrados e assim fazerem jus ao termo “comunitário”. Ou seja, enquanto no primeiro não há separações de salas, por entender uma possibilidade organizacional menos hierárquica, no segundo destinaram-se áreas e equipamentos para que crianças de diferentes idades (-/+ 3 aos 9/10 anos) possam se distrair, conviver e serem cuidadas juntas.



Cinema/ auditório:



Execução da Mintchi Croissant. Fonte: archdaily



Acabamento em tijolo aparente. Fonte: Aulets.net

Do paisagismo:

Durante o projeto, ficou claro que a fachada oeste possui o maior potencial de recepção e integração urbana - devido à praça e ao percurso do terminal de ônibus - mas também tem a pior insolação.

Por não querer que o edifício passasse a mensagem de “entrada” e “saída”, adotou-se como estratégia uma edificação em que a fachada mais marcante se volta para o centro, o qual é permeável e recebe um projeto paisagístico: valorizar e enriquecer a paisagem, amortecer a insolação de sudoeste e trabalhar o muro da ARCA.

Enquanto escolha projetual, optou-se por destinar áreas de estadia permeando a vegetação, porém sem realizar nenhum

projeto específico de mobiliário, tendo referências do que poderiam se tornar, mas deixando-as abertas para o que pudessem vir a ser. O trabalho externo se concentrou mais nos porquês da escolha de cada espécie e no estudo de floração.



Bancos de concreto intercalados de modo variável sob árvores. Projeto: Grand Mall park



Referência para os blocos redondos de concreto localizados na área de plantio de Pau-ferro. Projeto: Ribeiro do matadouro em Porto.

	Nome científico	Nome vulgar		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	Tamboril	flor folha fruto												
2	<i>Caesalpinia Ferrea</i>	Pau-ferro	flor folha fruto												
3	<i>Delonix regia</i>	Flamboyant	flor folha fruto												
4	<i>Jacarandá mimosifolia</i>	Jacarandá mimoso	flor folha fruto												
5	<i>Schizolobium parahyba</i>	Guapuruvu	flor folha fruto												
6	<i>Terminalia mantaly</i>	Sete copas africana	flor folha fruto												
7	<i>Chorisia speciosa</i>	Paineira barriguda	flor folha fruto												
8	<i>Bombax malabaricum</i>	Paineira da Índia	flor folha fruto												
9	<i>Myrciaria truncifolia</i>	Jaboticaba	flor folha fruto												
10	<i>Tabebuia roseo-alba</i>	Ipê branco	flor folha fruto												
11	<i>Erythrina speciosa</i>	Candelabro	flor folha fruto												
12	<i>Ceiba speciosa</i>	Paineira Rosa	flor folha fruto												
13	<i>Lagerstromia speciosa</i>	Flor da rainha	flor folha fruto												
14	<i>Lagerstromia alba</i>	Resedá / Julieta	flor folha fruto												
15	<i>Plumeria rubra</i>	Jasmin-manga	flor folha fruto												
16	<i>Dracaena reflexa</i>	Canção da Índia	flor folha fruto												
17	<i>Leucophyllum frutescens</i>	Chuva de prata	flor folha fruto												
18	<i>Dietes bicolor</i>	Moreia	flor folha fruto												
19	<i>Philodendron bipinnatifidum</i>	Guaimbé	flor folha fruto												
20	<i>Curculigo capitulata</i>	Capim-palmeira	flor folha fruto												
21	<i>Philodendron xanadu</i>	Xanadú	flor folha fruto												

Tabela de análise de floração que auxiliou nas escolhas das espécies para a praça e para o CCMC. Elaboração: autora, 2021.



Instalação de estruturas para receberem redes para deitar e sentar. Projeto: Off Ground



Esteiras feitas de madeira reaproveitada/ pallets. Projeto: The High Line Park.

Tais projetos citados como referência são para as áreas de estar E1 e E2.



Vista da entrada pela Jaime de Barros

Referências bibliográficas

BRISSAC, Nelson. **As máquinas de guerra contra os aparelhos de captura**. Arte Cidade. 2002. 64 p.: il. Disponível em: <http://www.artecidade.org.br/novo/publicacoes/>

CHERFEM, Carolina Orquiza. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafio de um setor. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.) **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro, IPEA: 2016, p. 47-74. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=736

COSTA, Claudia Moraes da; PATO, Claudia. A constituição de catadores de materiais recicláveis: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.) **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro, IPEA: 2016, p. 99-121. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=736

FERREIRA, Rekle G. P. S. et al. Condições de saúde e estilo de vida dos catadores de resíduos sólidos de uma cooperativa de Ceilândia, no Distrito Federal: um olhar acerca dos determinantes sociais e ambientais de saúde. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.) **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro, IPEA: 2016, p.151-168. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=736

FIORAVANTI, Livia Maschio. Reflexões sobre o “direito à cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 02, n. 02, p. 173 -184, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/viewFile/229812/24019>

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, FAPERJ, 2013. 398 p.: il. - <https://doi.org/10.4013/arq.2012.81.05>

GALON, Tanise; MARZIALE, Maria Helena Panucci. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.) **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro, IPEA: 2016, p. 169-200. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=736

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014. 294 p. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/David-Harvey-Cidades-rebeldes.pdf>

INSTITUTO A CIDADE PRECISA DE VOCE E ESCOLA SEM MUROS. **Arquitetura para autonomia: ativando territórios educadores**. São Paulo: A cidade Press, 2019. Disponível em: https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Arquitetura_Autonomia.pdf

IPEA – **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. PEREIRA,

Bruna Cristina Jaquette; GOES, Fernanda Lira (Org.) Rio de Janeiro, IPEA: 2016. 562 p.: il. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=736

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. Edição popular. Digitalização, formatação e correção: Chuncho Lavro, 202 p.: il. Disponível em: https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/02/edoc.site_1960-quarto-de-despejo-carolina-maria-de-jesuspdf.pdf

MARCHESINI JUNIOR, Atilio. **A produção e o consumo do espaço na atual “sociedade do consumo”**. Instituto de Geociências - UNICAMP. Campinas, 2010. - <https://doi.org/10.22456/1982-0003.22106>

NATALINO, Marco. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). ME, IPEA, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc). Brasília, IPEA: Nota Técnica n.73, junho, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7289>

PÚBLIO, Arthur Rosa. **Desempenho ambiental da coleta seletiva informal na cidade de Uberlândia-MG**. (monografia, Engenharia Ambiental) Universidade Federal de Uberlândia, Instituto De Ciências Agrárias. Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio-dev.ufu.br/handle/123456789/29370>

ROSANELI, Alessandro Filla (Org.). **Olhares pelo espaço público**. Setor de Tecnologia - UFPR, Curitiba, 2019. 325p.: il. e-book. Disponível em: <https://www.observatoriodoespacopublico.com/post/livro-olhares-pelo-o-espaco-p%C3%A7o-p%C3%ABlico>

SANT’ANA, Diogo de; MAETELO, Daniela. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanços e desafios. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.) **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro, IPEA: 2016, p.22-44. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=736

SILVA, André L. B. da. A sociedade contemporânea: a visão de Zygmunt Bauman, **EXTRAPRENSA** (USP), resenha, Ano V, n. 08, junho 2011. - <https://doi.org/10.5841/extraprensa.v1i8.232>

SILVA, Sandro Pereira. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. (Texto para discussão, n. 2268). Brasília: Rio de Janeiro, IPEA: 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7413>

WRIGHT, Erik Olin. **Como ser anticapitalista no século XXI?** Tradução de CAUDURO PUREZA, Fernando. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. ISBN9788575597309

Web referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas - **NBR 6023: 2018** - como fazer as elaborações de referências. ABNT, 2018. Disponível em: <https://www.normasabnt.org/nbr-6023>. Acesso em: 23/05/2021.

AL BORDE. **Esperanza_Dos**. Disponível em: <https://www.albordearq.com/esperanza-dos-second-hope>. Acesso em: 27 maio 2021.

AL BORDE, KLIWADENKO NOVAS. **Hacer mucho com poco**. Disponível em: <https://www.kliwadenkonovas.com/portfolio/04> Acesso em: 20 maio 2021.

ARCA – Associação dos Recicladores e Catadores Autônomos. Disponível em: <https://arcaudi.wixsite.com/arca>. Acesso em: 27 maio 2021.

ARCHDAILY BRASIL. **Centro de Atenção Comunitário**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/767300/centro-de-atencao-ao-vizinho-gubbins-arquitectos-polidura-plus-talhok-arquitectos>. Acesso em: 27 maio 2021.

ARCHDAILY BRASIL. **Centro Cultural Comunitário Teotitlán del Valle**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/885080/centro-cultural-comunitario-teotitlan-del-valle-productora>. Acesso em: 27 maio 2021.

ARCHDAILY BRASIL. **Centro de Desenvolvimento Comunitário Los Chocolates**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/934024/centro-de-desenvolvimento-comunitario-los-chocolates-taller-de-arquitectura-mauricio-rocha-plus-gabriela-carrillo> Acesso em: 27 maio 2021.

ARCHDAILY BRASIL. **Centro de Desenvolvimento Comunitário Parque el Higuierón**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/941324/centro-de-desenvolvimento-comunitario-parque-el-higuieron-agenda-agencia-de-arquitectura-plus-dellekamp-schleich>. Acesso em: 27 maio 2021.

ARCHDAILY BRASIL. **Centro Educativo ‘Montecarlo Guillermo Gaviria Correa’**. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/792755/centro-educativo-montecarlo-guillermo-gaviria-correa-edu-empresa-de-desenvolvimento-urbano-de-medellin?ad_source=myarchdaily&ad_medium=bookmark-show&ad_content=current-user. Acesso em: 27 maio 2021.

ARCHDAILY BRASIL. **Skatepark Continua**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/961260/skatepark-continua-mbl-architectes>. Acesso em: 27 maio 2021.

ARCHDAILY BRASIL. **UVA El Paraíso**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788974/uva-el-paraiso-edu-empresa-de-desarrollo-urbano-de-medellin>. Acesso em: 27 maio 2021.

ARQ.FUTURO. **Urbanismo Social: cidadania que promove segurança**. Jan. 2019. Disponível em: <https://arqfuturo.com.br/post/urbanismo-social-cidadania-que-promove-seguranca>. Acesso em: 27 maio 2021.

EFFEKT. **Lemvig Skatepark**. Disponível em: <https://www.efeekt.dk/lemvigskatepark>. Acesso em: 27 maio 2021.

GARCIA, Cecília. **Cidade como ferramenta de equidade: 4 estratégias de Medellín para combater a violência**. Archdaily Brasil. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/914352/cidade-como-ferramenta-de-equidade-4-estrategias-de-medellin-para-combater-a-violencia>. Acesso em: 27 maio 2021.

Mapa georreferenciado da Coleta Seletiva de Uberlândia. Google My Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1Rl69VsdA186mJsRZn-IWJrhOGZUduVlb&ll=-18.939327524849464%2C-48.22917339804079&z=16>. Acesso em: 27 maio 2021.

MNCR. **Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 27 maio 2021.

MONTEMAYOR, Gabriel Díaz. **Urbanismo social: repensando o desenho espacial e os discursos da América Latina**. Archdaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/author/gabriel-diaz-montemayor>. Acesso em: 27 maio 2021.

MORAIS, Marina. **Como Medellín entende o que é urbanismo social?** Archdaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/958026/como-medellin-entende-o-que-e-urbanismo-social>. Acesso em: 27 maio 2021.

PIMP MY CARROÇA. Disponível em: <https://pimpmycarroca.com/>. Acesso: 27 maio 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Secretária de Planejamento Urbano. Mapas e bairros**. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/mapas-e-bairros/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Departamento Municipal de água e esgoto (DMAE)**. Coleta de Resíduos. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/dmae/servicos-dmae/coleta-de-residuos/>. Acesso em: 5 maio 2021

VALENCIA, Nicolás. **“La historia de cómo Medellín convirtió sus tanques de agua en verdaderos parques públicos”**. Plataforma Arquitectura. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/787787/la-historia-de-como-medellin-convirtio-sus-tanques-de-agua-en-verdaderos-parques-publicos>. Acesso em: 27 maio 2021.

YOUTUBE. **Cidade Conflito, por Guilherme Wisnik**. Jul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HjNL7gfuyy0>. Acesso em: 30 maio 2021.

obrigada!